

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

AS BASES RELACIONAIS DA POLÍTICA NA PERIFERIA URBANA:

fundamentos do capital social e da construção das ações coletivas entre as classes populares

ANTÔNIO JOÃO FERREIRA DE LIMA

Orientador:

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ANTÔNIO JOÃO FERREIRA DE LIMA

AS BASES RELACIONAIS DA POLÍTICA NA PERIFERIA URBANA:

fundamentos do capital social e da construção das ações coletivas entre as classes populares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador:

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre

2009

ANTÔNIO JOÃO FERREIRA DE LIMA

AS BASES RELACIONAIS DA POLÍTICA NA PERIFERIA URBANA:

fundamentos do capital social e da construção das ações coletivas entre as classes populares

Dissertação apresentada à comissão examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador:

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.º Dr. Ivaldo Gehlen (PPGS/UFRGS)

Prof.º Dr. Julian Borba (UFSC)

Prof.º Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira (UFS)

Porto Alegre

2009

RESUMO

O presente estudo integra o projeto de construção de uma nova agenda de pesquisas sobre Ações Coletivas no Brasil, proposta por Marcelo Silva, na busca por superar três impasses fundamentais. O primeiro deles diz respeito ao parco acúmulo teórico e empírico da sociologia brasileira sobre os processos de *construção* das ações coletivas. Soma-se a isso um ainda restrito conhecimento acerca das especificidades de nossa configuração sócio-política e de seus impactos nos processos organizativos. Por fim, nossa carência de instrumentais adequados para apreender e analisar a diversidade de formatos organizativos construídos pelos atores sociais no Brasil. Para contribuir no avanço desta nova agenda de pesquisas, o presente estudo visa identificar os principais mecanismos, fatores e relações que contribuem para a consolidação de laços associativos na periferia urbana e a produção de ações coletivas por parte das classes populares, refletindo a partir do estudo comparativo de três casos particulares. Para tanto, articula referenciais dos campos da sociologia, antropologia e ciência políticas com dados empíricos coletados através de uma investigação etnográfica sobre três coletivos informais compostos por moradores de diferentes regiões da periferia de Porto Alegre, analisados através dos métodos da Análise comparativa. Tal articulação nos permitiu, para além do estudo específico dos casos empíricos investigados, propor novas abordagens teóricas, conceituais e metodológicas para o campo dos estudos sobre as ações coletivas no Brasil.

Palavras-chave: ações coletivas, classes populares, capital social, redes de relações.

ABSTRACT

The present study integrates the constructing project of a new research agenda on Collective Actions in Brazil that has been proposed by Marcelo Silva, intending to overcome three fundamental impasses. The first talks about the poor theoretical and empirical knowledge of the Brazilian sociology on the collective actions' construction processes. We also keep a restrict knowledge about the specificities of our socio-political configuration and its impacts on the societal organizative processes. Finally, we still suffer with a lack of adequate instrumentals to apprehend and analyze the diversity of organizative forms constructed by the social actors in Brazil. Intending to contribute to this new research agenda, the present study is looking for the principal mechanisms, factors and relations that contribute to the strengthening of the associative nets on the urban periphery and the production of collective actions by the popular classes. Because of this, this study articulates sociological, anthropological and political sciences' references with empirical dates collected by an ethnographic research on three informal collectives composed by subjects who live in different peripheral areas of Porto Alegre. This dates had been analyzed by the comparative analyses. These articulation permits, more than the study of the specific empirical cases investigated, proposing new theoretical, conceptual and methodological approaches to the field of collective action's studies in Brazil.

Key-words: collective actions, popular classes, social capital, social networks.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
1.2 A Construção do Olhar.....	16
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	17
1.3.2 A Análise de Redes.....	19
1.3.3 Observações sobre as hipóteses.....	22
2 REFERENCIAL DE ANÁLISE:	
Construindo uma nova teia teórico-conceitual	26
2.2 O que nos ensina a tradição: abordagens sobre ação coletiva no Brasil.....	28
2.2.2.Perspectivas clássicas nos estudos sobre ação coletiva no Brasil.....	30
2.3 A construção social da Ação Coletiva.....	33
2.3.2 Obstáculos e Oportunidades: o Campo de Possibilidades.....	35
2.3.3 A Intencionalidade.....	38
2.3.4 A mediação simbólica.....	38
2.3.5 As bases “subterrâneas” da ação coletiva.....	39
2.3.6 A diversidade das atuações: coletivas e individuais.....	41
2.3.7 Definindo a ação coletiva.....	41
2.4 Perspectivas sobre a periferia urbana no Brasil.....	42
2.4.2 A influência da Escola de Chicago nos estudos urbanos no Brasil.....	43
2.4.3 A Violência como foco.....	44
2.4.4 Os mitos da marginalidade.....	45
2.4.5 A Violência e a Invisibilidade.....	46
2.5 As Classes Populares e a Política.....	49
2.5.2 As classes populares assistirão a política ‘bestializadas’?.....	50

2.5.3 Os estudos sobre Participação Popular.....	52
2.6 Onde mesmo se faz política?.....	54
2.6.2 Institucionalismo x cultura política.....	54
2.6.3 Sociologia: ciência da política.....	55
2.6.4 O estudo da Política por novas lentes.....	57
2.7 Enxergando a Política onde ela antes não era vista: (<i>insights</i> a partir da Antropologia da Política).....	58
2.7.2 O papel político dos processos rituais.....	59
2.7.3 O papel da religiosidade.....	60
2.8 A Política no cotidiano e o cotidiano da política.....	61
2.9 A Política e os processos rituais.....	62
2.10 Enfrentando o Essencialismo: a luta por uma Sociologia Relacional.....	64
2.11 Introduzindo conceitos no debate sobre Ação Coletiva.....	66
2.11.2 Capital Social: problematizando a capacidade de agir coletivamente.....	67
2.11.3 Mecanismos: conceitos explicativos - relacionais - para a produção de capital social.....	74
3. A ENTRADA NO CAMPO: Caminhando por entre “redes de relações”.....	80
4. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS PESQUISADOS.....	84
4.1 ‘JARDIM VITÓRIA’.....	85
4.2 ‘MORRO ALTO’.....	87
4.3 ‘SANTA MARIA’.....	89
5. APRESENTAÇÃO DAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS ESPECÍFICAS – ESTUDO ETNOGRÁFICO, POR GRUPO PESQUISADO.....	92
5.1 ‘JARDIM VITÓRIA’.....	93
5.2 ‘MORRO ALTO’.....	107

5.3 ‘SANTA MARIA’	121
6. COMPARANDO AS EXPERIÊNCIAS.....	137
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS.....	166

GRÁFICOS

1. O fenômeno da Ação Coletiva.....	56
2. A complexa construção da ação coletiva.....	79

TABELAS

1. Dados socio-econômicos do ‘Jardim Vitória’.....	86
2. Dados sócio-econômicos do ‘Morro Alto’.....	88
3. Dados sócio-econômicos da Vila Santa Maria.....	91

1. INTRODUÇÃO:

O Brasil ainda está para ser descoberto. Este é o sentimento, ainda que difuso, que move a maior parte dos cientistas sociais brasileiros a desvendar aspectos de nossa realidade ainda pouco (re)conhecidos. Este também é o sentimento que moveu a realização do presente estudo, que agora será apresentado ao leitor através de uma síntese de seu processo de realização e seus resultados mais relevantes.

O leitor encontrará aqui as descobertas e reflexões que articularam os temas da Ação Coletiva e da cultura popular brasileira ao longo desta investigação, através da qual se buscou lançar novos olhares sobre os mecanismos fundamentais na *construção* das relações políticas na periferia urbana, a partir do caso da cidade de Porto Alegre. Nosso objetivo não fora apenas o de descrever analiticamente os universos investigados, mas, a partir dos dados empíricos, propor reflexões de mais longo alcance para os debates do campo da sociologia da ação coletiva.

Para tanto, foi necessário que se criassem as condições (teóricas e materiais) para observar a política na tessitura cotidiana e “submersa” das relações analisadas. Este esforço, porém, exigia que buscássemos uma complexificação do olhar, do investigador e dos leitores, no que toca a própria concepção do que seja a política. Neste sentido, entenderemos como fenômenos políticos toda articulação, organização e/ou ação coletiva de agentes sociais que vise intervir sobre a sua realidade, buscando alterar uma dada situação percebida como indesejável. Tal concepção, que será detidamente debatida ao longo do estudo, é fundamental para articularmos as investigações sobre os fenômenos das ações coletivas com os estudos do campo da Sociologia *Política* no Brasil.

Nestes termos, o presente estudo colocou-se inúmeros desafios, dentre os quais destacaríamos dois. O primeiro deles, com conseqüências teórico-metodológicas, diz respeito à multidisciplinaridade necessária para sua execução e compreensão. Sem ela, teria se tornado impossível realizar tal empreendimento, assim como, sem tal espírito, tornar-se-ia difícil ao leitor compreender sua realização e seus resultados.

O segundo desafio diz respeito a seu objetivo central, qual seja o de apreender, através do método etnográfico, os mecanismos que produzem as condições de

possibilidade para a emergência de laços associativos e ações coletivas entre moradores da periferia urbana.

Para tanto, parte-se do pressuposto de que todas as formas de ação coletiva que podem ser tomadas como objetos de estudo são, na verdade, produtos de processos que se iniciaram antes dos eventos que se toma em questão, através dos quais foram criadas as condições para o desenvolvimento daquela associação entre os atores envolvidos. Tendo sido tais processos de *construção da ação coletiva* um tema relativamente negligenciado na sociologia brasileira, o presente estudo foi realizado no intuito de contribuir com os esforços de apreensão sobre como se chega à capacidade de se associar, ou em outras palavras, quais os fatores, mecanismos e relações que propiciam as condições para o desenvolvimento de laços associativos entre moradores da periferia urbana e, a partir destes, a construção de suas formas particulares do *fazer político*.

Neste sentido, é interessante observar que as últimas duas décadas têm apresentado à nação brasileira o entrecruzamento de dois fenômenos os quais, combinados, produzem desafios inusitados em nossa história. Por um lado, vivemos um período de consolidação formal de uma democracia republicana constitucional (algo jamais vivido antes no Brasil por mais de 18 anos), a qual prevê, em tese, intervenção de seus cidadãos em atividades que oxigenem tal regime formalmente democrático. Por outro lado, a maior parte das pesquisas que investigam nossa “cultura política”¹ constata que mantemos padrões culturais de comportamento político bastante tradicionais² (o que não necessariamente se refere a características negativas em termos democráticos – como o clientelismo, a patronagem, o patrimonialismo etc. –, mas, também, à presença de elementos ligados à religiosidade, processos de carnavalização dos eventos, pessoalidade, entre outros), no conjunto de nossas relações sociais³.

¹ Dentre as diversas definições possíveis, entendemos aqui a noção de cultura política referindo-se “ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores.” (Kuschnir e Carneiro, 1999). Portanto, diz respeito às diversas esferas da vida social as quais, em sua interdependência, terminam por produzir efeitos políticos, ainda que não necessariamente ligados à política institucional.

² Ver Lamounier & Souza 1991; Pra & Baquero, 1992, 2007; Baquero, 1994, 2001, 2007 ; Gohn, 2001; Schmidt, 2001; Dagnino, 2004; Ribeiro, 2007.

³ Além dos supracitados, ver antropólogos Da Matta, 1979, 1985; Ortiz, 1985; Zaluar, 1994, 2003.

Dessa forma, faz-se necessário que passemos a refletir sobre a possibilidade (e talvez mesmo a inescapabilidade) de, caso queiramos construir de fato uma democracia consistente no Brasil, realizar tal empreendimento em um diálogo positivo com elementos estruturantes de nossa cultura popular, os quais, embora não correspondam aos “ideais democráticos” construídos na Europa ocidental, possam, talvez, marcar nossa trajetória democrática singular. Para isso, entretanto, faz-se ainda necessário que construamos uma agenda de pesquisas voltadas a investigar, um a um, estes padrões de comportamento que afetam nosso modo particular de vivenciar e produzir democracia.

Não nos caberia, na presente pesquisa, entretanto, fazer uma síntese do conjunto destas marcas culturais gerais que transpassam as relações sociais (e, em especial, as relações políticas) no Brasil, já tão bem exploradas por diversos pesquisadores (como os referidos acima) em suas mais variadas dimensões. Todavia, é nosso objetivo aqui, justamente, apresentar os resultados de nossa investigação acerca de alguns dos elementos fundamentais para a constituição de laços associativos entre atores das classes populares brasileiras, laços estes que demonstraram poder não apenas ser as bases para diversas formas de ação coletiva, como, também, trazem latente em si a possibilidade de serem potencializados politicamente.

Nesse sentido, este estudo toma como sujeitos privilegiados de investigação atores, individuais e coletivos⁴, que têm sido historicamente secundarizados tanto pelas organizações políticas formais quanto pelas pesquisas sobre ação coletiva e movimentos sociais no Brasil. Assim, buscamos investigar as formas pelas quais moradores de diferentes comunidades da periferia de Porto Alegre se organizam coletivamente em seu cotidiano, de forma a incidir na solução (ainda que temporária) de questões que vivenciam como cruciais em suas existências.

Com tal objetivo, este projeto integra exatamente o esforço que Marcelo Kunrath Silva sintetizou como a construção necessária de “uma nova agenda de pesquisa sobre

⁴ “Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades construindo-se; {...} trata-se sim de pluralidades de sujeitos, cujas identidades são resultados de suas interações em processo de reconhecimento recíproco, e cujas posições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis, mas essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é, também, resultado do encontro das várias estratégias” (Sader, 1988)”.

Ação Coletiva, Movimentos Sociais e Sociedade Civil”⁵ no Brasil. Esta “nova agenda” tem como eixo central a busca pela superação de três impasses principais os quais, segundo o pesquisador, têm limitado a ampliação do espectro de nosso conhecimento acerca dos processos de organização e mobilização dos atores sociais no Brasil. O primeiro deles diz respeito a nosso ainda parco acúmulo teórico e empírico, no âmbito das ciências sociais brasileira, “sobre os processos de *construção* das ações coletivas”. Junto a isso, constata-se um ainda restrito entendimento acerca das “especificidades de nossa configuração sócio-política e de seus impactos nos processos organizativos de âmbito societário”. E, finalmente, a “carência de instrumentais adequados para apreender e analisar a diversidade de formatos organizativos construídos pelos atores sociais no Brasil” (Silva, 2005). O leitor poderá observar que, ao longo deste estudo, procuramos contribuir para a superação articulada destes três impasses fundamentais.

Assim, como parte deste cenário marcado por tais impasses, a presente investigação visa contribuir no avanço desta “nova agenda de pesquisa”, tendo como foco de análise formas de ação coletiva presentes na periferia urbana, investigadas através de métodos ainda pouco explorados pelos estudos da sociologia da ação coletiva no Brasil. Mais precisamente, baseando-se em uma pesquisa de orientação etnográfica, toma como objeto de investigação os mecanismos que contribuem para que atores tradicionalmente relegados à fragmentação social e, conseqüentemente “às margens” (tanto das organizações políticas tradicionais⁶ quanto das pesquisas sobre ação coletiva) se organizem e ajam coletivamente (ainda que de maneira informal) visando incidir sobre sua realidade e resistir à sua condenação à invisibilidade e, no limite, à sua morte social⁷.

A opção pelo estudo sobre as práticas associativas populares nasce da importância de compreendermos como se efetiva, na prática, o ideal da democratização da sociedade

⁵ O artigo “Trazendo os atores sociais de volta: pontos para uma agenda de pesquisa sobre ‘Ação Coletiva, Movimentos Sociais e Sociedade Civil’”, ainda não publicado, foi escrito por Marcelo Kunrath Silva em 2005.

⁶ Sintetizamos aqui, nesta noção bastante ampla de “organizações políticas tradicionais” tanto os tipos de organização que Wessels (1997) definiu com o referido termo (sindicatos, associações profissionais e partidos políticos), quanto as por ele chamadas “novas organizações políticas” (meio-ambiente, paz, direito dos animais e grupos defensores de direitos coletivos e da cidadania)” as quais, desde o ponto de vista que orienta a presente pesquisa, ainda mantêm formas organizativas muito semelhantes entre si e historicamente recorrentes dentro daquilo que se popularizou chamar por “organização política”.

⁷ “Em todas as sociedades, desde as mais primitivas até a atualidade, o ser humano sempre teve, efetivamente, dois tipos de morte: uma biológica, que representa o fim do organismo humano, e uma morte social, que representa o fim da identidade social do indivíduo.” (Bellato & Carvalho, 2005)

brasileira, o qual prevê que todas as camadas de nossa população se envolvam no exercício político-democrático. Contribuir para a concretização deste ideal nos exige observar tanto os limites reais na consolidação de nossa democracia quanto compreender os elementos estruturantes de nossa cultura os quais, potencializados, podem vir a compor positivamente esta novidade histórica que tende a ser a *democracia brasileira*.

Neste sentido, se muitos pensadores defendem a idéia de que a democracia se amplia quando cresce a participação dos cidadãos na agenda pública, torna-se importante investigarmos acerca, também, das práticas associativas daquelas parcelas da população que, em geral, são vistas como se vivessem à margem desta mesma agenda pública.

Assim, a escolha da cidade de Porto Alegre se justifica por seu reconhecido histórico de organização e participação popular informais, o qual se, por um lado, é a base para grande parte das formas organizativas formalizadas contemporâneas, por outro, não foi ainda aprofundado como objeto específico de análise na maioria das pesquisas que abordam as experiências participativas na cidade nos últimos anos⁸.

Finalmente, é relevante apontar que, embora bastante exigente para o pesquisador, a escolha por abordar estes três universos diferentes se definiu também pelo critério da exequibilidade. Embora o pesquisador tenha investigado tais relações em nove diferentes comunidades da região metropolitana de Porto Alegre ao longo dos últimos dois anos e meio, a escolha por apresentar apenas três casos se baseou no entendimento de que, dados os limites de uma dissertação de mestrado, nem todos os dados interessantes poderiam ser aqui debatidos em profundidade e estes três casos escolhidos nos apresentariam características bastante sintéticas em termos tanto dos padrões gerais quanto das especificidades ligadas ao problema aqui investigado.

Acredita-se, desta forma, que os casos escolhidos para serem aqui trabalhados podem contribuir não apenas no alargamento de nosso conhecimento empírico acerca das formas de organização popular, mas principalmente trazem em si o potencial de provocar um avanço em nossa interpretação teórica acerca das formas de ação coletiva no Brasil e os processos de sua produção. Em especial, estando estes três casos localizados em uma cidade como Porto Alegre, considerada central na geopolítica mundial (e, especialmente,

⁸ Baierle, 1992; Cortes, 1995, 2001, 2002; Santos, 1998; Silva, Baierle, Pozzobon & Amaro, 1999; Marquetti, 2000; Silva, 2002; Fedozzi, 2001, 2007;

latino-americana) no que diz respeito à consolidação da democracia e das formas de organização e participação popular.

Assim, optamos por investigar os processos de organização de três coletivos informais compostos por moradores de diferentes regiões da periferia de Porto Alegre. Tais localidades, bem como os grupos investigados, serão detidamente apresentados no capítulo 4. O central, por ora, é esclarecer que optamos por analisar tais coletivos informais por dois motivos principais. Em primeiro lugar porque, ao escolhermos organizações com tamanho grau de informalidade (ao menos ao longo do período da pesquisa de campo), nos seria permitido, com muito mais facilidade, observar mecanismos específicos atuando na conformação de tais relações políticas, os quais provavelmente ficariam obscurecidos caso nossos objetos de análise fossem coletivos mais formalizados.

Por outro lado, a escolha destes grupos e comunidades em específico (como ficará demonstrado ao longo do estudo) nos permitiu salientar características provocativas para o avanço de nossos debates no âmbito da Sociologia da ação coletiva. Pois, se por um lado, embora residindo na mesma cidade, os três grupos apresentem diversas características particulares e bastante diversas entre si, por outro, se apresentam também regularidades instigantes para o aprofundamento de nossas reflexões no âmbito dos estudos sociológicos.

Realizar tal estudo em três diferentes comunidades de Porto Alegre, a partir de uma abordagem etnográfica articulada a uma análise comparativa, permite-nos, então, uma análise que conjuga uma coleta profunda de dados com o exercício da busca por comparações e contrastes, constatando assim similaridades e diferenças entre os processos associativos observados. Embora esta pluralidade de sujeitos diminua os graus possíveis de aprofundamento do debate acerca de cada caso, este olhar mais amplo permite-nos, inclusive, ter uma base mais consistente para, em projetos subsequentes, avançar na construção de tipologias precisas acerca dos mecanismos que fundam a construção de laços associativos e ações coletivas entre moradores da periferia urbana brasileira.

Para tanto, concretizamos ao longo de mais de dois anos de pesquisas os seguintes procedimentos:

- a) Mapeamos as redes internas de relações associativas entre os três diferentes coletivos informais organizados na periferia da cidade de Porto Alegre;
- b) Buscamos observar, caracterizar e analisar quais são e como operam os fatores, mecanismos e processos principais que fundam estas relações associativas *em cada um* dos referidos grupos;
- c) Comparamos os dados apreendidos em cada caso, buscando similitudes e singularidades presentes nos casos observados;
- d) Apontamos quais os potenciais obstáculos à formação de “*capital social*” e construção de ações coletivas observados no universo da pesquisa;

Neste sentido, visando explicitar ao leitor o guia teórico-metodológico que orientou a referida investigação, bem como seus resultados mais relevantes, este trabalho vem estruturado em oito segmentos fundamentais: no primeiro, na forma da presente introdução, está precisado, além do objeto de investigação e dos processos concretizados para analisá-lo, a explicitação dos procedimentos metodológicos utilizados para alcançar tais objetivos, acrescidos de uma breve reflexão teórica sobre o papel das hipóteses em um trabalho de abordagem etnográfica. O segundo segmento será dedicado a explicitar o referencial de análise, a partir do qual abordou-se o objeto específico da pesquisa e através do qual foi realizada a interpretação dos dados.

Já o terceiro segmento apresenta uma sucinta reflexão sobre o processo de entrada do pesquisador em campo e, em seguida, são apresentadas mais informações específicas sobre os universos de pesquisa, de forma a situar o leitor em uma caracterização dos ambientes investigados. No quinto capítulo trazemos, então, a apresentação etnográfica dos dados coletados, analisados a partir do referencial teórico exposto anteriormente. Finalmente, no sexto segmento apresentamos uma análise comparativa cruzando os dados coletados, destacando para o leitor as principais similitudes e singularidades constatadas durante a investigação. No capítulo seguinte são apresentadas as considerações finais, com uma síntese das descobertas mais relevantes e sugestões de tópicos a serem aprofundados em estudos futuros.

De forma complementar, apresentamos a bibliografia citada durante o texto, que referenciou a construção do presente estudo.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO OLHAR

Certamente o objeto que buscamos investigar no presente estudo poderia ser abordado a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Em termos teóricos, certamente ele poderia ser trabalhado com foco exclusivo em alguma das diferentes dimensões que aqui pretendemos articular, acentuando a centralidade das condições materiais de vida da população estudada, seus laços de matriz religiosa ou o compartilhamento de sentidos comuns (infinitamente desmembráveis). Ainda mais decisiva seria a opção por uma perspectiva mais substancialista, a qual tenderia a abordar todas as relações observadas como dados quase inertes, os quais, no máximo, poderiam interagir entre si, visão esta que perderia a compreensão relacional dos fenômenos sempre dinâmicos que nós, cientistas sociais, precisamos definir e delimitar para atender a nossos objetivos analíticos.

Também os procedimentos metodológicos poderiam apontar diferentes perspectivas de coleta e análise dos dados. Pois, para trabalharmos apenas com dois exemplos, tanto uma abordagem quantitativa quanto uma imersão profunda de estudo único de caso nos ofereceriam, certamente, novos e diferentes conhecimentos sobre o objeto geral aqui investigado. Sem dúvida, a delimitação de um único caso para ser investigado permitiria um aprofundamento muito maior de sua descrição e análise teórica no espaço de uma dissertação, perdendo, entretanto, o valor da diversidade (ou das regularidades) que a comparação entre diferentes casos pode nos oferecer. Por outro lado, uma abordagem quantitativa certamente nos permitiria uma coleta muito mais ampla de dados, facilitando-nos, inclusive, a possibilidade de avaliações e proposições normativas que possam intervir neste ou naquele sentido na realidade observada.

É, entretanto, justamente com um olhar compreensivo e não-normativo que esta pesquisa se propõe a investigar tal campo de relações associativas entre moradores de três diferentes comunidades de Porto Alegre, buscando, através de um estudo qualitativo, baseado em imersão direta e prolongada na realidade estudada, equilibrar ao máximo a relação entre profundidade e diversificação dos dados. E, dessa forma, contribuir para, ao mesmo tempo em que apreendemos elementos importantes dos processos em sua especificidade, buscarmos explicações causais que possam ser válidas para a

compreensão, inclusive, de outros processos comparáveis (ainda que distintos), constituindo, assim, bases novas para pesquisas subseqüentes.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho fora realizado a partir de uma investigação de abordagem etnográfica, baseada na imersão prolongada do pesquisador em campo. Tal procedimento investigativo foi priorizado como forma de buscarmos dados dificilmente encontrados pelas pesquisas da sociologia da ação coletiva no Brasil, muito raramente baseadas em procedimentos como a etnografia, abandonados quase exclusivamente à Antropologia, a qual, por sua vez, pouco se debruça sobre a ação coletiva, especialmente quando não constituída em movimento. Como nos relembra Pierre Favre, é chegado então o momento de “deixar falar os objetos” (Péchu, 2007).

Para isso, contribui de forma especial a abordagem etnográfica. O que muda através dela não são propriamente os objetos, em termos gerais, mas a forma de coleta e análise dos dados, a forma de levarmos a teoria à realidade e, principalmente, o nosso olhar. E, neste sentido, a transposição de metodologias (como as usadas pela Antropologia para pensar sociedades tradicionais) para o estudo de sociedades complexas traz-nos resultados bastante interessantes. Acreditamos justamente que a ciência avança quando conseguimos pensar antigos objetos com novas categorias. Por isso, no que toca ao tema específico de nosso estudo, diríamos que cabe ao cientista social, justamente, buscar perceber a política onde ela não é esperada e observar na política aquilo que, em geral, não se enxerga.

Para tanto, buscamos fazer dos procedimentos metodológicos uma das marcas diferenciais da presente investigação, pois ela visa, justamente, apreender dimensões e aspectos dos processos de *construção* dos laços de sociabilidade raramente aprofundados pela sociologia da ação coletiva no Brasil através do uso de seus procedimentos clássicos. Assim, podemos, sinteticamente, afirmar que, para a realização da presente pesquisa, nos utilizamos, de forma articulada, dos seguintes procedimentos metodológicos e técnicas de coleta e análise dos dados:

- a) Realizou-se, por mais de dois anos, trabalho de campo, por meio da Observação Participante, registrada em diário de campo;
- b) Entrevistas individuais abertas e semi-diretivas com os atores componentes das redes estudadas;
- c) Mapeou-se e analisou-se as relações associativas entre os sujeitos da pesquisa através do método de “Análise de Redes Sociais”;
- d) Foram conduzidos Grupos Focais, no intuito de reunir informações e percepções construídas “coletivamente” sobre tópicos particulares;
- e) Coletou-se dados uniformes dentre os membros dos grupos específicos investigados através de pequenos questionários apresentados, um primeiro ao início das investigações e um último buscando informações que percebemos relevantes ao longo do trabalho de campo, mas que ainda não estavam devidamente coletadas até o momento;

Para tanto, como dito, esta pesquisa foi realizada tendo por eixo fundamental a realização de trabalho de campo com convivência prolongada⁹ entre três diferentes grupos moradores de diferentes localidades na cidade de Porto Alegre articulando a “prática etnográfica” com o “pensamento comparativo”, como defendido por Marisa Peirano, uma das principais pesquisadoras na área da Antropologia da Política no Brasil.¹⁰

Este esforço metodológico tem sido motivado pela constatação de que o método etnográfico (não obstante a profundidade dos dados para análise que ele pode oferecer aos pesquisadores) tem sido relegado, no Brasil, quase que exclusivamente à disciplina da Antropologia. Neste sentido, investigar a respeito da ação coletiva (ou mais precisamente, acerca das condições para emergência do *capital social* que propicia bases para a ação coletiva - conceito apropriado principalmente por estudos em Ciência Política) através do método etnográfico e balizado pelo referencial da Sociologia da ação coletiva, pode nos oferecer novos entendimentos acerca desta realidade ainda tão pouco conhecida pela

⁹ Para mais sobre o método de trabalho de campo prolongado na análise de relações políticas, ver “Os tambores dos Vivos e os tambores dos mortos. Etnografia, Antropologia e Política”, Goldman, 2004.

¹⁰ Ver “A favor de Etnografia” (Peirano, 1995) e “Antropologia Política, Ciências Política e Antropologia da Política” (Peirano, 1998), entre outros.

Academia brasileira (rompendo com barreiras disciplinares pouco frutíferas para o conhecimento efetivo de nossa realidade social).

Como dito, conjugado com a Observação participante direta, os dados primordiais foram também coletados por meio de entrevistas abertas e semi-dirigidas, registradas sempre que possível em gravador ou em caderno de campo. Todavia, é importante ressaltar que, muitas vezes, fez-se necessário manter um relativo clima de informalidade nas entrevistas para poder obter os dados mais relevantes, os quais em inúmeras oportunidades foram limitados pelos informantes durante as entrevistas gravadas, aparecendo logo que desligados os gravadores. Ainda assim, o convívio prolongado com as pessoas e grupos fora o elemento fundamental para a coleta consistente de dados (observando situações recorrentes ou mesmo contrastando com informações de entrevistas), mesmo quando não era possível registrá-los simultaneamente em caderno de campo ou gravador. Tais dados foram, então, analisados por meio do registro digital das informações mais relevantes, sendo elas separadas por categorias de análise (as quais auxiliaram a desmembrar e operacionalizar os conceitos trabalhados).

1.3.2 A Análise de Redes

É relevante ainda que se dedique alguma atenção ao debate teórico-metodológico propiciado pela utilização da Análise de Redes na presente investigação. Tal atenção justifica-se tanto por sua presença pouco disseminada nas pesquisas sobre Ação Coletiva no Brasil, quanto pelas conseqüências teóricas e analíticas que a tal abordagem pôde propiciar.

Como afirmado anteriormente, cada um dos grupos investigados foi mapeado e analisado através do método da “Análise de Redes Sociais” (ARS). Através deste método foi possível, após captar (através de entrevistas e da Observação Participante) as relações de cada componente (em cada grupo) com os demais sujeitos envolvidos, organizar de forma gráfica e precisa suas “tramas relacionais”.

Para tanto, em cada entrevista ou observação direta, buscou-se organizar suas tramas de relações, observando a densidade de laços e entrecruzamentos entre os sujeitos, bem como a posição que cada ator ocupava naquela rede. Tudo isso nos auxiliou

imensamente na compreensão das relações estabelecidas e do tipo de atuação que cada ator exercia naquele coletivo.

Em termos metodológicos, a Análise de Redes, especialmente de matriz etnográfica, demonstra ser um instrumental muito pertinente para o estudo das relações na periferia urbana, pois diversos outros procedimentos esbarram em aspectos importantes na vida dos sujeitos (por exemplo: dificuldades para leitura de questionários, pouco tempo para procedimentos específicos de pesquisa, desconfiança inicial sobre “investigadores”, etc). Através da Análise de Redes baseada em etnografia, foi possível mapear o complexo conjunto de relações entre os sujeitos pesquisados, ao longo de um convívio que lhes transmitiu confiança suficiente para permitir a coleta das informações necessárias. Tal procedimento contribuiu, também, para preservar a permanente atenção para a característica relacional dos dados coletados, pois a Análise de Redes de orientação etnográfica nos relembra, a todo instante, que o próprio conteúdo das informações coletadas é influenciado pela presença do pesquisador em campo.

Neste sentido, como descreve Silva, “a Análise de Redes Sociais (ARS) emerge, em período relativamente recente nas Ciências Sociais brasileiras, como uma metodologia voltada justamente para “instrumentalizar análises fundadas numa abordagem relacional dos fenômenos sociais” (Silva, Cotanda, Almeida, Alves, 2008). Pois, através dela, pode-se coletar e analisar dados, de uma forma precisa cientificamente, sem perder de vista que tais atores e fenômenos sociais apresentam as características ali percebidas justamente por compor tal trama relacional (e não porque tais características lhes sejam intrínsecas).

Graças a isso, por exemplo, tornou-se possível que, dentre todas as relações constadas entre os sujeitos investigados, se pudesse privilegiar como objeto de investigação aquelas relações que se mostraram mais perenes (ainda que informais), as quais compõem as redes de sociabilidade mais densas conformando aquilo que podemos destacar no presente estudo como um “grupo”. Outros atores mais “distantes do núcleo das redes” ou as instituições mais formalizadas que compunham os cenários estudados foram mapeados no conjunto das teias de relações e pesadas suas contribuições para o adensamento em cada uma delas (devido justamente a perspectiva relacional), mas não foram destacados para análise na presente dissertação.

Também, o método da Análise de Redes (associado à técnica da observação participante e à abordagem etnográfica) contribuiu para que se tornasse possível observar determinados atores que, no interior daquelas redes específicas de relações, cumpriam papéis diferenciados dos demais. Foram observados com especial atenção, então, aqueles atores destacados por sua capacidade de articular mais densamente outros indivíduos no interior de tais redes ou mesmo fazendo a ponte entre seu grupo e outros coletivos, atores ou instituições. Como nos lembra Norbert Elias (1965) este “peso” e papel diferenciado que determinados atores têm em seus grupos tende a ser menos perceptível quando nos baseamos em análises exclusivamente estatísticas ou menos profundas, em comparação com a etnografia.

Por fim, deve-se ainda destacar que a Análise de Redes demonstra ser um instrumento metodológico importante para apreender processos associativos que não passam nem constituem estruturas organizativas formais. Pois, a Análise de Redes nos permite apreender como os segmentos populares se organizam em sua realidade concreta cotidiana, a partir de relações que, em um primeiro olhar superficial, podem parecer individualizadas ou se apresentem em formas organizativas diversas das já tornadas tradicionais nos estudos sobre Ação Coletiva no Brasil.

No caso dos atores (individuais e coletivos) das classes populares, em geral, o fechamento das oportunidades do mercado e do Estado fez com que a sobrevivência cotidiana dependesse, em grande medida, da capacidade de construir e mobilizar relações sociais. Tais relações, entretanto, podem assumir um formato “horizontal” (formas de ajudas-mútuas, mutirões, etc) ou “vertical” e hierárquico (caridade, clientelismo, etc), mesmo que baseada em reciprocidade (neste caso, formas de reciprocidade assimétrica, geradoras de dependência). E, ainda assim, raramente tais relações assumem identidades formais.

Neste sentido, é importante também ressaltar que as ações coletivas em geral possuem sempre uma “dupla face”. Apresentam, em geral, uma face mais visível, que pode ser mais facilmente perceptível. Mas existe toda uma face “subterrânea”, não visível, presente tanto nas formas associativas formais quanto informais, e que dizem respeito às relações necessárias para os processos de produção e reprodução de tais atores coletivos. Tais processos, muitas vezes, baseam-se em mecanismos sustentados em

relações cotidianas, fundamentadas em redes de sociabilidade primárias ou secundárias. Por isso, a utilização de um instrumental como o da Análise de Redes Sociais nos permite captar relações dificilmente perceptíveis a outros olhares.

1.3.3 Observações sobre as hipóteses

Por basear-se em um método investigativo etnográfico, de enfoque indutivo, a presente pesquisa não se propõe ao teste de hipóteses previamente definidas. Como nos indicam diversos antropólogos (Hammersley, 1990; Fino, 2003; Green, Dixo & Zaharlick, 2005, por exemplo), a descoberta de hipóteses durante a investigação é elemento essencial do método etnográfico, que tem como marca diferencial justamente as descobertas a serem feitas durante a investigação.

Na presente pesquisa, as hipóteses principais sobre o fenômeno estudado deverão emergir do próprio estudo dos casos, mostrando as diferenças e similaridades entre eles e como isto se relaciona com a configuração das práticas associativas observadas empiricamente em cada evento estudado. Concordamos com Silva, Cotanda, Almeida & Alves quando afirmam que

“tendemos a ser etnocêntricos e não podemos evitá-lo por simples golpe de consciência, não basta não o querer. Se, ao partir para uma investigação, já sei exatamente que dados coletar, como, porque e ao que eles me levam, é porque cometi esse erro básico, e tão sedutor – parti das certezas à sua confirmação. Não por outro motivo, o remédio para isso é elaborar a hipótese final do nosso trabalho após a ida ao campo. Do contrário, apenas imaginei afirmar ou refutar algo que, na verdade, está vinculado à minha própria experiência de vida e ao que ela me diz sobre o outro” (2008).

Isto não diminui a importância das hipóteses em geral, tanto nas pesquisas voltadas a testá-las quanto nas próprias pesquisas de abordagem mais qualitativa/indutiva. Não apenas reconhecemos o quanto a definição e o teste de hipóteses contribuem para a concentração e precisão dos conhecimentos científicos, mas também compreendemos que, mesmo nas investigações de abordagem indutiva, os pesquisadores sempre partem de algumas “hipóteses” preliminares sobre a realidade, já previamente estabelecidas (as quais, embora não sejam respostas prováveis às perguntas da pesquisa a serem testadas, são pressuposições, ao menos teóricas, sobre a realidade,

que influem no olhar - jamais puro - do pesquisador em campo). Por isso, mesmo que o objetivo da pesquisa não seja propriamente testá-las, é essencial buscar sua explicitação.

Neste sentido, duas percepções iniciais sobre o campo das possibilidades associativas no universo em questão se colocavam, exigindo investigação sobre como se dariam suas articulações específicas. Embora não constituam propriamente hipóteses, estes elementos são fenômenos estruturantes do contexto estudado, o qual acreditava-se previamente, operariam determinados mecanismos que influenciariam na construção das práticas associativas investigadas.

Por um lado, estudos recentes (tendo como objeto a periferia de grandes cidades brasileiras), já apontavam tendência ao desenvolvimento de relações que dificultam a constituição de laços de vizinhança e amizade, tais como: formas diversas de violência (interpessoal, policial ou doméstica); proliferação de alternativas criminosas de acesso à renda e ao consumo (e um conseqüente fechamento de alguns atores na esfera privada, afastando-se das áreas públicas); medo e insegurança frente aos ‘outros’, etc (Silva, 2002). Ao mesmo tempo, é importante ponderar os efeitos do desemprego (e da conseqüente execução exaustiva de diversas formas de trabalho precário) sobre as condições físicas, psicológicas e mesmo temporais para o estabelecimento de relações de interação cotidianas entre tais atores.

Por outro, as pesquisas que culminaram em nosso Trabalho de Conclusão de Curso¹¹ (que deu início à pesquisa exploratória para a presente investigação) deram mostras de que, quanto mais precárias as condições de vida dos sujeitos, mais eles tendem a depender de relações entre si para sobreviver, mesmo que estas sejam relações de cooperação isoladas ou redes informais de ajuda mútua, com indicações de trabalhos, troca de favores, partilhamento de problemas ou momentos de lazer.

Estas interpretações, aparentemente divergentes, baseadas em evidências empíricas produzidas a partir de distintas pesquisas, indicam a existência de uma relação mais complexa entre o compartilhamento de determinadas “condições objetivas” de vida e as ações que os atores sociais, individual e coletivamente, desenvolvem frente àquelas condições. Neste sentido, o presente estudo partiu da hipótese de que existiriam diversos

¹¹ “Desemprego Estrutural: um estudo sobre experiências, corporalidades e potências”, orientado pela Dra. Ceres Gomes Victora, defendido em dezembro de 2006 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

mecanismos imbricados que explicariam aquelas ações, às quais nunca se limitariam a respostas mecânicas às condições vivenciadas pelos atores.¹² Delimitar quais são e como operam estes mecanismos, os quais realizam a mediação entre condições de vida e ação, definindo, assim, as probabilidades e os obstáculos às práticas associativas dos moradores da periferia foi justamente um dos objetivos desta investigação.

A pesquisa exploratória que orientou o presente estudo nos permitiu constatar que, ao mesmo tempo em que desenvolvem-se nas comunidades da periferia urbana relações de violência e isolamento entre pessoas e grupos, estabelecem-se relações colaborativas entre diversos atores (seja como forma de garantir a refeição do dia, realizar ação conjunta para “espantar o elemento sobrenatural” que lhes “atrapalha a vida”, seja para buscar o enfrentamento de algum outro ator ou relação entendidos como geradores de suas dificuldades).

Tal pesquisa exploratória, porém, pode constatar (tanto por meio da vivência direta do pesquisador durante o prolongado trabalho de campo, quanto por meio das demais pesquisas estudadas) que as dinâmicas associativas populares informais articulam, na sua própria produção e mesmo na construção de suas ações coletivas, diversas dimensões da vida social, muitas vezes não definidas como “políticas”. Podemos citar aqui, brevemente, as profundas relações cotidianas constatadas entre as formas organizativas populares e diferentes dimensões da vida social como as religiosas, familiares, lúdicas, comunitárias ou vicinais, entre outras. A presente investigação visava assim, justamente, observar e analisar as interações entre estas e outras dimensões que se mostrassem importantes na construção das condições de produção de laços associativos entre os sujeitos pesquisados no ambiente da periferia.

Neste sentido, acreditamos que a referida agenda de pesquisa proposta por Silva, que visa retomar a discussão sobre a *construção social* da ação e dos atores coletivos, tem o potencial de contribuir com a necessária renovação teórico-metodológica de nosso contexto investigativo, o qual tem demonstrado necessidade em complexificar e ampliar

¹² Esta proposição de uma explicação baseada em *mecanismos* e *processos* se funda, principalmente, no trabalho de Charles Tilly e sua crítica tanto à busca de leis gerais nas ciências sociais quanto ao ceticismo pós-moderno. Ver Tilly (2001); McAdam, Tarrow e Tilly (2001); Goodin e Tilly (2006). Esta perspectiva, que orienta o conjunto da presente pesquisa, será detidamente debatida nos capítulos seguintes.

seu campo compreensivo. Tal necessidade se fundamenta, segundo Silva (2003), no fato de que a maior parte dos estudos sobre ação coletiva tem, historicamente, deixado de investigar os processos anteriores à constituição das ações públicas observadas (processos que são, propriamente, a condição para emergência de tais atos públicos), tomando-as, assim, como dados quase naturais. Assim, ao termos como principal objetivo empreender a identificação e análise dos mecanismos que configuram as bases precedentes aos processos organizativos formais, através da comparação de eventos de constituição de práticas associativas informais, buscamos contribuir com o esforço coletivo de diversos pesquisadores, no âmbito das ciências humanas, em superar nosso ainda inicial acúmulo teórico e empírico sobre os processos de *construção* das ações coletivas.

Entretanto, se, como nos lembra Marcello Baquero, a História tem demonstrado que a democracia se amplia principalmente quando aumenta a participação dos cidadãos na agenda pública, “não apenas por meio do sufrágio, mas fundamentalmente pela ingerência de organizações ‘autônomas’ às margens das instituições tradicionais” (Baquero, 2006), o desenvolvimento de um contexto que abra possibilidades para uma maior participação na agenda pública por organizações que não se resumem às instituições/organizações políticas tradicionais depende, antes de tudo, de que estas formas organizativas diferenciadas ganhem visibilidade e sejam compreendidas pelo conjunto da sociedade.

Neste contexto, o presente estudo visa contribuir, justamente, para os esforços de complexificação do olhar sobre as ações e organizações coletivas no Brasil, focando a análise sobre relações de associação coletiva informais em âmbitos nem sempre visíveis a perspectivas mais normativas ou baseadas em métodos de menor imersão. Acreditamos que este novo olhar possa colaborar para o avanço na qualificação de nossos instrumentos e arcabouços teórico-metodológicos de análise e, com isso, contribuir também para que agentes historicamente tratados como “figurantes” na cena política brasileira possam ser finalmente, também, atores e personagens protagonistas.

2 REFERENCIAL DE ANÁLISE: Construindo uma nova teia teórico-conceitual

Os últimos 20 anos têm brindado o Brasil com um rico debate sobre a consolidação de nossa democracia. Neste período, vivenciamos diversas experiências de participação política da população, em diferentes circunstâncias e formatos. Muitas delas foram objeto de estudo em diversas obras das ciências sociais (Laranjeira, 1990; Benevides, 1991; Barreira, 1992; Dagnino, 1994; Doimo, 1995; Oliveira, 1997, 2008, 2008b; Silva, 1999, 2004; 2007; Gohn, 2001; Cortes, 2002; Dias, 2002; Borba, 2003, 2006, 2007; entre outros), recebendo um impressionante investimento analítico por parte de incontável número de pesquisadores, “iniciados” e iniciantes.

Todavia, inversamente proporcional foi o investimento planejado feito pelo conjunto da sociedade brasileira na constituição de espaços concretos de fomento à cidadania e ao exercício de práticas democráticas, em especial no interior das regiões periféricas das grandes cidades. Embora sejam louváveis todos os esforços empreendidos, há que se reconhecer que eles foram drasticamente insuficientes.

Este contexto de *pretensa* democratização, ao mesmo tempo em que ampliou a expectativa de maior participação do conjunto da população na vida democrática nacional contribuiu, na prática, para a produção de experiências locais bastante avessas à difusão de uma cultura democrática, como podemos perceber nas comunidades que hoje sofrem com intensa fragmentação interna, controle do tráfico de drogas e uma crescente violência, praticada inclusive pela polícia¹³ (muitas vezes o único serviço do Estado que lhes é cotidiano).

Entretanto, uma revisão das obras que resumem os principais debates sobre as diferentes formas de participação política no Brasil (Baquero, 1981; Caldeira, 1984; Doimo, 1995; Valla, 1998; Teixeira, 2001; Santos, 2002; Reis & Schwartzman, 2002, Avritzer, Recamán, Venturi, 2004 entre outros) facilmente nos aponta que parte significativa da população brasileira vem sendo historicamente tratada pelos analistas

¹³ Ver Zaluar, 1994, 2003; Hugues, 2004; Soares, Bill e Athayde, 2005;

como se compusesse um cenário fora das fronteiras da política cotidiana (como se estivessem na “*periferia da política*”).¹⁴

Ao provocar a reflexão sobre o que estamos chamando de “periferia da política” somos remetidos ao já clássico debate a cerca de onde se localizariam as “fronteiras” do político. Tal debate tem uma longa trajetória no interior das ciências sociais (Marx, 1844; Weber, 1919; Foucault, 1969; etc), mas nenhuma outra disciplina debruçou-se tão constante e radicalmente sobre esta questão em específico como a chamada Antropologia Política. Através de significativos deslocamentos teóricos e metodológicos buscando questionar onde se localizariam tais “*fronteiras do político*”, antropólogos de todo o mundo debruçaram-se em realizar etnografias, análises científicas e mesmo ensaios reflexivos sobre diferentes modalidades de experiências políticas, aprofundando corajosamente os debates sobre onde se encontra a política e onde se encontrariam, portanto, as suas fronteiras.

Através deste debate, a Antropologia Política trouxe às ciências sociais diversos *insights* sobre onde se localizariam os limites “externos” da política e sobre seus “mecanismos” internos de funcionamento. Para tanto, porém, foram necessários importantes deslocamentos teórico-metodológicos, alguns dos quais contribuíram para a realização do estudo aqui apresentado e que serão debatidos ao longo deste capítulo.

No intuito de apresentar tais debates e especificar o sentido e a operacionalização dos principais conceitos trabalhados neste estudo, o presente capítulo vem dividido em alguns tópicos principais, sendo o primeiro esta pequena introdução ao capítulo. O tópico seguinte visa apresentar ao leitor uma breve revisão sobre abordagens clássicas acerca da ação coletiva no Brasil (tópico 2.2), destacando os limites das abordagens clássicas que, entendemos, devam ser superados com premência hoje. O tópico 2.3 propõe referências conceituais para o estudo das ações coletivas como construções sociais condicionadas.

¹⁴ Ainda que existam inúmeros esforços de pesquisadores em investigar as diversas formas de participação popular na política, tais estudos tendem a trabalhar com uma noção tão restrita de política que acabam por colocar a maior parte da população brasileira para “fora das fronteiras da política cotidiana”. D.L. Sheth, em seu estudo sobre a vida política na Índia, citada por Leonardo Avritzer e Boaventura de Souza Santos, fala sobre os movimentos políticos e sociais que teriam cumprido papel decisivo em diversos processos locais e nacionais, mesmo atuando “em espaços pequenos e estagnados na *periferia* da política eleitoral e partidária” (2002). Aqui, porém, buscamos justamente estender esta noção, referindo-nos à “periferia” da própria noção de política como entendida pelo senso comum, inclusive pelo senso comum interno às ciências sociais. Este debate será aprofundado no decorrer do capítulo.

Já os dois subcapítulos seguintes (2.4 e 2.5) apresentam uma breve revisão sobre as abordagens predominantes nos estudos clássicos que tomaram a periferia urbana e as relações entre as classes populares brasileiras e a política.

Na continuidade, os tópicos seguintes visam explicitar ao leitor os novos elementos que procuramos incorporar em nosso olhar analítico ao longo desta investigação.

Finalmente no tópico 2.10 é apresentada uma síntese que aborda o esforço, ao qual buscamos nos filiar, da construção de uma “Sociologia Relacional” como eixo estruturador desta nova “teia” analítica que busca-se tecer para a compreensão dos processos de ação coletiva no Brasil, a partir um enfrentamento com as perspectivas essencialistas.

Finalmente, no tópico 2.11 serão debatidos e operacionalizados dois conceitos fundamentais na conjugação de todo este debate teórico apresentado anteriormente, e que cumpriram papel decisivo tanto na análise dos dados coletados quanto na síntese desta nova perspectiva com a qual buscamos contribuir ao longo do presente estudo. Quais sejam, os conceitos de *Capital Social* e *Mecanismos*, os quais acreditamos, se articulados, podem contribuir decisivamente para o avanço dos estudos sobre ação coletiva no Brasil.

2.2 O que nos ensina a tradição: abordagens sobre ação coletiva no Brasil

A partir de uma revisão sobre as diferentes linhas de estudo das ciências sociais no Brasil, pode-se facilmente perceber que o conceito de ação coletiva teve uma difusão relativamente baixa no país. Segundo levantamento apresentado na tese de Doutorado de Marcelo Kunrath Silva, a Sociologia brasileira, na verdade, sequer possui uma tradição de análise dos processos de ação coletiva como objeto específico de estudo. Ao contrário, o tema da ação coletiva, em geral, tem sido abordado como um aspecto secundário incluído em outras linhas de investigação, em especial no interior da discussão sobre “movimentos sociais” (Silva, 2001). Tal fenômeno é um diferencial em relação às experiências européias e estadunidenses, onde o tema da ação coletiva foi,

historicamente, central no conjunto dos estudos das ciências sociais em geral e sobre os movimentos sociais, em particular.¹⁵

No Brasil, os estudos sobre ação coletiva ganharam mais espaço a partir dos anos 60 (embora, a partir de 1964 e, em especial, 1969, a ditadura militar tenha interferido duramente em nossa produção acadêmica). Ainda assim, como sintetizado por Silva (2001), nos últimos 40 anos, no Brasil, este debate se submeteu fundamentalmente ao tema específico dos chamados “Movimentos Sociais”. Dessa forma, não foi o conceito de ação coletiva que recebeu centralidade (tratando os Movimentos Sociais como uma das suas manifestações possíveis), mas o próprio conceito foi utilizado de forma instrumental para dar conta de um objeto empírico que ganhava cada vez mais a atenção dos pesquisadores. Ou seja, antes de uma afinação eminentemente conceitual, era antes o movimento concreto das forças sociais que guiava, no Brasil, o foco dos estudos sobre ação coletiva.

Entretanto, como observa Silva (1997) “a interpenetração entre a trajetória político-social do país e o debate sociológico [...] teve como desdobramento uma oscilação entre 'esperança' e 'desilusão' no tratamento desta temática”, dificultando uma elaboração mais autônoma e mais capacitada, teórica e metodologicamente, para apreender os complexos processos e relações sociais que conformam o fenômeno da ação coletiva. Tal processo, segundo Silva, limitou a capacidade compreensiva das pesquisas, pois estas incorriam, em geral, em avaliações normativas, apontando como os movimentos sociais deveriam ser ou mesmo manifestando “descrença nos atores empíricos que não seguiam aquilo que o 'roteiro' lhes definia como papel” (Silva, 1997).

Assim, o debate e a produção sociológica sobre os Movimentos Sociais no Brasil, depois de ter ganho força no final dos anos 70 e ter se difundido consideravelmente até meados da década de 80, entrou em refluxo a partir da segunda metade daquela década. Em especial, ao longo dos anos 90, muito se questionou os limites da produção dos anos 70 e 80 e até mesmo a própria relevância teórica dos movimentos sociais como objeto sociológico. De um período em que o tema era estudado quase como uma “moda”,

¹⁵ Para ver mais do debate internacional sobre o conceito de ação coletiva, ver Melucci, 1996; McAdam (2001), McAdam, McArty & Zald, (1996); Silva, 2001)

entrou-se em outro no qual seu rápido abandono não permitiu sequer uma superação sistemática dos limites da produção anterior.

É neste sentido que aqui buscamos fazer uma retomada crítica (ainda que breve) acerca das principais marcas constituintes dos estudos clássicos sobre ação coletiva no Brasil, visando destacar os elementos de análise que, acreditamos, precisam ser superados. Dentre estes, gostaríamos de destacar duas abordagens em especial que, acredita-se, sejam as marcas principais que a tradição dos estudos sobre ação coletiva no Brasil legou. A primeira delas é marcada pelo tratamento uniforme acerca dos atores sociais e suas formas de organização, secundarizando sua diversidade, como se os atores sociais pudessem ser tratados como blocos homogêneos. Em segundo, o tratamento sobre os movimentos sociais e as demais formas de ação coletiva como meros dados da realidade, e não como fenômenos construídos e que, por isso mesmo, merecem ter este seu processo de produção como um dos *momentos* privilegiados de análise.

Todavia, compreendemos que estas duas abordagens limitadoras têm origem no mesmo tratamento essencialista, substancialista, que foi historicamente desenvolvido e disseminado no interior das ciências sociais. Assim, como nos ensinou o mestre Norbert Elias, perdemos durante décadas a capacidade de apreender a complexidade dos fenômenos sociais como construções humanas e, portanto, o próprio potencial criador da humanidade (1999). Portanto, é na busca de um olhar vigilante sobre os diversos efeitos deste essencialismo que queremos revisitar algumas das principais contribuições clássicas para este debate.

2.2.2. Perspectivas clássicas nos estudos sobre ação coletiva no Brasil

A abordagem estruturalista foi a perspectiva mais comum entre os diversos pesquisadores sobre ação coletiva no Brasil, até os anos 80. Sua característica principal se baseia, fundamentalmente, na idéia de que as carências e as necessidades materiais seriam a origem natural de qualquer movimento social (Evers, 1985).

Seguindo esta perspectiva, mas direcionando seus estudos sobre a realidade urbana, estudiosos europeus, como Castells e Borja, desenvolveram o conceito de “movimentos sociais urbanos”, entendidos como “sistemas de práticas sociais contraditórias que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições

específicas da problemática urbana” (Castells, 1976). Ou seja, a origem dos movimentos e suas ações estaria, precisamente, “nas contradições” preexistentes na realidade social. Assim, o que importa aos pesquisadores é estudar estas próprias contradições e as formas pelas quais tais movimentos buscam solucioná-las, secundarizando o processo específico de *construção* destes movimentos.

Esta matriz de análise teve, inicialmente, uma enorme influência nos estudos realizados no Brasil. Assim, José Álvaro Moisés (exemplo clássico desta abordagem), ao buscar as origens dos movimentos sociais urbanos vai afirmar que, no Brasil, “o modo de acumulação de base pobre implicou a ativação de mecanismos de superexploração da força de trabalho, e na minimização da participação privada e, particularmente, do Estado, nos custos de reprodução desta força de trabalho” (Moisés, 1985). Também Kowarick acentua esta dimensão, ao apontar a origem dos movimentos sociais no “processo de pauperização relativa ou absoluta resultante das condições de exploração da força de trabalho” somado ao que denominava de “espoliação urbana” (1985).

Dessa forma, ainda que tais estudos pudessem apreender e descrever características importantes das relações sociais e políticas no Brasil, devido a sua matriz estruturalista sustentavam um olhar bastante mecânico acerca das ações coletivas, como se estas fossem conseqüências previsíveis, obrigatórias, dadas por determinadas realidades sociais, fazendo desnecessária a investigação acerca dos processos específicos de *construção* da ação coletiva e desconsiderando a diversidade existente no interior das diferentes experiências organizativas populares e urbanas no Brasil.

Na verdade, tanto o estruturalismo quanto o funcionalismo (as duas correntes antes hegemônicas nos estudos sobre ação coletiva) partilhavam de um certo determinismo que via as ações coletivas como derivadas das dinâmicas da ordem social. Ainda que a primeira tenha se prestado a abordagens mais críticas que a segunda, ambas mereceram, por isso, ser chamadas de “correntes da ordem”, por sociólogos como Alain Touraine (1987). Na verdade, mesmo as linhas defensoras do individualismo da escolha racional que entendiam as ações coletivas como conseqüências de decisões de indivíduos, (tomados muitas vezes de forma isolada) demonstravam pouco interesse em investigar os processos sociais de *construção* das ações coletivas em sua diversidade.

Durante a década de 80 alguns estudos brasileiros buscaram questionar os pressupostos estruturalistas e funcionalistas. Tal esforço foi empreendido tanto através da incorporação de novas dimensões das relações sociais como objeto de estudos (por exemplo, Eder Sader em “Quando novos personagens entram em cena”) quanto buscando compreender a diversidade de atores e organizações presentes no seio da sociedade brasileira.

Ainda assim, preocupados, em geral, em *avaliar* se os movimentos estudados correspondiam àquilo que as teorias estabelecidas esperavam deles, a maior parte destes estudos secundarizou a tarefa de, efetivamente, investigar os complexos processos de *construção* das ações coletivas. Este esforço exigiria um olhar compreensivo e uma postura de ida a campo menos voltada ao teste de hipóteses previamente estabelecidas. Seria importante uma atitude muito mais aberta às descobertas provenientes da imersão no campo, sem a pretensão prévia de medir ou avaliar os atores e suas práticas (ao menos como procedimento inicial para o estabelecimento de novos parâmetros conceituais de análise - e mesmo avaliação - sobre a realidade).

Assim, todas estas análises que abordaram as ações coletivas de maneira substancialista, unificadora ou avaliando-as entre o “bem” e o “mal”, tenderam a travancar o desenvolvimento da sua compreensão. Ou, nas palavras de Silva:

“Essa visão unificadora e maniqueísta, assim como a perspectiva não-relacional constitui um sério obstáculo à compreensão da diversidade e da complexidade tanto da sociedade civil quanto do campo político-institucional, na medida em que a adoção dessa concepção simplificadora tende a fazer com que se ‘expurgue’ das análises, em geral de forma não consciente, aqueles aspectos ou atores que não correspondem às prescrições dos modelos teóricos.” (Silva, 2006)

Por fim, soma-se a isso um enviezamento comum nas pesquisas sobre ação coletiva no Brasil, que tem lhes dificultado observar processos importantes, porém silenciosos, no seio da sociedade brasileira. Nos referimos aqui ao fato de que o debate sobre a organização e participação (política) popular, na academia brasileira, tem sido historicamente pautado, em geral, pelos temas e formatos organizativos que cada momento histórico tem posto, socialmente, em destaque.

Assim, nos anos 80, o objeto privilegiado de estudo foram os chamados “movimentos sociais”. Já a partir dos anos 90, a maior parte das energias foi dedicada ao

estudo de Conselhos, ONGs, diferentes experiências de Orçamento Participativo, etc. Ou seja, a maior parte dos pesquisadores tem priorizado estudar processos que *despontam* na sociedade como politicamente significativos, esquecendo-se, porém, que quando tais processos ganham visibilidade na sociedade é porque já sobressaíram-se a partir de relações “subterrâneas”, muitas vezes silenciosas, que são a base para que se estabeleçam quaisquer formas mais visíveis de organização popular coletiva (justamente aquelas que são as bases relacionais da *construção* das ações coletivas e, em especial, da própria tessitura dos *tecidos organizativos*). Por isso, são justamente tais processos “subterrâneos”, prévios às ações coletivas na periferia urbana brasileira, os que nos interessam investigar, neste momento.

2.3 A construção social da Ação Coletiva

Antes, porém, de aprofundarmos as perspectivas específicas sobre a periferia urbana e a relação de seus moradores com a política no Brasil, é importante aprofundarmos o debate sobre a *construção* social da ação coletiva, referência fundamental para desnaturalizarmos nossas abordagens sobre os fenômenos em questão.

Como apontado anteriormente, a tendência predominante em grande parte das análises sobre diferentes formas de ação coletiva no Brasil foi a de tomar o ato coletivo como um dado, cuja *explicação* não mereceria atenção especial por parte do investigador, uma vez que, em geral, era visto como um desdobramento mecânico e natural de contradições e/ou desvios sistêmicos, levando ao equívoco denominado por Kowarick, em uma auto-crítica, como “deducionismo das condições objetivas” (2000).

Na realidade, os estudos sobre ação coletiva no Brasil que, em seu período de maior produção, tomaram como objetos privilegiados os chamados “movimentos sociais” ocuparam-se, predominantemente, com os efeitos sócio-políticos da ação destes atores, com seus possíveis impactos na sociedade brasileira. Pouco, entretanto, foi estudado sobre “o processo de construção destes atores, sobre seu trabalho ‘subterrâneo’ de (re)produção cotidiana, sobre a dinâmica de mudanças e permanências a partir da transformação de seu campo de relações sociais” (Silva, 1996).

Com isso, os autores ficavam “dispensados” de explicar a *construção* da ação coletiva, pois estava subentendido que estaria pré-determinada pela “ordem” social. Apenas com a constatação dos limites dos enfoques macro-estruturais é que se abriu espaço para a problematização específica da construção das ações coletivas. A crítica aquilo que Touraine definiu como a “Sociologia da Ordem”, propiciou, então, a abertura para o estudo da “ação coletiva” enquanto construção social. Sem dúvida, há que se ressaltar que a própria investigação empírica sobre os “movimentos sociais” contribuiu para identificação dos limites explicativos daqueles enfoques e matrizes.

Assim, o presente estudo busca contribuir com este esforço analítico, orientando-nos por uma perspectiva desde a qual o ato coletivo seja tomado não como dado da realidade social, um resultado natural ou mecânico do funcionamento da sociedade (contraditória ou problemática). Ao contrário, abordamos a ação coletiva como uma complexa construção social que necessita, em seu processo de produção, ser, ela mesma, explicada. E cujos *mecanismos* internos, caso compreendidos, muito podem nos auxiliar no entendimento de outros processos de organização social.

Neste sentido, uma das primeiras constatações dos autores que perceberam a necessidade de estudar os processos de construção das ações coletivas foi a de que seria necessário o desenvolvimento de uma abordagem diacrônica, histórico-processual, de forma a visualizar como as relações estudadas foram se constituindo e se modificando ao longo do tempo. E, assim também com elas, os próprios atores (individuais e coletivos) investigados.

Também, optarmos pela noção de “construção social” implica na compreensão da presença de uma vontade ou intencionalidade (em maior ou menor intensidade) por parte dos atores, que têm na própria produção da ação coletiva um de seus objetivos centrais. Entretanto, como parte e resultado de um complexo processo social, tal construção não se resume a um ato livre de vontade ou desejo dos indivíduos. Ela se insere em uma complexa rede de relações sociais, que condiciona de forma dinamicamente estruturada não só as possibilidades de realização das vontades, mas também, o conteúdo dessas vontades. Este papel condicionante das estruturas objetivas é observado por Bourdieu:

“é preciso afirmar, contra o relativismo nominalista que anula as diferenças sociais ao reduzi-las a puros artefatos teóricos, a existência de um espaço objetivo que determina compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias.

É preciso afirmar, contra o realismo do inteligível (ou reificação dos conceitos), que as classes que podemos recortar no espaço social [...] não existem como grupos reais embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos” (Bourdieu, 1989).

A complexidade da construção social da ação coletiva deriva do fato de que ela não pode ser compreendida como resultado direto de um único fator ou variável que o investigador possa identificar e tão pouco pode ser uniformemente generalizada. Ao contrário, nesta construção articulam-se de forma dinâmica fatores relacionados à diferentes intencionalidades e também relacionados a incontáveis condicionamentos sociais, sem que, no entanto, qualquer um possa ser tomado isoladamente como fator explicativo. Como afirma Melucci: “os eventos nos quais indivíduos agem coletivamente combinam diferentes orientações, envolvem múltiplos atores e implicam em um sistema de oportunidades e condicionamentos que moldam suas relações” (Melucci, 1990).

A relação entre tais condicionamentos e oportunidades, porém, é bastante complexa, pois os próprios condicionamentos não se referem apenas a obstáculos ou dificuldades, mas propiciam eles próprios, também, oportunidades para determinadas formas de organização e ação coletiva.

2.3.2 Obstáculos e Oportunidades: o Campo de Possibilidades

Como a ação não é mero resultado da vontade nem se dá no vazio, na sua análise devem ser considerados aqueles aspectos que colaboram para a sua ocorrência, assim como aqueles que tendem a dificultar a construção dos atos coletivos. Estes aspectos constituem o “campo de possibilidades” da ação, ou seja, o campo de relações sociais (simbólicas, econômicas, políticas, culturais, institucionais, etc) onde se inserem os indivíduos e grupos e que, pela sua configuração, potencializa ou obstaculiza o surgimento de ações.

Na definição do *campo de possibilidades* podemos diferenciar analiticamente dois tipos de elementos: as relações externas ao ator, que podemos chamar do “contexto” da ação, formado pelo campo no qual o ator está inserido, com suas coerções e alternativas; e as relações internas, os “recursos” de que dispõe o ator, que são os elementos materiais, simbólicos, cognitivos, organizacionais, “enfim, todos os recursos

acumulados pelo ator em sua trajetória e que podem ser mobilizados na realização de seu projeto.” (Silva, 1996).

Considera-se, portanto, que a ação coletiva não é resultado da mera soma da vontade de indivíduos nem fruto mecânico das determinações de relações sociais estruturadas, mas, antes, resultado de processos complexos em que intencionalidades e condicionamentos (seja como possibilidades, seja como obstáculos) se articulam de forma variável de acordo com cada contexto empírico particular.

Sendo um complexo processo de construção social, os esforços de produção da ação coletiva constituem-se em objetos de imenso interesse sociológico, pois não existe qualquer garantia de que tais esforços resultarão na constituição efetiva de um agente capaz de atuar coletivamente e, caso este se constitua, não existe qualquer garantia de que o mesmo conseguirá reproduzir-se e manter-se ao longo do tempo. Portanto, não encontramos aqui qualquer relação natural, mecânica, mas um complexo processo de construção social.

Nestes termos, a perspectiva que orienta este trabalho articula, nos referenciais teóricos da análise, a constatação dos condicionantes sociais da ação coletiva, ao mesmo tempo em que a compreende como um ato de construção, em maior ou menor grau, marcado pela intervenção e intencionalidade dos atores. Isso significa a busca da superação de antigas abordagens dicotômicas que separam agentes e estruturas, atores e sistema, pois, como afirma Marcelo Silva: “estruturas e agentes não existem como realidades separadas que se encontrariam e confrontariam na realidade social. Ambos são expressões de relações sociais determinadas que, por sua trajetória, estabelecem limites e possibilidades à ação social.” (Silva, 2001).

Neste sentido, também buscamos no presente estudo questionar a dicotomia muitas vezes estabelecida entre objetividade e subjetividade, como se pudessem ser encontradas, de fato, duas realidades diferenciadas que estabeleceriam relações de subordinação ou sobreposição entre si. Estas duas “dimensões” da vida social, embora possam ser teoricamente diferenciadas pelo pesquisador, com objetivos analíticos, encontram-se imbricadas na experiência dos indivíduos, compondo uma totalidade.

“os discursos, os ritos e as doutrinas constituem não apenas modalidades simbólicas e uma transfiguração da realidade, mas, sobretudo ordenam, classificam, sistematizam e representam o mundo natural e social em bases

objetivas e nem por isso menos arbitrárias. Quer dizer, a reelaboração simbólica que um discurso efetiva é parte integral da realidade social e, por esta razão, tal realidade é também constituída, ou melhor, determinada pela própria atividade de simbolização (Miceli, 1974)

Assim, entendemos que as intencionalidades, as oportunidades e os obstáculos, como elementos objetivos e subjetivos que se articulam no processo de construção da ação coletiva, não são nem simples frutos da vontade dos atores nem determinações mecânicas de uma estrutura social externa aos agentes. São, antes de tudo, fatores que se constituem na própria trajetória sócio-histórica do campo de relações constituído pelos agentes e no qual eles são também construídos.

Nesta trajetória, por um lado, estruturam-se os condicionamentos objetivos (sociais, econômicos, institucionais) da vida dos sujeitos e da própria construção da ação coletiva, os quais definem um determinado campo de possibilidades para esta construção e estabelecem limites objetivos às intenções dos agentes. Por outro lado, nesta mesma trajetória sócio-histórica estruturam-se também os condicionamentos subjetivos que orientam a interpretação das experiências dos indivíduos e também da construção das ações coletivas, definidos, em especial, pelas oportunidades e limites em termos de discursos e representações aos quais os agentes têm acesso e que influenciarão em sua leitura de mundo e no próprio processo de construção da ação.

Devemos, então, considerar que existem limites objetivos à intencionalidade dos agentes e esta mesma intencionalidade constrói-se em um determinado campo de possibilidades, objetivas e subjetivas, que estabelecem o que é possível e o que não é possível ser pensado pelos agentes. Nas palavras de Diani (2000), “a interdependência entre as idéias e as relações concretas moldam dramaticamente o curso possível das ações: algumas aparecem como óbvias e acessíveis enquanto outras parecem ser inviáveis, quando não inconcebíveis”.

Nestes termos, compreendemos que o estudo dos processos de construção das ações coletivas deve levar em consideração tanto os condicionamentos objetivos dentro dos quais determinado processo se realiza quanto os elementos subjetivos que movem os atores em seus objetivos e interpretações acerca de sua realidade.

2.3.3 A Intencionalidade

Faz-se ainda necessário que apresentemos uma definição mais precisa do conceito de *intencionalidade*, já algumas vezes referido no corpo deste texto. Segundo Marcelo Silva, o conceito de *intencionalidade*, superando todo conteúdo voluntarista (uma vez calcado nas concepções apresentadas acima), embora influenciado pelas interpretações subjetivas dos atores sobre sua realidade, “busca apreender os processos através dos quais os agentes, sob condições objetivas dadas, atuam no sentido de produzir uma ação que se encontra como possibilidade determinada por aquelas condições” (Silva, 2001). Assim, a *intencionalidade*, que atua como elemento importante na construção da ação coletiva, imbrica, a partir das orientações subjetivas dos sujeitos, seus desejos de intervir, neste ou naquele sentido, em uma dada realidade. Tal intencionalidade, porém, jamais se manifesta de forma “pura” na realidade, condicionadas suas conseqüências pelo complexo campo de relações posto em jogo em cada contexto empírico.

2.3.4 A mediação simbólica

Eder Sader já nos indicava, em 1984, que as ações coletivas, como processos socialmente construídos não poderiam apenas nascer como frutos naturais de determinadas condições objetivas. Entre estas e a ação dos sujeitos, em geral, existe sempre uma “*mediação simbólica*”, elemento central na constituição da experiência dos atores. Segundo esta perspectiva, não são as condições objetivas por si que levam os atores a uma determinada ação coletiva, mas justamente estas condições, mediadas por determinadas “*matrizes discursivas*” (as quais ofereceriam os parâmetros a partir dos quais os atores interpretam sua realidade, significam suas vidas e definem suas formas possíveis de ação social).

“Há sempre uma defasagem entre a realidade e a representação, entre acontecimento e palavra, embora não seja jamais possível depurar uma da outra, tão impregnadas estão umas das outras. [...] Os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e nem podem inventar na hora seus sistemas de comunicação. Eles recorrem a matrizes discursivas constituídas e, em primeiro lugar, à matriz da própria cultura instituída, reproduzida através de uma pluralidade de agências sociais.” (Sader, 1988)

Tais *matrizes discursivas* são elemento central não apenas na definição de formas de interpretação da realidade, e nem mesmo apenas para formas de organização coletiva

amplas como as estudadas por Eder Sader. Como elemento intrínseco à vida social, tais *matrizes discursivas* orientam todas as decisões tomadas pelos atores sociais em geral, contribuindo na conformação de todas as formas de ação coletiva, das mais institucionalizadas às mais informais. Isto porque, de nosso ponto de vista, tais *matrizes discursivas* são elementos fundamentais na constituição daquilo que McAdam, McArty e Zald definiram como *marcos interpretativos culturais*, que conformam os sentidos das práticas sociais e, por conseguinte, seriam elementos centrais na produção das ações coletivas (1996).

2.3.5 As bases “subterrâneas” da ação coletiva

Compreendemos que a *construção* da ação coletiva, fruto da interseção entre as determinações da realidade objetiva e as diversas dimensões da subjetividade e suas intencionalidades, (também estas condicionadas), deixou de ser apreendida e analisada por muitos autores em virtude do seu caráter “subterrâneo”, de difícil visibilidade (e inclusive difícil acesso), imersas que estão nas relações cotidianas que tecem a teia das redes sociais e seus tecidos associativos.

Os estudos pretéritos consideraram, na maioria dos casos, os atos coletivos a partir de sua face visível, pela sua emergência “espetacular”, perdendo a realidade “submersa” na qual se deram as longas construções daquelas teias que, eventualmente, vêm à tona como ação coletiva com visibilidade pública. Neste sentido, para investigarmos o processo de construção das ações coletivas é necessário transpor a face imediatamente visível dos atores coletivos, superar a forma como eles são apreendidos pelo conhecimento imediato e buscar as relações a partir das quais os atores se constituem enquanto tal.

Já afirmava Melucci (1986) que “uma deformação profissional de tipo político conduz a guardar somente a face visível das mobilizações, sem levar em conta que aquilo que as alimenta é a própria produção cotidiana de alternativas de sentido, nas quais as redes se fundem e vivem o dia-a-dia.” O ocultamento deste processo “subterrâneo” de construção torna incompreensível grande parte das relações envolvidas na produção de um ator coletivo.

Para apreender o processo de construção da ação coletiva baseada nas relações sociais cotidianas (quando identidades são construídas, formas de organização são experimentadas, discursos e representações são produzidas), em um campo de possibilidades materiais e simbólicas socialmente determinado, é importante focar o que alguns autores têm denominado como “redes sociais, redes de recrutamento ou contextos de micromobilização[...] os quais provém as precondições sociais e cognitivas para a emergência” das ações coletivas (Foweraker, 1995).

Neste mesmo sentido, já afirmava também Scott (1990):

“as redes informais de relações provém a fonte da mobilização dos atores criando laços sociais afetivos e uma ética de solidariedade. [...] É apenas focando no processo de formação dos grupos através de redes informais de relações que podemos compreender como a ação coletiva social se torna possível, como um ato pode se tornar um fim em si mesmo e como valores de comprometimento podem se tornar uma força material”

Ou seja, o ator coletivo que podemos observar no espaço público, sua face visível, não é o ponto de partida mais interessante, mais complexo e desconhecido, mas sim o ponto de chegada de um rico processo anterior (que muitas vezes permanece sendo secundarizado nas análises). Tal abordagem enfocando as *redes de relações* “subterrâneas” se mostra muito profícua, pois é nas redes das relações sociais onde o agente se “socializa” aonde se constroem os referenciais simbólicos que orientarão suas ações em geral e onde este sujeito vivencia dadas condições de existência. Assim, seus próprios valores, interesses, identidades, derivam não de uma natureza fixa e predeterminada, mas são resultados do processo de sua formação no interior destas redes.

No entanto, o papel das redes, no que toca à construção da ação coletiva, nem sempre é uma relação positiva, de sustentação ou potencialização do ato coletivo e de sua reprodução. Se a relação de sustentação é uma possibilidade, há que considerar seu inverso, ou seja, de uma relação de tensão entre tais redes de relações dos agentes e a ação coletiva, na qual as primeiras atuam no sentido da desmobilização do ato coletivo, por oposição à participação ou indiferença face aos agentes que buscam construí-lo. Em síntese, também a intencionalidade de atores componentes das redes de relações pode atuar de maneira significativa (des)construção das ações coletivas.

2.3.6 A diversidade das atuações: coletivas e individuais

Por fim, um último aspecto que merece ser ressaltado em relação ao processo de construção da ação coletiva refere-se à diversidade comumente observada entre os agentes envolvidos. Assim, por um lado, é imprescindível que busquemos observar a diversidade de *interpretações* e *práticas* dos sujeitos envolvidos nas redes estudadas, pois estas podem ter influência decisiva no desenvolvimento das ações coletivas.

Por outro lado é importante observarmos também a diversidade no comprometimento e envolvimento dos atores com o ato coletivo investigado. Esta diversidade de comprometimentos faz com que cada agente cumpra um determinado papel na construção ou desconstrução de uma dada ação coletiva, variedade esta de papéis que tende a exercer também importante função explicativa quando tomamos a ação coletiva como um fenômeno problemático a ser explicado (Silva, 2001).

2.3.7 Definindo a ação coletiva

Em síntese, trabalhamos com a definição apresentada por Melucci (1989), para quem

“a ação coletiva tem que ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. [...] são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. [...] O modo como os atores constituem sua ação é a conexão entre as orientações, oportunidades e coerções sistêmicas”

Assim, é com base nestas concepções que buscamos fazer uma revisão crítica sobre as diferentes perspectivas que abordaram o universo da periferia urbana no Brasil e sua relação com a reflexão e as práticas políticas, pois tais perspectivas terão influência central nas formas pelas quais abordaremos a construção das diversas formas de ação coletiva (que, se pesquisadas, podem ser) encontradas na periferia urbana brasileira.

2.4 Perspectivas sobre a periferia urbana no Brasil

A revisão da literatura também nos demonstra que as ciências sociais brasileiras não apresentam uma longa tradição em estudos específicos sobre a periferia urbana do país. A maior parte dos estudos que tomam a periferia como universo privilegiado de análise encontram-se no campo da Antropologia Urbana (como veremos mais adiante), do Urbanismo (a exemplo de Maricato, 1987, 2001; Villaça, 1998; Bueno, 2007); ou mesmo da Epidemiologia (como Assunção, Santos & Gigante, 2001; Costa & Natal, 2003, entre outros). As demais ciências, em geral, ainda que dialoguem com este universo, secundarizam-no como espaço específico de análise.

Este destaque é importante, pois tanto o Urbanismo quanto a Epidemiologia são exemplos de disciplinas que souberam recolher das ciências sociais importantes reflexões, problematizando sociologicamente seu recorte específico de trabalho. Ambas disciplinas tem destacado a noção de “periferia urbana” como um elemento importante na compreensão de seus objetos de estudo. Tanto o Urbanismo quanto a Epidemiologia puderam perceber o quanto a localização geopolítica de seus objetos influencia na constituição dos fenômenos estudados.

Esta percepção, entretanto, não faz parte do senso comum das ciências sociais. E justamente para contribuir com tal perspectiva é que este estudo busca destacar esta noção de *periferia urbana* enfocando não apenas o distanciamento físico das áreas geográficas onde se reúnem os grupos estudados, mas especialmente destacando o lugar *periférico* que tais regiões ocupam na execução de políticas públicas e de promoção da cidadania, bem como de acesso a bens e serviços coletivos, como veremos no capítulo 4. Ao longo deste estudo demonstraremos a influência de tal abandono para a (des)constituição de laços associativos entre moradores da periferia de Porto Alegre.

No presente subcapítulo, porém, gostaríamos ainda de apresentar uma breve síntese de algumas das principais linhas de abordagem sobre a periferia urbana, no campo das ciências sociais, de modo a oferecer ao leitor não apenas os conceitos que partilhamos, mas também um panorama daqueles que entendemos importante superar.

2.4.2 A influência da Escola de Chicago nos estudos urbanos no Brasil

A Escola de Chicago pode ser entendida como a primeira linha de estudos urbanos de influência marcadamente global. Seu foco privilegiado de estudo, entretanto, direcionou-se principalmente para fenômenos sociais que definiam como *desvios* (elementos de “desorganização”, “desestruturação” e “anomia”) acarretados pela chamada “concentração de massas nas megalópoles contemporâneas”.

É certo, entretanto, que a Escola de Chicago trouxe importantes contribuições à Sociologia brasileira. Dentre elas, destacaríamos a própria ênfase no estudo das cidades e, dentro destas, os chamados “estudos de comunidade” (embora estes fossem mais recorrentes em relação a pequenas cidades rurais), também contribuindo para um avanço nos estudos sobre as relações raciais no Brasil (em especial na relação entre negros, brancos e imigrantes) (Mendoza, 2005).

Com isso, a Escola de Chicago se tornou uma das principais influências nas pesquisas urbanas brasileiras em todos os tempos. Afirmando uma perspectiva “ecológica” em certos momentos e, em outros, defendendo propriamente a chamada “Sociologia Urbana”, combinando várias teorias e autores, essa Escola influenciou em diversos trabalhos no Brasil difundindo categorias como as de “aculturação e assimilação”, bem como os referidos “estudos de comunidade”, que tiveram grande importância no Brasil e em outros países, focando o tema das migrações campo-cidade. Por fim, teve grande influência no desenvolvimento da Antropologia Urbana brasileira, tanto pela difusão do método etnográfico quanto pela influência teórica direta sobre alguns autores que viriam a ganhar destaque em nosso país.

Talvez o mais destacado exemplo desta relação seja Gilberto Velho quem, após ter concluído seu doutorado em dezembro de 1975 vai, já no ano seguinte, para Chicago, onde tem uma maior aproximação com a referida Escola. Ali, reforça seus estudos sobre os conceitos de “instituição total” e “desvio”, problemáticas já presentes em sua obra *Utopia Urbana* (1973), umas das pesquisas pioneiras na aplicação do método antropológico em estudos urbanos no Brasil. Anos mais tarde, questionando sua própria produção anterior, bastante carregada de juízos de valor (mas, sem abandonar a intenção de abordar temas que entende como “problemas sociais”), Gilberto Velho vai focar com prioridade a temática da violência entre as classes populares urbanas, afirmando que

tal violência não nasceria apenas da pobreza material, mas também como consequência de “estruturas simbólicas que oportunizam e incentivam tais relações” (2002).

2.4.3 A Violência como foco

Segundo Velho, não obstante toda a “desigualdade estrutural brasileira”, nossa cultura também teria sido historicamente marcada por relações de “reciprocidade entre ricos e pobres” (o que não denota, necessariamente, relações horizontais). Ainda assim, após as décadas de 70 e 80 tais “estruturas de reciprocidade” estariam sendo cada vez mais questionadas, culminando não em uma ampliação da igualdade e da cidadania, mas em um abandono puro e simples das classes populares, fazendo com que a violência ganhe espaço, baseada não apenas na existência objetiva da desigualdade, mas também pelo enfraquecimento de tais “estruturas, materiais e simbólicas, de reciprocidade” (2002).

Nesta mesma linha de raciocínio, a maior parte dos estudos em Antropologia Urbana, quando não se prende em descrever elementos “curiosos” da chamada “cultura popular”, tem focado prioritariamente o tema da chamada violência urbana.

Neste sentido, outro importante exemplo desta abordagem é Alba Zaluar (2003; 2004; 2007; 2008) quem, após ganhar notoriedade em estudos sobre a periferia urbana brasileira, acabou optando por focar com prioridade a temática da pobreza e da violência. Assim, Alba Zaluar tem trabalhado a idéia de que a violência se tornou um fato que transpassa todos os lados da vida das classes populares. Por diversos enfoques que se busque, a violência tem sido sempre o tema central destacado quando se fala na periferia urbana.

Entendemos que tal ponto de vista, embora aponte este decisivo fator presente na vida das classes populares, ao ser repetidamente difundido, acaba por produzir um senso comum que relaciona sempre a periferia urbana e seus atores à idéia da violência. Tal entendimento marca profundamente o olhar do conjunto das sociedades sobre a periferia urbana, ampliando as dificuldades pelas quais passam os sujeitos que ali vivem e invisibilizando outros processos que ali se constituem (os quais, se incentivados, poderiam se viabilizar inclusive como alternativa na superação dos tão referidos problemas). Dessa forma, podemos afirmar que a insistência em relacionar os estudos

sobre a periferia urbana com a temática da violência contribui, não apenas para reproduzir os chamados “mitos da marginalidade”, mas também para reforçar a própria existência concreta de tais processos de marginalização.

2.4.4 Os mitos da marginalidade

Já em 1977 a antropóloga americana Janice Perlman, com sua obra “O Mito da Marginalidade”, nos auxiliava a debater essa questão. Analisando os principais estereótipos (difundidos por teóricos, elaboradores de políticas ou pelo senso comum) relacionados a moradores de favelas, a autora resume a todos com o que ela chama de “mitos da marginalidade”. Ela vai analisar tais mitos, rechaçando ou reafirmando cada característica, a partir dos resultados da pesquisa empírica que realizou em favelas do Rio de Janeiro, no final da década de 1960, através da observação participante, de entrevistas abertas e do levantamento de dados sobre o universo investigado.

Ao contrastar as expectativas dos referidos “mitos da marginalidade” com os dados coletados ao longo de sua pesquisa de campo, Pearlman concluiu que, em termos gerais, aquelas definições não corresponderiam à realidade, sequer como “tipos ideais”. Segundo Pearlman, suas pesquisas desmontariam o argumento da “desorganização interna” e do “isolamento externo dos favelados”, detectando intensa vida associativa no interior da periferia e um uso intenso do conjunto do “contexto urbano”, estando “os favelados” permanentemente expostos ao contato com a cidade e não isolados como previam muitos estereótipos.

Por outro lado, no que toca a cultura da periferia, Pearlman chamava atenção para o fato de que, embora a maioria dos favelados se identificasse com alguma religião, seria absurdo afirmar que eles não fossem racionais ao tomar suas decisões, em geral. De outro lado, aquilo que fora chamado de “cultura da pobreza” não seria um horizonte para os moradores da periferia, pois a maioria dos pesquisados teria demonstrado “otimismo e aspirações racionais ligadas à profissão, dinheiro, educação” (1977).

No que diz respeito aos mitos econômicos, Pearlman demonstra a fragilidade tanto da idéia do “parasitismo econômico” quanto do “paroquialismo”. Para tanto, demonstra em sua pesquisa que a maioria daqueles que tinham condições de trabalhar

faziam questão de fazê-lo, assim como apresentavam “abertura para a inovação e ciência moderna, valorização do trabalho árduo e da educação” (Pearlman, 1977).

Por fim, no que diz respeito à naturalização das idéias de “apatia política”, afirmava a pesquisadora ter observado um constante esforço dos moradores da periferia em criar alternativas para sua realidade, embora estas, em geral, não fossem reconhecidas nem estimuladas. Em suas palavras: “[os favelados] não são passivamente marginais em termos das suas próprias atitudes e comportamento, ao contrário, estão sendo ativamente marginalizados pelo sistema e pela política oficial” (1977). Assim, Pearlman conclui que o conjunto de estereótipos a que ela denominou “os ‘mitos da marginalidade’ são tão generalizados e arraigados que constituem uma ideologia – de fato, um instrumento político – para justificar as políticas das classes dominantes, das quais dependem as próprias vidas dos migrantes e favelados” (1977).

Também observamos que as chamadas “teorias da marginalidade” sofreram forte influência das abordagens funcionalistas, entendendo as ações sociais (em especial coletivas) que não seguiam o que seria esperado pela “ordem natural das coisas” como “patologias sociais”, como expressões de algum mau funcionamento da sociedade. Dessa forma, além de seu viés conservador, em termos analíticos também trabalha com o pressuposto de que ação coletiva não teria dinâmicas próprias, por serem apenas decorrência de algum desvio na ordem social.

Neste tocante, nos somamos às críticas de Pearlman às “teorias da marginalidade”, tanto por seu viés mecanicista quanto por suas conseqüências conservadoras, especialmente quando estas se reproduzem, ainda que com nova roupagem (e, eventualmente, com nova intenção - o que não altera suas conseqüências) nos estudos que reforçam o imaginário que relaciona recorrentemente a periferia urbana à idéia de fragmentação ou violência.

2.4.5 A Violência e a Invisibilidade

É importante destacar que, dentre os pesquisadores que abordam o tema da violência na periferia, existem perspectivas que buscam chamar atenção para elementos outros que não reforçam o tema específico da conflitualidade, como uma conseqüência quase natural do ambiente da periferia. O antropólogo Luís Eduardo Soares é um caso

exemplar neste sentido. Partindo da temática da violência urbana, Soares vai trabalhar a idéia de que desenvolvemos no Brasil o que ele chama de uma “cultura do medo” (1996), o que faz com que a sociedade tenha uma *sensação* maior de risco (insegurança) do que de fato o viva, objetivamente. Como afirma Soares (2005) “o medo é parte indissociável do que chamamos insegurança”. Esta “cultura do medo” seria, em boa medida, difundida tanto pela mídia, quanto pelos pesquisadores que supervalorizam o tema da violência urbana.

Tal difusão do tema não garante que aqueles que, efetivamente, mais sofrem as conseqüências das diversas violências urbanas ganhem, eles e seus sofrimentos, real *visibilidade*. As violências diversas de que sofrem os moradores da periferia urbana não receberiam nem a devida atenção nem o devido tratamento analítico.

Desta maneira, não obstante todas as notícias e pesquisas que debatem o tema da violência, os moradores da periferia urbana sofreriam aquilo que Soares chama por *invisibilidade*. Refletindo a partir do exemplo do jovem Sandro, que seqüestrou o famoso “ônibus 174” no ano de 2000 no Rio de Janeiro (depois de ter sido o único sobrevivente da Chacina da Candelária) e que acabou sendo assassinado, junto de sua refém, pela polícia, causando enorme comoção nacional, Soares afirma:

“O personagem de Sandro passa a ter visibilidade quando faz o percurso para a Zona Sul do Rio, onde começa a configurar uma ameaça à ordem estabelecida da classe-média, provocando acontecimentos que são passíveis de se transformar em acontecimentos midiáticos-como foi o episódio do massacre na Candelária e o evento do ônibus 174. Com isso adquire a possibilidade de reverter seu caráter anônimo para ganhar visibilidade. [...]Ali, o Sandro nos despertou a todos nós, em todas as salas de visita, ele impôs a sua visibilidade, ele era personagem de uma outra narrativa, ele redefiniu de alguma maneira o relato social, o relato que dava a ele sempre a posição subalterna, de repente é convertido numa narrativa na qual ele é o protagonista.[...] Esse menino, com essa arma, pode produzir em nós, num outro qualquer, um sentimento, que é o sentimento do medo. Um sentimento negativo, mas um sentimento. Através do qual ele recupera a visibilidade, reconquista presença, reafirma a sua existência social e a sua existência humana.” (2005)

Segundo Soares, uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível seria, justamente, projetar sobre ele estigma, um preconceito.

“Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e

a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos. O preconceito provoca invisibilidade”(2005).

Neste sentido, mais uma vez, observamos a relevância das pesquisas sociais e das coberturas midiáticas sobre a periferia que, destacando os elementos já típicos dos estereótipos (desorganização, violência, miséria), reforçam esta estigmatização invisibilizante. Como afirma Vergne “por mais contraditório que possa parecer, a modernidade, o progresso e a `era da informação` têm trazido uma maior invisibilidade subjetiva dos moradores de comunidades populares” (2002). Desta forma, mesmo quando são destacados como objetos de pesquisa, eles têm sua *invisibilidade* reforçada pela reafirmação de preconceitos já tantas vezes difundidos em nossa história.

Tal tratamento estereotipado sobre os moradores de periferia, entretanto, não seria um mal exclusivo dos setores “conservadores” da sociedade, como demonstrado. Eder Sader já apontava “que tanto a direita quanto a esquerda no Brasil, historicamente, viu o povo como incapaz” (1988). O próprio processo de constituição da maioria dos movimentos sociais brasileiros estudados por Sader seria uma crítica contundente à forma tradicional de se fazer política no Brasil. A rejeição *dever-se-ia*, basicamente, ao modo como partidos políticos, tanto de direita quanto de esquerda tem se relacionado, historicamente, com as formas populares de organização social. Do lado dos conservadores, a crítica se daria por meio de suas próprias formas tradicionais de interação com as organizações populares, como a prática da cooptação de lideranças, paternalismo, etc. Do lado da esquerda, o antagonismo origina-se na descrença de que as formas tradicionais de relação entre os próprios moradores da periferia pudessem ter algum potencial de fato transformador, além de um desconhecimento e distanciamento causados pela falta de um convívio mais permanente e compreensivo.

Neste sentido é que buscamos, no presente estudo, apresentar uma perspectiva que, superando um debate normativo (os quais sustentavam as abordagens das teorias da marginalidade e todas as demais que reforçam os estereótipos dos quais já sofrem os moradores de periferia, dê visibilidade às suas formas de organização e interação raramente debatidas nos meios acadêmicos brasileiros). Esperando que, com isso, possamos contribuir para observar com novos olhares a relação das classes populares com a política no Brasil.

2.5 As Classes Populares e a Política

Diversos pesquisadores já abordaram o tema da relação das “classes populares” com a política no Brasil. Política, em geral, considerada como “ação em relação ao Estado, suas instituições ou forças sociais organizadas”. Assim, a noção historicamente mais debatida tem sido a da chamada “participação popular”. Como demonstrava já na década de 70 a revisão bibliográfica de Pinheiro e Hall, a discussão sobre participação popular no Brasil já remontaria a, pelo menos, até a última década do século XIX (Pinheiro & Hall, 1979). Segundo eles, seria possível situar o início da discussão mais sistemática sobre a participação popular nos anos 30 e 40 do século XX, “em relação estreita com o surgimento das políticas públicas”. O termo políticas públicas, neste caso, se refere “à participação do Estado na montagem da infra-estrutura necessária à superconcentração de atividades produtivas nas grandes metrópoles brasileiras” (Moisés, 1985).

Importante destacar, neste sentido, que trabalhamos aqui com uma noção de política muito mais ampliada (inspirada nos estudos da Antropologia, que serão debatidos logo a frente). Como já afirmado na Introdução deste estudo, entendemos por política toda a articulação, organização e/ou ação coletiva de agentes sociais visando intervir sobre a sua realidade no sentido de alterar uma dada situação percebida como indesejável. Dessa forma, uma diversidade de ações *políticas* são (e foram) historicamente possíveis para a humanidade, antes mesmo da existência do Estado (ou mesmo nas “sociedades contra o Estado”, como as pesquisadas pela Antropologia Política).

No presente estudo, o conceito de “classes populares”, sintonizado com a proposta de Silva (2001), busca circunscrever teoricamente esta parcela “pobre” da população das grandes cidades brasileiras caracterizada por compartilhar um determinado conjunto de experiências, tradições, valores e orientações culturais. Pois, segundo Zaluar (1994),

“tudo se passa como se a relativa exclusão que os ‘pobres’ sofrem no campo educacional e político [e econômico] terminasse por fazê-los compartilhar de alternativas culturais, religiosas e políticas cuja unidade está na presença de um mesmo conjunto heterogêneo mas limitado de práticas e projetos que podem ser utilizados de modo alternado, sucessivo ou simultâneo.”

2.5.2 As classes populares assistirão a política ‘bestializadas’?

Embora possamos assumir este conceito de “classes populares” e reconhecer que, por diversos motivos, elas são importantes atores políticos no Brasil, é necessário destacar que, tanto na compreensão daqueles considerados como tradicionais atores políticos quanto pelo olhar de acadêmicos que discutem formas de participação popular na política¹⁶ os sujeitos das “classes populares” têm sido, historicamente, tratados como mantendo-se aparte dos processos políticos gerais, como que observando-os de longe, “bestializados”.

Esta idéia de povo “bestializado” pode nos ser bastante pertinente no atual debate, pois ela parece ser a compreensão subterrânea sobre o povo que faz com que tanto os atores políticos tradicionais quanto alguns pesquisadores menosprezem diversas formas de organização e intervenção social populares.

Esta expressão, tornada clássica por José Murilo de Carvalho (1987) em “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi”, indica a forma preconceituosa pela qual o povo tem sido pensado, historicamente, pelas organizações políticas tradicionais, de esquerda e de direita, no Brasil. Segundo Carvalho, tanto a elite brasileira quanto os movimentos formais dos trabalhadores (operários, comunistas, anarquistas) historicamente trataram a maior parte do povo brasileiro como “bestializado”, queixando-se de sua “apatia”, “falta de espírito de luta”, “tendência para a carnavalização” das ações, etc (Carvalho 2002). Neste sentido, os “bestializados” seriam seres “incapazes de pensar e sentir”, que não teriam participação na vida política (Carvalho, 2002). Desta forma, estando esta parcela da população marcada por tais “incapacidades” e sendo desprezíveis suas formas de participação na vida política, não haveria necessidade sequer de se compreender analiticamente (nem mobilizar politicamente) suas formas organizativas já existentes. Mesmo para os atores progressistas faltariam condições (e disposições) para compreender as formas organizativas e modos de participação social já empreendidos pela parcela mais empobrecida do povo brasileiro.

Dessa forma, a pouca insistência dos pesquisadores brasileiros em compreender as formas cotidianas de organização e de *fazer político* das classes populares também

¹⁶ Este é um tema que tem sido debatido em diversas obras como Pearlman, 1977; Carvalho, 1987; Santos, 1987; Zaluar, 1994; Souza, 2003, entre outras.

contribui para que estas sofram a referida *invisibilidade*. Assim, mesmo autores críticos à cultura autoritária brasileira acabam, em geral, reforçando a idéia de que nossas classes populares sejam desorganizadas ou distanciadas da política.

Exemplo disso é Wanderley Guilherme dos Santos, importante autor brasileiro que, ao analisar a configuração política nacional aponta o que ele chama de “híbrido institucional brasileiro”, afirmando a marca de uma população que não participaria da vida política. Este “híbrido institucional” combinaria “uma morfologia poliárquica excessivamente formalista com um ‘hobbesianismo social pré-participatório’” (Santos, 1993), nas suas palavras. Assim, embora as regras formais permitam liberdade de organização e participação de diferentes grupos de interesse, sua tradução em práticas concretas se restringiria, no Brasil, a setores ínfimos da população, exceto no que diz respeito à questão eleitoral (Azevedo, 1994). Ou seja, ainda que apontando elementos importantes da realidade social brasileira, permanece subentendido que as classes populares apresentam pouca organização interna e raras “práticas políticas”, para além das eleitorais.

Outra autora exemplar nesta discussão é Marilena Chauí. Esta, embora (por sua perspectiva crítica) reconheça que o Brasil padece de um histórico “autoritarismo social” (1995), o qual, entre outros efeitos, produziria o que ela chama de uma “incapacidade para tolerar e fortalecer movimentos populares e sociais”, conclui por reafirmar idéias tradicionais sobre as classes populares. Segundo ela

“do lado das camadas populares, o imaginário político é messiânico-milenarista [...] como consequência, a política não consegue configurar-se como campo social de lutas, mas tende a passar para o plano da representação teológica, oscilando entre a sacralização e adoração do bom-governante e a satanização e execração do mau-governante” (Chauí, 1995).

Portanto, ainda que apreenda estes importantes elementos que são o autoritarismo social brasileiro e os *marcos interpretativos* religiosos na construção política popular, Chauí acaba por reafirmar, fundamentalmente os limites da ação popular, sem destacar suas características construtivas.

2.5.3 Os estudos sobre Participação Popular

Os estudos que mais têm colaborado para superar estas visões unilaterais sobre a relação das classes populares com a política têm se encontrado no marco dos estudos que debatem a chamada “participação popular” nos espaços institucionais abertos nas últimas duas décadas no Brasil (como Conselhos, fóruns de discussões sobre orçamentos públicos, etc)¹⁷. Entretanto, focados em debater a relação destes fenômenos com o desenvolvimento institucional de espaços de diálogo, pouco tempo tem sido dedicado ao estudo específico dos processos de *construção* destas formas específicas de ação coletiva.

Valla levanta a hipótese de que “os mediadores (profissionais e técnicos da classe média) que trabalham com a participação popular” têm dificuldades, inclusive, em *perceber* os interesses e avaliações da realidade *próprios* das classes populares (1998). Stotz e Valla ainda chamam atenção para o que consideram a urgência de superar os debates focados necessariamente no Estado sendo necessário levar em conta, muito mais regularmente, nas políticas e nas pesquisas, o que as pessoas pensam sobre seus próprios problemas e que soluções elas próprias buscariam:

“há um passado que ainda vive [entre as classes populares], em sua virtualidade, no presente e está referido às experiências acumuladas em uma gama amplamente diversificada de alternativas, bem como às lutas moleculares ou coletivas que enraízam formas de pensar e agir. É esta experiência que precisa ser resgatada pelos serviços, pelos profissionais, técnicos e planejadores (Stotz & Valla, 1997).

As pesquisas destes autores demonstrariam que uma descrença quanto à forma hegemônica como a política é praticada no Brasil seria o elemento que faz com que as classes populares procurem resolver seus problemas por vias de participação diferentes das já estabelecidas (embora também decisivas para a vida política nacional). Se “a aceitação do convite em participar [das formas estabelecidas de política] seria uma forma de legitimação dos governos” (Valla, 1998), as classes populares optariam por formas de organização e participação nas quais sintam que podem depositar mais confiança. Nas palavras de Valla (1998):

“Se, na perspectiva popular, a política e os políticos merecem pouca confiança, não seria surpreendente constatar que grandes parcelas das classes populares não acreditam em mudanças através do caminho parlamentar ou através de negociação com as autoridades. Tal constatação parece corresponder à realidade brasileira. E se significa, de um lado, que as manifestações populares como já se

¹⁷ Neste sentido, ver Silva 1999; Baquero, 2003; Borba, 2006b, entre outros.

conheciam na década de 80 não se desenvolvem mais, de outro, pode também significar que a participação popular possa desenvolver-se de outra forma.”

Segundo a linha de análise de Valla, seria necessário que o esforço de compreender a ação política popular e suas condições e experiências de vida fosse acompanhado pela compreensão de suas representações e visões particulares de mundo. Entretanto, para desenvolvermos tal compreensão, Martins já apontava que a cultura popular “deva ser pensada como conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo” (1989) e não como falsa representação da realidade.

Dessa forma, quando deixamos de investigar as formas cotidianas de *fazer político* das classes populares, não apenas desconsideramos uma determinada interpretação da política feita por grande parcela da população, mas também alguns dos fatores condicionantes para a definição de sua maneira particular de fazer política.

Buscando observar a diversidade de formas de *fazer político* popular no Brasil, mas, ao mesmo tempo, dividir esta heterogeneidade social em pelo menos dois modelos típicos para auxiliar as análises, Valla propõe que, na atual conjuntura, entre as várias propostas de participação popular, duas tendências mereceriam destaque (e ambas tendem a rejeitar a definição clássica de participação popular):

“Uma tendência seria a de insistir no trabalho popular segundo a idéia de mutirão, de apoio mútuo, de solidariedade. Muitas vezes desenvolvida em torno de igrejas, ONGs e associações de moradores, essa tendência representa a pouca esperança de que os políticos brasileiros venham a levar em conta as necessidades das populações pobres. A outra tendência, que tem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a liderança, abre uma nova perspectiva de canal de negociação (Valla, 1998)”.

Inspirado nesta perspectiva, buscamos enfocar, na presente pesquisa, o estudo sobre o processo de construção e reprodução da primeira “tendência”, através de métodos de associação popular que fujam das formas institucionais estabelecidas, deixando o estudo específico sobre a segunda tendência para projeto futuro. Ainda assim, o importante neste momento é destacar que tais iniciativas populares (das duas tendências) indicam, como afirma Starn, que “não há apatia por parte das classes populares, mesmo em tempos de calma” (1991). Por isso, buscamos aqui pesquisar os processos de construção da ação coletiva entre moradores da periferia urbana, justamente, em resposta às abordagens que, menosprezando tais iniciativas populares, deixam de compreender

importantes fatores para a construção e reprodução de ações coletivas em geral, e das formas de *fazer político* pelas classes populares, em particular.

2.6 Onde mesmo se faz política?

O debate sobre onde se encontra a política esteve sempre presente em toda história das ciências sociais, antes mesmo que elas fossem institucionalizadas com esta denominação. Entretanto, como nos lembra Reis, “a tendência que comumente se observa é a de remeter a definição mesma da política ao próprio Estado. Política seria aquilo que se passa no âmbito do Estado ou que diz respeito ao Estado” (Reis, 2002). Assim, embora este seja, por si próprio, um tema polêmico, ele é, em geral, deixado de lado, uma vez que esta relação “intrínseca” entre política e Estado acaba sendo incorporada como um pressuposto da maior parte dos debates sobre a política.

2.6.2 Institucionalismo x cultura política

Mesmo sem questionar, em geral, este citado pressuposto sobre o Estado, a Ciência Política traz um importante debate entre os chamados estudos institucionalistas e de cultura política. Segundo Hall e Taylor, os institucionalistas e neo-institucionalistas, em suas diferentes vertentes, seriam aqueles que, mesmo por diferentes ângulos, privilegiam o “estudo do papel desempenhado pelas instituições na determinação de resultados sociais e políticos” (Hall & Taylor, 2003). Já os estudos que privilegiam o debate sobre cultura política, segundo Karina Kuschnir e Leandro Carneiro, focariam o debate no “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado aos processos políticos, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (1999).

Já para Marcello Baquero, a diferença entre os chamados “institucionalistas” e aqueles que privilegiam o estudo da “dimensão da cultura política” seria apenas de abordagem. Ainda assim, sua tese é de que os estudos de abordagem institucionalista precisariam ser complementados por outras abordagens, pois “o estudo exclusivo sobre avanços institucionais tende a perder a capacidade de apreender processos *relacionais* sutis com presença determinante em tais fenômenos sociais” (Baquero, 2007).

Contra um enfoque que atribui um peso excessivo às instituições como propulsoras da eficiência democrática, Baquero argumenta que a história dos países da América Latina tem mostrado que, “embora essenciais e necessárias, as instituições e a adoção de procedimentos poliárquicos não têm propiciado o estabelecimento de uma democracia eficiente, principalmente na dimensão social” (2007). Sem negar a importância e significado de regras e instituições para o bom andamento de um sistema político, discutir o fortalecimento da democracia no presente passa, para o autor, por uma (re)valorização da abordagem da cultura política. Nas suas palavras:

“a cultura política ocupa um lugar central no cotidiano dos indivíduos, podendo servir tanto para regular a transmissão de valores políticos, quanto para legitimar o funcionamento das instituições políticas. A forma como se constrói e se difunde essa cultura está diretamente relacionada a como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade.” (Baquero, 2001)

2.6.3 Sociologia: ciência da política

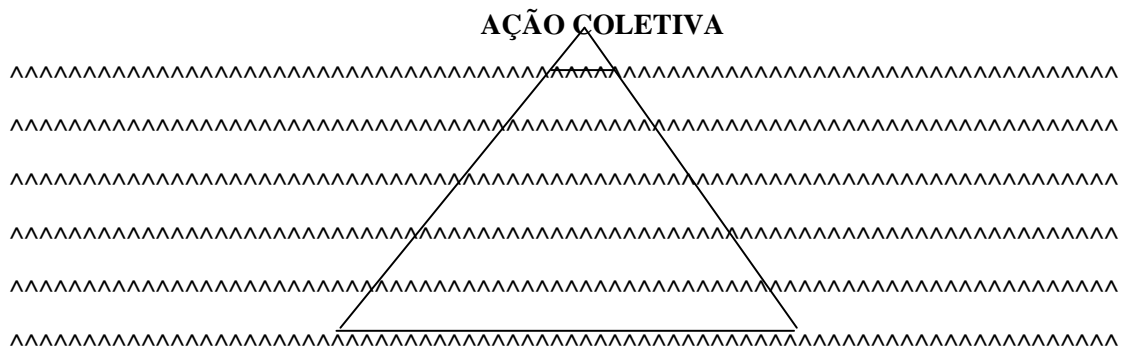
Buscando superar tais impasses, Fabio Wanderley Reis afirma que existiria um debate histórico tentando confrontar a Ciência Política e a chamada Sociologia Política, divergência esta que seria, no seu entender, um equívoco. Solucionando este impasse, Reis (2002) conclui que

“contra a idéia de uma Ciência Política cuja autonomia se fundaria na suposta autonomia causal dos fenômenos políticos, tomados como os fenômenos relativos ao Estado, a articulação Estado-sociedade não só é uma imposição metodológica, mas fornece também o foco em torno do qual giram os problemas teóricos e práticos da disciplina. Nessa perspectiva, Ciência Política não pode ser senão Sociologia Política”.

Neste sentido, Granoveter, fazendo uma Sociologia *da* política, afirma que o neo-institucionalismo tem dificuldades em perceber que as relações institucionais passam frequentemente por relações pessoais. Suas pesquisas demonstram que a maior parte das ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais (1985). Por isso, os estudos sociológicos sobre a política deveriam buscar a capacidade de perceber as relações “subterrâneas” aos fenômenos mais facilmente observáveis da construção política.

Seguindo a linha de raciocínio apresentada até aqui, gostaríamos de propor uma representação gráfica que nos auxiliasse a compreender o necessário exercício de desvelamento dos processos subterrâneos de construção das ações coletivas.

Em síntese, como apontam diversos pesquisadores, a ação coletiva que percebemos em sua exposição pública é apenas a ponta do resultado de um longo processo, muitas vezes fora do alcance de nosso olhar imediato. Assim, entendemos que a seguinte representação gráfica pode nos auxiliar nesta provocação. A ação coletiva, mais do que um dado isolado de análise em si, poderia assim ser compreendida, como a mera **ponta de um iceberg**:



É fundamental percebermos que, embora qualquer representação gráfica sempre apresente, de maneira estática, elementos e processos que estão em permanente movimento, a presente imagem já prevê, não apenas que a ação coletiva observada seja apenas o evento visível que *desponta* após um longo processo de maturação, mas também o conjunto dos elementos do cenário está em constante fluxo. Devemos recordar que, mesmo um *iceberg*, embora se pareça com um bloco estático e monolítico, está em permanente fluxo, dentro de um campo também sempre fluido. E tal dinamicidade permanente não se dá apenas no “contexto externo”, pois o próprio objeto *iceberg* é, na verdade, um composto de moléculas que, embora pareça estático quando recortado para observação à distância, está, na verdade, em permanente movimento interno.

Com esta imagem, queremos apenas provocar nossa reflexão, a partir de uma representação gráfica que nos auxilia a visualizar elementos do debate. E que, a partir dela, se coloca a necessidade de desvendar: o que constitui este campo dentro do qual a ação coletiva se constrói? E o que estará por “baixo” da face visível das ações coletivas?

2.6.4 O estudo da Política por novas lentes

Na busca por observar elementos constituintes da política antes fora do campo de visão da maior parte dos pesquisadores, os estudos brasileiros têm recebido um importante e inovador aporte a partir das investigações da chamada Antropologia Política, ou antes, Antropologia *da* Política. Tal diferenciação é significativa, pois, como sintetiza Marisa Peirano, esta não seria uma subárea da disciplina antropológica, mas apenas um direcionamento de seu olhar para o objeto específico das relações políticas (Peirano, 1998). Com isso, a Antropologia poderia trazer, inclusive aos estudos sociológicos sobre a Política, diversas contribuições, tanto no campo metodológico quanto na construção teórico-conceitual. Talvez sua mais importante contribuição seja, justamente, a de materializar a crítica aos olhares institucionalizados sobre a política, apresentando novas abordagens sobre este antigo objeto das ciências sociais.

Neste sentido, uma das idéias centrais apresentadas (bastante inspiradora para a seqüência deste debate) é a constatação do pesquisador indiano Homi Bhabha (1998) de que sequer existiria *uma* “questão política universal” que se colocaria de forma diferente para os diversos grupos humanos. Dados etnográficos coletados permitiriam constatar que os problemas considerados “políticos” são imensamente diversos, em cada grupo humano observado. Mesmo quando um grupo se apropria de linguagens típicas de outros, tais linguagens tendem a ser apropriadas para “pensar os *seus próprios problemas* com outras categorias”, produzindo questões diversas e, portanto, práticas diversas. Os problemas que constituem os “universos das políticas” seriam tão diversos quanto os próprios grupos humanos. A habilidade para perceber esta diversidade, segundo Bhabha, se tornaria cada vez mais fundamental para avançarmos em nossa compreensão sobre a política em um mundo que pretende ser cada vez mais integrado e complexo (1998).

2.7 Enxergando a Política onde ela antes não era vista: (*insights* a partir da Antropologia da Política)

O primeiro elemento diferencial presente na Antropologia da Política e que devemos ressaltar, para além de sua matriz teórica compreensiva e interpretativa¹⁸, diz respeito a sua opção metodológica etnográfica, através da qual os pesquisadores tendem a ter um contato muito mais profundo com os sujeitos pesquisados, apreendendo mais a fundo os seus próprios pontos de vista, através de investigações baseadas em interações de longa duração. Dessa forma, articulando sua matriz teórica compreensiva com um método de profunda interação com os sujeitos das pesquisas, os antropólogos têm podido apreender novas chaves de leitura da realidade e das ações coletivas, bem como relações políticas em dimensões e eventos normalmente desconsiderados nas análises tradicionais.

Na realidade, também a Antropologia, durante décadas, teve como foco de análise sobre a Política relações que, de alguma forma, também tinham como direção necessária o Estado. Entretanto, quando Evans-Pritchard passa a realizar sua etnografia entre os Nuer, na África (1978), percebe que ali se fazia e organizava política, mas não através de um Estado, e nem mesmo em direção a um. Coloca-se, então, em debate onde mais se poderia encontrar a política, para além do Estado e das instituições a ele direcionadas.

Devido a sua abordagem compreensiva e seu instrumental metodológico baseado em etnografia, a Antropologia foi a primeira ciência a se debruçar em estudos sobre “a política em nível local” (Gluckman, 1940). A partir deste recorte, o antropólogo sul-africano Gluckman e seus alunos passaram a perceber diversos aspectos nas relações políticas antes não percebidos pelos demais cientistas sociais, mesmo antropólogos, quando estes se debruçavam apenas sobre a chamada “grande política”. Ao se debruçar sobre objetos políticos de recorte localizado, alguns antropólogos passaram a priorizar o estudo acerca da “política nas relações cotidianas”, ou, nas palavras de F.G. Bailey, (1971): “a pequena política”, sustentáculo cotidiano dos eventos visíveis da “grande política”.

¹⁸ Perspectiva que teria sua matriz teórica em Dilthey e Weber, além de Schutz, buscaria, primordialmente, “capturar o ponto de vista dos atores sociais” (Valles, 1997). Inspira, inclusive, a abordagem antropológica que se auto-define como Antropologia Interpretativa (Geertz, 1991; 2000; 2001), muito influente na Antropologia Política.

2.7.2 O papel político dos processos rituais

Dentre estes novos aspectos percebidos pela Antropologia da Política, dois foram bastante relevantes para o presente estudo. O primeiro diz respeito ao caráter *processual* dos fenômenos políticos, pois, nestes estudos sobre a “pequena política”, facilmente se percebe que os fenômenos observados não podem ser corretamente compreendidos se tomados de maneira estática. A partir desta perspectiva, acabou se desenvolvendo, desde as primeiras obras de Gluckman na década de 40, toda uma linha de análise que chegou a se denominada como “Antropologia Processualista”.

Outra importante contribuição dos “antropólogos processualistas” (para além da própria abordagem processual) é o deslocamento que eles realizaram, nos estudos sobre a política, das instituições para os *processos sociais*, com enfoque importante sobre os *processos rituais*. Tais *rituais* não são apenas dados presentes na política. São também processos *construtores* das realidades políticas (Cannadine, 1987; Bell, 1992; Steil, 1998, 1999, 2000; Kertzer, 1988, 2001; Chaves, 2002; Peirano, 2002). Homi Bhabha, por exemplo, fala da importância das “*narrativas pedagógicas*”, que teriam o papel de inventar e sustentar as tradições (1998). A performance *ritual*, nestes termos, teria o papel de inscrever também uma dada *narrativa pedagógica*, construindo entre os participantes um sentido para suas ações. Aonde falta tal *narrativa pedagógica*, tende a faltar coesão entre os sujeitos partícipes de uma dada ação coletiva.

O outro aspecto que merece destaque, a partir de tais abordagens propiciadas pela Antropologia, diz respeito à sua análise sobre a *política das micro-relações políticas*, através da qual diversos *mecanismos relacionais* determinantes na construção da ação política podem ser apreendidos. Através desta abordagem, já na década de 40, Gluckman observou a importância da atuação dos “*mediadores*” entre os diferentes grupos políticos africanos (1940). Anos mais tarde, pesquisadores como Tilly, Tarrow e McAdam (2001) vão se debruçar sobre o chamado “*mecanismo da mediação*” (entre outros, que serão debatidos no subcapítulo 2.11.3) como elemento (percebido hoje como) importante na explicação das ações coletivas.

2.7.3 O papel da religiosidade

Também outra contribuição fundamental da Antropologia para a análise dos processos políticos é sua leitura compreensiva e não-normativa do papel da religiosidade na construção e reprodução destes fenômenos. Asad e Benavides, por exemplo, não são investigadores que privilegiam o estudo específico da religião. Entretanto, ao pesquisar as relações entre fenômenos sociais, políticos e econômicos, chegaram a conclusão da importância da articulação de tais fenômenos com os processos ditos “religiosos”.

No que toca a este debate, Talal Asad argumenta que o próprio conceito de “religião” é uma criação histórica “do universo intelectual ocidental, e intimamente ligado ao colonialismo” (1993). Por isso, sequer poderíamos trabalhar com “uma definição universal de religião, não apenas porque seus elementos constitutivos e relações são historicamente específicos, mas porque aquela definição é, ela mesma, o produto histórico de práticas discursivas” (Asad, 1993).

Nesta mesma direção, Gustavo Benavides propõe que conceitos como “religião” e “magia” não se referem a sistemas abstratos de crenças. Eles funcionariam como “alavancas estratégicas dentro de lutas ideológicas, refletindo tensões sociais, políticas e econômicas entre grupos sociais” (Benavides, 1997). Neste sentido, aquilo que em algum momento e local pode ser entendido como vinculado à religião e, por isso, negativo, em outro pode ser visto como um sinal positivo, assim como a acusação de alguma prática como “magia” se fundamentaria também em processos políticos de definição e interpretação de diferentes práticas, de diferentes grupos sociais.

Entretanto, para além do desvendamento de elementos específicos constituintes da política, que antes ficavam obscurecidos pelas demais análises, talvez a principal contribuição da Antropologia seja a mudança do foco de análise, provocando inclusive as demais ciências sociais a enfocar, mais do que a descrição de fenômenos macro-políticos, a investigação sobre seus elementos explicativos encontrados nas práticas cotidianas que conformam a “grande política”.

2.8 A Política no cotidiano e o cotidiano da política

Como dito, uma das principais contribuições da Antropologia da Política foi a percepção da importância do estudo do “*cotidiano* da política produzido no *cotidiano* social”. Entretanto, na verdade, não foi apenas a Antropologia que chamou atenção para estes processos.

Neste sentido, tomando as relações cotidianas como importante objeto de análise, já Norbert Elias nos provocava para que analisássemos “os rituais, normas de conduta e comportamento dos indivíduos nos locais que frequentam e nas suas interações cotidianas” (Elias, 1965), permitindo que “nos aproximemos o mais possível do que eles são socialmente, do que percebem e do que os sensibiliza” (Coury, 2001). Já em “O processo civilizador”, Elias nos chamava atenção para o fato de que “não raro, são exatamente [...] os fenômenos triviais que nos dão uma noção clara e simples da estrutura e desenvolvimento das relações, que nos eram negadas pelos primeiros [os fenômenos classificados como importantes]” (Elias, 1994).

Através do estudo sobre relações políticas no cotidiano das classes populares, Ayuero vai perceber, por exemplo, a importância do que ele chama das “redes cotidianas de solução de problemas” através das quais os atores das classes populares buscam soluções em relações pessoais para seus problemas do dia-dia. Para compreendê-las, o autor também chama atenção para a importância de se “escutar” os sujeitos das pesquisas, as razões para seu comportamento, seus próprios julgamentos a respeito das situações avaliadas, “quebrando com esta perspectiva escolástica e externalista” (Ayuero, 1996) tradicional nas pesquisas sociais. Para tanto, defende o uso de dados etnográficos baseados em histórias de vida, entrevistas em profundidade e conversações informais (1996). Dessa forma Ayuero encontra subsídios para concluir que

“para propósitos estatísticos eles [os sujeitos das classes populares] são o mesmo povo, morando no mesmo bairro pobre, pertencem à mesma linha de pobreza. Mas uma vez que lançemos um olhar mais próximo, o mesmo ‘povo pobre’ vivendo no mesmo espaço apresenta variados ‘pontos de vista’ [e, ainda assim] confiança, solidariedade, esperança no futuro’, orientações familiares ou reciprocidade se manifestam nas relações” (1996)

Neste sentido, Granovetter, já em 1973, ao observar as relações cotidianas que constituem as chamadas “redes de relações sociais”, chamava atenção para o fato de que,

em tais relações cotidianas, existem diferentes níveis de relações entre os sujeitos, relações mais densas, constantes e resistentes, e outras mais frágeis, eventuais e distantes. Assim, ele diferencia tais relações entre o que ele chama de “laços fortes” (relações densas) e “laços fracos” (relações eventuais) entre os indivíduos e suas redes. Porém, embora “inúmeros estudos indiquem que pessoas pobres dependem mais de laços fortes do que outros” (1990) (pois neles se baseia a solidariedade cotidiana), não são apenas os “laços fortes” que influenciam a vida dos sujeitos, como se poderia esperar em um primeiro momento. Destaca Granovetter:

“Indivíduos com poucos laços fracos serão privados de informações provenientes de partes distantes do sistema social e estarão confinados às informações provinciais e visões de seus amigos próximos. A privação irá não apenas isolá-los de idéias e formas, mas tende a pô-los em uma posição de desvantagem no mercado de trabalho, [...] e para se organizar ou se integrar em movimentos de qualquer tipo” (1990).

Por tudo isso, o presente estudo dedicou um esforço prioritário na investigação das redes de laços fortes envolvendo os grupos pesquisados (ainda que tenhamos buscado informações e reflexões sobre alguns de seus “laços fracos”), visando os mecanismos que contribuem para sua própria constituição. Todavia, na continuidade de nossas pesquisas, buscaremos focar especialmente o elemento que neste estudo, apenas descobrimos, sem poder aprofundá-lo: a importância das redes de laços fracos na reprodução e transformação das ações coletivas e o mecanismo da *mediação* como elemento estruturador deste processo.

2.9 A Política e os processos rituais

A Antropologia da Política, em especial, tem demonstrado ao longo dos últimos anos de pesquisa que toda construção política é baseada em processos rituais (Peirano, 2002). Mais que isso, Kertzer chega a afirmar que “não há separação entre ritual e política”, visto que todo ritual representaria uma certa forma de *fazer político*, assim como toda ação política necessitaria de rituais para se construir e reproduzir (1988).

Já a sociologia clássica demonstrava que os ritos constituem portas de entrada essenciais para se entender a vida social, como observamos na obra de Durkheim, para

quem não haveria nenhuma sociedade que não sentisse a necessidade de provar e afirmar, através de ritos, em intervalos regulares, os sentimentos, valores e ideais coletivos que preservam a sua unidade. Durkheim chamava a atenção para o ritual como um domínio importante de expressão, transmissão e reprodução dos valores sociais. Assim, destacava o autor:

“na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve necessariamente haver certo número de representações fundamentais e de *atitudes rituais* que, malgrado a diversidade das formas que umas e outras puderam revestir, em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes preenchem as mesmas funções: [...]os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos” (Durkheim, 1983).

Neste mesmo espírito, Tambiah apresenta seu conceito de *ritual* deslocado da religião para a vida cotidiana e, assim, percebe a capacidade que os *rituais cotidianos* têm de produzir o que ele chama de *indexação* de valores, processo através do qual o *ritual agrega valor* a um determinado grupo ou prática social. Todavia, a eficiência deste *ritual* cotidiano, em geral não vinculado à religião, dependeria frontalmente de sua “*performance* ser bem-feita” e do “*boca-a-boca* que pode produzir” (Tambiah, 1997).

Estes são apenas alguns exemplos que sustentam a tese de que os maiores avanços nas investigações sobre a Política provirão, justamente, no momento em que os pesquisadores superarem as fronteiras prévias entre “o político” e o “não-político”, buscando observar a política em relações onde antes ela não era destacada, para além de espaços institucionais ou definidos como políticos, com enfoque especial para as relações cotidianas. Neste momento, nos ensina a Antropologia Política, poderemos desvendar inúmeros mecanismos intrínsecos à tecitura do político que não poderíamos perceber antes, por um olhar excessivamente distanciado ou normativo.

Para tanto, porém, é necessário que os cientistas sociais pensem a política e suas “fronteiras” de maneira dinâmica e *relacional*, e não de maneira substancialista ou estática, pois esta perspectiva tende a reificar os conceitos e fenômenos da realidade social, fragilizando nossa capacidade de compreender as relações subterrâneas nas quais a política de fato se constrói e se sustenta.

2.10 Enfrentando o Essencialismo: em busca de uma Sociologia Relacional

O presente estudo se filia ao esforço defendido por Marcelo Silva de superarmos a apreensão essencialista sobre as formas de organização social no Brasil, na busca por uma nova abordagem, assim por ele resumida:

“A partir do suporte teórico-metodológico da “Sociologia relacional” de Norbert Elias e da fundamentação empírica fornecida pela análise comparativa [...] questiona-se uma apreensão essencialista e unificadora dos atores sociais, que deixa de perceber a sociedade civil como um espaço de diversidade [...] no qual se encontram e intervêm atores marcados por diversas orientações e mantendo diferentes relações com a democracia” (Silva, 2006).

Tal esforço se conjuga, não apenas ao debate tantas vezes provocado por Norbert Elias, mas hoje sustentado abertamente por autores como Mustafa Emirbayer, em seu artigo “Manifesto por uma Sociologia Relacional”. Segundo ele, os “sociólogos hoje estão desafiados a responder a um dilema fundamental: entre tratar o mundo social como constituído primariamente por substâncias ou por processos, por ‘coisas’ estáticas ou por relações dinâmicas e inconclusas” (Emirbayer, 1997). Segundo ele, a questão chave confrontando os sociólogos hoje não seria mais “material x ideal”, “estrutura x agência”, “indivíduo x sociedade” ou outros dualismos historicamente debatidos, mas a escolha entre uma abordagem substancialista ou uma abordagem relacional. Mesmo a identidade e os interesses dos sujeitos deveriam ser compreendidos como características construídas e problemáticas (Emirbayer, 1997).

Como demonstra Marcelo Silva (2007), este é um movimento teórico importante, pois, embora diferentes perspectivas de análise sobre a participação popular no Brasil entre os anos 80 e 90 tenham sido debatidas, elas, em geral, mantinham uma mesma matriz de apreensão da realidade. Tanto as abordagens que defenderam a intervenção da sociedade civil como elemento central no processo de democratização, quanto as análises críticas a esta abordagem demonstravam uma orientação essencialista na abordagem de seus objetos (Kerstenetzky, 2003).

Nesse sentido, a perspectiva *relacional* implicaria em rejeitar a concepção de que existiria uma forma associativa prestabelecida que se manifesta de forma geral em todo tipo de ação coletiva popular, compreendendo que se manifestam diferentes conjugações nas quais se podem encontrar características diversas e muitas vezes, contraditórias.

Perceber esta diversidade presente nas formas organizativas populares e compreender as diferentes orientações que marcam tais atores (individuais e coletivos) é um movimento indispensável para se conhecer de fato a sociedade brasileira e sua forma particular de viver a democracia.

Assim, esta perspectiva relacional também se choca com a tendência “maniqueísta” do essencialismo, o qual tende sempre a dicotomizar determinadas características apreendidas nos objetos sociais. Por exemplo, afirmações de que onde a secularização ainda não “superou” o pensamento religioso, a política “ainda” se faz de maneira “atrasada”; ou, aonde são fortes os laços familiares, a cidadania ainda não teria sequer “vencido” o patrimonialismo, etc, reforçam tal concepção maniqueísta.

Todavia, o que as pesquisas de abordagem relacional demonstram é que, justamente, características como o pensamento religioso e relações familiares são elementos que, por vezes, fortalecem vínculos associativos entre os atores das classes populares e, neste sentido, contribuem para seu *fazer político* específico, política esta, muitas vezes, capaz de, então, superar o patrimonialismo dos grupos dominantes.

Porém, a abordagem relacional deve sempre prevenir também o investigador contra generalizações, tanto “idealizadoras” quanto críticas às diversas formas de organização popular. Como nos adverte Silva, (2006) “a mesma abordagem relacional e processual que serve para prevenir contra a naturalização e a homogeneização da visão ‘idealizadora’, serve também para evitar o risco oposto, expresso na visão ‘condenatória’, que também naturaliza”. Neste sentido, conclui Silva:

“A medida que buscamos apreender nossos ‘objetos’ de pesquisa não como objetos preexistentes às relações sociais, mas como resultantes mesmos destas relações, a estrutura de nossas análises se altera profundamente [...]Por um lado, ela permite superar de uma forma analiticamente fértil o debate clássico entre perspectivas atomistas e holistas[...] Por outro lado, instrumentaliza o pesquisador para superar a tendência de reificação dos ‘objetos’ de investigação. [...]Por fim, permite também que a análise rompa com uma certa tendência a explicar os processos sociais, particularmente aqueles do campo político, apenas em termos de intencionalidades e/ou escolhas estratégicas”(Silva, 2007)

Assim, é importante ressaltar que o presente trabalho toma como unidade privilegiada de análise não sujeitos ou grupos tomados como substâncias ou entes que se fixam de antemão e entre os quais as relações se estabelecem posteriormente. As unidades de análise do presente estudo são, justamente, as *relações* e interações entre os

mecanismos que constituem os processos de interação entre os sujeitos pesquisados e, conseqüentemente, produzem aquilo que sintetizamos no conceito de *capital social*. Aprofundemos este debate a seguir.

2.11 Introduzindo e articulando conceitos no debate sobre Ação Coletiva

No esforço de desenvolver estudos sobre os processos “subterrâneos” de construção das ações coletivas no Brasil, a partir de uma perspectiva relacional, sentimos a carência de conceitos estabelecidos no interior deste debate, dentro do campo sociológico, que nos auxiliassem a problematizar a própria capacidade dos atores sociais de se associar (algo que não pode ser tomado como natural), bem como os fatores relacionais que contribuem para a produção e manutenção desta associação.

Dessa forma, dois importantes debates, ainda pouco apreendidos pela sociologia da ação coletiva no Brasil, se mostraram interessantes na ampliação de nosso potencial analítico. O primeiro, mais presente no âmbito da Ciência Política, é o debate em torno do conceito de Capital Social. Embora relativamente apropriado pelo senso comum e incorporado nos debates políticos de diversas forças organizadas por todo o mundo, o conceito de Capital Social, se bem delimitado teoricamente, pode nos ser muito útil na problematização do fenômeno da ação coletiva, pois estudos científicos têm, historicamente, apontado a necessidade de se investigar os processos específicos de sua própria produção e reprodução. Portanto, desnaturalizando a própria capacidade dos atores sociais se associarem e buscarem um objetivo comum.

Neste sentido, embora estejamos introduzindo, no âmbito da sociologia da ação coletiva brasileira, este conceito que problematiza os fundamentos da ação coletiva, ele próprio precisa também de suportes. Pois, se a construção da ação coletiva depende do Capital Social envolvido no processo, este próprio capital social precisa também ser, ele mesmo, explicado. Assim, indo ao encontro das investigações internacionais que já têm, há alguns anos, problematizado os processos de construção das ações coletivas, encontramos os estudos sobre os *mecanismos* sociais, onde estes são tomados como elementos explicativos para o desenvolvimento e reprodução das ações coletivas.

Pelo pouco desenvolvimento do debate em torno deste dois conceitos, no âmbito da sociologia da ação coletiva brasileira, será importante trabalharmos um pouco mais cada um deles, apontando não apenas suas definições de forma mais precisa, mas, também, a forma pela qual foram operacionalizados no presente estudo.

2.11.2 Capital Social: problematizando a capacidade de agir coletivamente

O conceito de capital social tem recebido uma diversidade de definições, provocado acirrados debates (sendo inclusive apropriado por instituições como o Banco Mundial), sofrendo até mesmo críticas sobre sua própria pertinência em algumas pesquisas científicas. Tais controvérsias, que vão desde reflexões sobre possíveis implicações ideológicas até divergências sobre sua dimensão instrumental, já foram revisadas em diversas obras na última década (Portes, 1998¹⁹; Rotberger, 2001; Baquero, 2006; Boeira & Borba, 2006, Borba, 2006, 2006b, 2007).

Segundo Cremonese, embora “capital social apareça na literatura com diferentes significações”, as designações mais usuais estão comumente ligadas à idéia de “redes associativas” e “formas de vida comunitária” (Cremonese, 2006). Para Albagli e Maciel

“na acepção mais instrumental, capital social é definido como recursos (ou via de acesso a recursos) inerentes a relações sociais – tais como confiança, reciprocidade, normas e relações de associação e cooperação - que facilitam a ação coletiva, de modo orientado para um propósito comum, ou que permitem obter certos benefícios econômicos, políticos e sociais” (Albagli & Maciel, 2002).

Embora grande parte dos pesquisadores, ao ligá-lo a discussões sobre cidadania e formas de incidência coletiva sobre a realidade, utilize o conceito de capital social de maneira normativa, medindo-o por indicadores como “confiança nas instituições”, “atuação em partidos políticos”, “conhecimento e participação em Conselhos Públicos”, etc, há ainda um importante espaço para esforços colaborativos entre diferentes perspectivas, uma vez que este conceito ainda guarda um interessante potencial compreensivo pouco explorado e pode ter sua capacidade heurística ampliada, caso articulemos seus estudos de abordagem mais quantitativa e normativa a pesquisas de

¹⁹ Nesta obra, Portes compara os usos do conceito de capital social para Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam, os quais seriam, segundo ele, os autores referenciais na elaboração e difusão do conceito.

imersão densa, baseadas em uma perspectiva mais interpretativa. Entretanto, segundo Borba & Silva (2006):

“O campo de estudos sobre as formas de organização política não-estatal e não-partidária, no Brasil, já possui um notável número de trabalhos teóricos e empíricos. [...] Nos anos 80 predominaram as pesquisas que tinham no conceito de ‘movimentos sociais’ a sua referência fundamental. Na década de 90 a categoria analítica que passou a orientar os trabalhos foi o conceito de ‘sociedade civil’. Já neste início de século XXI é o conceito de capital social que passou a galvanizar a atenção de estudiosos e analistas das formas de associativismo político [...] O que chama mais atenção nesta discussão é que, justamente aqueles que deveriam e/ou poderiam ser os principais interlocutores de tal perspectiva, ou seja, os defensores das teorias dos movimentos sociais e da sociedade civil, têm se mantido alheios ao que está sendo produzido na área”

Devido a este fato, e no esforço de contribuir para esta aproximação entre os estudos da sociologia da ação coletiva e os debates sobre o conceito de capital social, foi que buscamos produzir o presente capítulo. Para tanto, partimos da perspectiva defendida por Putnam quando afirma que o capital social deve ser entendido como um conjunto de características de uma organização social que tornam possíveis ações coordenadas (2001). Portanto, que tornam possíveis ações coletivas.

Todavia, ainda é importante problematizarmos mais a fundo (e com mais detalhes) o que constitui, no presente estudo, o conceito de capital social, pois sua capacidade de sintetizar um conjunto complexo de processos lhe trará um enorme poder heurístico.

Neste contexto, no esforço de colaborar para a referida interlocução, é interessante observarmos que Robert Putnam (2000) desmembra o conceito de “capital social” em duas formas (que muitas vezes se articulam e se reforçam mutuamente), as quais ele define como: “capital das redes de relações” e “capital participativo”. O primeiro diria respeito a relações entre amigos, vizinhos, parentes e colegas de trabalho que significativamente propiciam sentimento de companheirismo, suporte emocional, informações, bens e serviços compartilhados, assim como um senso de pertencimento. No chamado “capital participativo” estariam abarcados envolvimento em organizações políticas e/ou voluntárias que propiciam vínculos às pessoas, permitem realizações conjuntas, agregam e articulam suas demandas e desejos (Putnam, 2000).

Trabalhamos na presente pesquisa, entretanto, com a idéia de que, em geral, na densidade das relações sociais cotidianas, estas duas formas analiticamente delimitadas de *capital social* tendem a se alimentar mutuamente, atuando como bases para a construção e reprodução de diversas formas de ação coletiva.

Neste sentido, operacionalizamos o estudo acerca do capital social que contribue para a construção das ações coletivas observadas através da investigação da existência de laços associativos informais entre os sujeitos que visassem a realização de fins comuns (independentemente dos fins visados). Exemplos de elementos que demonstram estes laços, apontados pelo próprio campo, são: reuniões para planejamento de atividades coletivas, encontros durante os quais se debate problemas locais ou pessoais a serem resolvidos de forma coletiva, organização de festas, cerimônias religiosas, feiras de exposição e venda de produtos, manifestações públicas de confronto, etc.

Entretanto, como indica o debate clássico sobre o capital social, “a confiança é um componente básico do capital social”, uma vez que é a base para a própria formação das redes sociais (Putnam, 1993). Dessa forma, a investigação sobre a existência (ou não) de confiança entre os sujeitos pesquisados foi também um dos elementos centrais na análise sobre a constituição de capital social entre eles.

Foley, Edwards e Diani (2001) fazem-nos ver que, conforme caracterizamos o capital social como uma disposição atitudinal individualmente identificável ou como um atributo sócio-estrutural dependente do contexto (como a existência efetiva de redes de interação que venham a facilitar ações coletivas no interior do grupo), a natureza do argumento varia bastante – e muito especialmente o lugar nele ocupado por sua variável-chave, a confiança. No primeiro caso, a confiança interpessoal vê-se promovida a um parâmetro exógeno do sistema, constituindo-se em variável independente, principal explicação do “montante” de capital social disponível. Essa seria a versão propriamente “culturalista” do argumento.

Entretanto, como nos recorda Boeira e Borba (2006), Putnam já problematizava os entendimentos anteriores de capital social, apresentando como ponto de partida epistemológico a “idéia holista presente na ‘sociologia tradicional’, que advoga a

impossibilidade de se estabelecer um modelo único de racionalidade para a ação social. Em outras palavras, defende o condicionamento do ator pelas estruturas sociais” (Boeira & Borba, 2006). Assim, neste segundo caso, se concebemos o capital social como variável “sócio-estrutural”, atinente ao contexto, então se torna endógena a confiança interpessoal, que passa a ser variável dependente no modelo. Dessa forma, embora capaz de produzir um efeito de *feedback* sobre o capital social e de ajudar a constituir círculos virtuosos ou viciosos de cooperação ou conflito, nesta perspectiva, a confiança aparece “como resposta relativamente indireta a um *input* organizacional do contexto social em que operam as pessoas” (Reis, 2003)

Em outras palavras, é importante percebermos que o papel principal das variáveis trabalhadas pelos cientistas depende muito mais do olhar lançado pelo pesquisador aos eventos do que de uma natureza que estes apresentem. Por isso, embora seja fundamental indicarmos o quanto uma variável como a *confiança* é central na produção de *capital social* e, portanto, de uma *ação coletiva*, existem também processos anteriores que produzem tal *confiança*. Claro, este é apenas um exemplo, e este olhar complexo que problematiza todos os conceitos deve ser lançado sobre cada variável de nossas pesquisas. Este esforço de desvelamento é justamente o papel central dos cientistas sociais e seus estudos.

Neste sentido, como aponta Marcello Baquero, não apenas a confiança, mas “as relações de obrigação”, o “fluxo de informações” e “as amizades” constituem-se em “indicadores parciais também importantes sobre o capital social e onde ele reside” (Baquero, 2003). Assim também “a simpatia”, embora seja “um indicador difícil de ser operacionalizado quantitativamente, pode gerar envolvimento unilineares que não são calculados necessariamente com a expectativa de retorno” (Baquero, 2003).

Constatadas tais relações, buscamos apreender algumas características presentes nas atitudes dos indivíduos pesquisados no interior das redes de relações que conformavam cada grupo, como forma de avaliar o *capital social* efetivo constituído pela conjugação da experiência vivida por cada um dos atores. Para tanto, buscamos constatar a “assiduidade” e o “tipo de participação” de cada um dos atores nas atividades coletivas, “sua percepção acerca da importância de sua própria participação no grupo”, “seu

sentimento de identidade com tal coletivo” e também a “confiança que deposita nos demais componentes” (individualmente e no grupo como um todo). Estes são, na verdade, os indicadores sugeridos por Putnam (2001) para constatar o que ele chama de “capital social das redes de relações”.

Entretanto, cabe ainda a explicação de uma delimitação específica da presente pesquisa no uso do conceito de *capital social*. Robert Putnam lembra que algumas formas de capital social são

“formalmente organizadas, com funcionários reconhecidos, fichas de filiação, taxas, encontros regulares, e assim por diante. De outro lado, algumas [...] são altamente informais. E, ainda assim, ambas constituem redes de relações nas quais reciprocidade pode se estabelecer e dos quais ganhos públicos e privados podem provir. As primeiras pesquisas sobre capital social privilegiavam associações formais por conveniências metodológicas.[...] [porém] muitos pesquisadores estão ativamente desenvolvendo novas maneiras de identificar e medir *capital social informal*” (Putnam, 2002).

Esta é uma delimitação importante, pois, estando a presente investigação debruçada sobre práticas associativas informais presentes na periferia urbana, não estaremos nos referindo indistintamente às diversas configurações possíveis de *capital social*, mas precisamente a estas que Putnam (2002) define como *capital social informal*.

Entretanto, segundo Marcello Baquero, são ainda “raras as pesquisas em sociologia ou ciência política que se utilizam de referenciais voltados a apreender formas de mobilização coletiva que têm mecanismos informais” como seus articuladores (Baquero, 2003). As pesquisas, porém, que abordam tal

“relação entre democracia, cultura política e capital social no Brasil [...] de maneira compreensiva [têm constatado] [...] o desenvolvimento crescente de novas formas de mobilização cultural e formas alternativas de construção de identidades e participação coletivas no contexto da precariedade do Estado, necessárias para a sobrevivência dos excluídos, em condições de carência, privação e desigualdade.” (Baquero, 2003).

Segundo Richard Rose, o “capital social das redes de relações”, em sua dimensão informal, se basearia em relacionamentos face-a-face entre um número limitado de indivíduos que se conhecem e que estão ligados por parentesco, amizade, etc. “São instituições no sentido sociológico de ter um padrão e interações recorrentes. Mas, na medida em que faltam a tais ‘instituições’ reconhecimento legal, funcionários em tempo

integral, regras escritas e seus próprios recursos” tal capital social “faz-se diferente do chamado capital social formal” (Rose, 1999).

Dessa maneira podemos agora, de forma mais clara, afirmar que a presente pesquisa visava exatamente identificar quais as relações fundamentais que atuam criando condições para emergência deste *capital social informal* em três diferentes coletivos integrados por moradores de diferentes comunidades da periferia de Porto Alegre.

Observando a composição das práticas associativas ou de colaboração coletiva estabelecidas internamente a cada um destes grupos, objetivou-se problematizá-las conceitualmente com vistas à delimitação de quais são os fatores relacionais que contribuem para sua produção. Para tanto, é fundamental analisarmos a realidade em questão de maneira não-normativa, exatamente porque o que está em jogo, nesta oportunidade, não é medir o nível de *capital social* entre aquela população, a partir de indicadores previamente estabelecidos, mas, neste primeiro momento, apreender, através do método indutivo da pesquisa etnográfica, os elementos relacionais específicos que, em cada contexto empírico, contribuem para a construção de processos de associação e cooperação entre os atores da periferia.

Explicando a *construção* do capital social

Se a literatura sobre capital social apresenta uma relativa unanimidade sobre os efeitos positivos deste capital em termos de possibilitar o acesso a ganhos materiais e simbólicos aos seus detentores, seja no nível individual ou coletivo, observa-se uma significativa divergência sobre os fatores explicativos do processo de geração de capital social. Neste sentido, há explicações que remetem a longos processos históricos e a determinadas características culturais específicas, assim como explicações que destacam o capital social como um “artefato social”, podendo, assim, ser gerado intencionalmente através do esforço indutivo de determinados atores ou instituições.

Embora reconhecendo a importância dos condicionantes histórico-culturais e, ao mesmo tempo, dos esforços intencionais dos atores, o presente estudo busca superar os determinismos e simplificações de ambas as perspectivas, a partir de uma explicação que apreenda os *mecanismos* através dos quais os atores constituem aquelas relações que sustentam o *capital social* dos grupos sociais pesquisados. Nestes *mecanismos*, por sua

vez, combinam-se agências e condicionamentos, condições prévias e escolhas, constituindo uma perspectiva que atende à proposição de Melucci quando afirma que “a ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções” (1989). Assim, superando visões tanto deterministas quanto voluntaristas, esta perspectiva nos leva a estudar as ações coletivas e o próprio capital social que lhes dá sustentação como “construções sociais condicionadas” (Silva, 2005).

Esta perspectiva busca dar conta, justamente, da relação dinâmica que se dá entre a *intervenção* dos sujeitos (individuais e coletivos) no mundo social e a existência de determinados *campos de possibilidades*, oportunizando “escolhas que necessariamente se dão num contexto e, ao mesmo tempo, com condicionamentos que nunca adquirem um poder de determinação absoluta das representações e das práticas dos atores” (Silva, 2002). Portanto, um campo que apresenta limites e oportunidades aos sujeitos, ao mesmo tempo em que é também influenciado pelas ações dos próprios atores.

É com este olhar que compreendemos o *capital social* como conceito problemático “por si”, o que nos auxilia a questionar o processo de construção das ações coletivas, mostrando-o como uma *variável potencialmente independente* para analisar a produção das ações coletivas. Entretanto, este próprio capital social precisa ser *também explicado*, permitindo-nos buscar outras variáveis independentes para compreender a própria produção deste capital social observado.

Dessa forma se, como aponta Marcello Baquero, é necessário ainda responder “o que nas relações sociais funciona como um catalisador de ações coletivas e cooperativas[...] [e, para isso] é necessário, portanto, acrescentar outras variáveis que esclareçam como o capital social funciona” (Baquero, 2003), buscaremos na articulação com o conceito de *mecanismos* sociais a apreensão de relações antes não destacadas nos estudos sobre ação coletiva no Brasil que possam nos apontar caminhos explicativos, não essencialistas, para a produção das ações coletivas na periferia urbana.

2.11.3 Mecanismos: conceitos relacionais e explicativos para a produção de capital social

Mario Bunge define *mecanismos* como os “processos que fazem se mover sistemas concretos, sejam eles físicos, sociais, técnicos ou de qualquer outro tipo” (1997), processos que, interrelacionados com outros, são os causadores de determinados efeitos específicos.

Na verdade, como relembra Renate Mayntz, a investigação em torno dos chamados *mecanismos* tem uma longa tradição, que podemos já perceber manifesta na filosofia realista do século XVII (Mayntz, 2004). Ou, como sintetiza Bunge (1997), se poderia mesmo afirmar que todas as ciências conhecidas avançaram justamente dos processos de simples descrição dos fenômenos observáveis para a busca pela compreensão do seu funcionamento, portanto, “em busca da compreensão de seus *mecanismos* internos” (1997). Pois, segundo ele, buscar compreender como se realizam os processos, em qualquer ciência, significa justamente observar “os mecanismos que constituem e fazem se mover os sistemas estudados”. “Não compreendemos adequadamente a algo se não conhecemos os seus mecanismos” (Bunge, 1997). Assim

“essa busca pela entendimento através da investigação hipotética por *mecanismos* foi o que motivou Tucídides, Aristóteles, Ibn Khaldûn, Maquiavel, Hobbes, Locke, Holbach, Tocqueville, Marx, Durkheim, Simmel, Schumpeter, Keynes, Braudel, Merton, Coleman, Dahl, e Trigger, entre outros. A única novidade recente é que, finalmente, hoje falamos mais abertamente a respeito dos *mecanismos* sociais” (Bunge, 1997).

Assim, ainda segundo Bunge, o termo *mecanismo* poderia ser utilizado “tanto para designar uma certa classe de fenômenos reais (mecanismos são isso e aquilo, eles fazem isso e aquilo) quanto para designar uma classe de proposições causais referentes a determinado fenômeno” (1997). Eventualmente o termo mecanismo foi também utilizado para indicar uma corrente (histórica) causal. Boudon (1998) mesmo incluiu essa possibilidade em sua definição, quando chamou de mecanismos sociais “o conjunto bem articulado de causas responsáveis por um dado fenômeno social”. Assim, esta noção parece ser útil para pensar os macro-fenômenos que seriam, na verdade, “efeitos das ações interdependentes, mas não-coordenadas, de muitos indivíduos” (Bunge, 1997).

Assim, o conceito de *mecanismos* também contribui no esforço do desenvolvimento da chamada sociologia processual, pois, como indica Bunge, “mecanismos sociais são processos recorrentes que se realizam, necessariamente, ao longo do tempo” (1997).

Neste sentido, os *mecanismos* seriam de importância nevrálgica para a reconstrução causal não essencialista de fenômenos macro-sociais. Eles sintetizariam um esforço fundamental em operacionalizar as perspectivas processual e relacional, sem perder de vista o objetivo *explicativo* das investigações sociológicas, como apontam McAdam, Tarrow & Tilly (2001).

Entretanto, como nos lembra Bunge “não existem mecanismos universais e tão pouco panacéias. Todos mecanismos são dependentes de seu sistema de relações específico” (1997). Por isso, o estudo acerca dos *mecanismos* que compõe *cada* sistema de relações que tomamos por objeto empírico de análise, dentro de um dado *campo de possibilidades* é o que pode nos fazer desvelar processos condicionantes para a construção e reprodução de determinadas práticas e redes de relações. Dessa forma, o conceito de mecanismos nos indicariam fenômenos recorrentes na conformação de determinados processos sociais, mas cujos conteúdos empíricos só poderiam ser definidos a partir do estudo específico dos eventos em questão.

Neste sentido, Charles Tilly, nos seus estudos sobre revoluções, movimentos sociais e conflitos políticos (2001, 2004, 2006), aponta alguns mecanismos que seriam recorrentes na construção dos processos organizativos (ainda que seus conteúdos sejam historicamente variados). Entre eles, destacaremos quatro, em especial.

1. Primeiramente o já citado mecanismo da *mediação* (ou seja, a atuação de atores, muitas vezes externos, que conectam indivíduos e grupos – e que, eventualmente, podem atuar intencionalmente no sentido de produzir dada organização coletiva). Este seria o mecanismo que possibilitaria explicar como se produz a conexão entre os indivíduos que integram um determinado espaço social, costurando, desta forma, a trama relacional sobre a qual se estruturam as dinâmicas associativas. Assim, a mediação é o *mecanismo* que “conecta dois ou mais atores sociais previamente pouco conectados, através da intervenção de terceiros (os chamados mediadores) e, por isso, se constitui em um mecanismo político de escopo profundamente importante” (Tilly, 2001).

2. O seu par invertido, o mecanismo da *difusão*, é caracterizado por contribuir na transmissão de idéias ou práticas entre diferentes atores (individuais ou coletivos). Este processo pode se realizar de duas maneiras especiais: por meio de contatos já existentes entre os atores ou através de meios impessoais – a exemplo de jornais, rádio, internet, etc. A diferença central para sua variante, a *mediação*, repousa no fato desta estabelecer uma ligação entre espaços sociais previamente pouco conectados. Já a *difusão*, para realizar a disseminação de uma idéia ou prática de um local para outro requer, em geral, que os atores destes espaços apresentem uma relação entre si anterior ao processo e que, portanto, se reconheçam minimamente. A interação social, neste caso, tende a preceder a atuação do mecanismo, ainda que se consolide durante a atuação do mesmo. Como afirmam os autores citados, “visto que a difusão relacional envolve a transferência de informação ao longo de linhas de interação estabelecidas, pode-se esperar que na maioria dos casos os adotantes em potencial já se identifiquem com os iniciantes do movimento” (Tarrow & McAdam, 2005), mesmo que de maneira frágil.

3. Já o mecanismo da *atribuição* (de ameaça ou oportunidade) é a forma como os atores mobilizam os *marcos interpretativos* disponíveis e, com base neles, lêem a sua realidade. Assim, se através da *atribuição* os atores constroem as interpretações sobre o contexto no qual estão inseridos, é a partir dela que eles definem o *campo de possibilidades* em termos das oportunidades de ação individual e coletiva que eles próprios se colocam.²⁰

4. Finalmente, os autores citados destacam também o mecanismo da *apropriação* (de relações, discursos, organizações) que se relacionaria com a ancoragem dos processos organizativos específicos nas relações e esferas de vida e cultura locais. É através dele que as estruturas associativas (formais e informais) são apropriadas pelos atores e re-significadas no sentido de fornecerem a base relacional para o desenvolvimento de ações coletivas novas.²¹

²⁰ Como destacam McAdam e Sewell, Jr. (2001), na ausência dos processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social, nossos modelos correntes sobre contestação são incapazes de explicar como diversos processos de mudança conduzem à luta popular [ou, mais amplamente, à ação coletiva]. Isto é, como em toda a vida social, é a contínua interpretação dos eventos que estrutura as probabilidades da ação coletiva.

²¹ Um claro exemplo de apropriação é observado quando uma rede de relações de vizinhança é mobilizada para a realização de mutirões.

Assim, segundo Tarrow, McAdam e Tilly, seria através da interrelação entre estes quatro mecanismos fundamentais que se produziriam as condições relacionais, cognitivas e organizativas que explicariam por que, em dados contextos, determinados sujeitos respondem às suas carências e precariedades através de ações coletivas, enquanto em outros contextos o resultado tende a ser a fragmentação e a individualização.

Entretanto, no presente estudo, graças ao prolongado contato que tivemos com os sujeitos de nossa pesquisa, sentimos a necessidade de acrescentar alguns conceitos no escopo dos referidos *mecanismos sociais* que contribuem na construção da ação coletiva, pois determinadas relações e processos constatados não poderiam ser plenamente apreendidos e explicados apenas pelo uso dos quatro conceitos oferecidos por Tarrow, McAdam e Tilly.

Neste sentido, gostaríamos de ressaltar a constatação dos mecanismos que, aqui, definiremos como “mecanismo da *produção ritual de sentidos*” e “mecanismo da *intencionalidade*”, como elementos explicativos também importantes no contexto estudado.

5. Por *mecanismo da produção ritual de sentidos* nos referimos aos processos através dos quais indivíduos e grupos utilizam-se de processos e eventos de tipo ritual, de forma a produzir determinados *marcos interpretativos* não previamente estabelecidos entre os envolvidos. Embora seus resultados não sejam plenamente controláveis e intencionais, sem dúvida alguns eventos rituais, internos e externos aos grupos pesquisados, como manifestações, reuniões, plenárias, etc, apresentaram o poder de *produzir sentidos* novos nos participantes, decisivos na construção de seus laços associativos. Embora articulado com os mecanismos da *difusão e apropriação* destacados por Tarrow *et al*, a *produção ritual de sentidos* se diferencia, do nosso ponto de vista, por que ela vai além da simples transmissão de informações dadas ou da apropriação de discursos ou processos previamente existentes, apresentando uma síntese nova desenvolvida em um processo (ritual) específico de produção de sentidos, realizado, em geral, de maneira intencional.

6. Assim, a *intencionalidade* na agência dos atores apresentou-se como outro mecanismo específico fundamental na construção dos processos associativos observados.

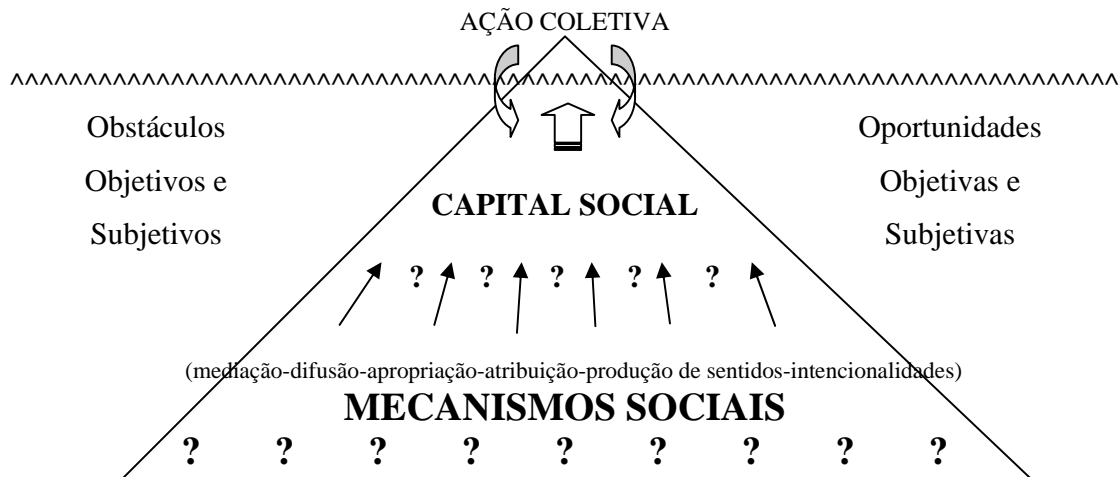
Como discutido no subcapítulo 2.3, embora a intencionalidade não seja um elemento neutro e nem atue sobre um campo livre de condicionamentos, tal mecanismo mostrou-se fundamental na construção dos processos associativos, sem o qual estes jamais aconteceriam “espontaneamente” e, provavelmente, sequer tomariam os rumos almejados por seus construtores.

Como dito, é certo que nenhum mecanismo atua de maneira isolada, intervindo sempre em combinação com os demais mecanismos em jogo, dentro de um dado *campo de possibilidades*. Tais distinções conceituais, porém, são importantes apenas no sentido de delimitar o máximo possível as características centrais de cada processo explicativo observado. Entretanto, estes conceitos, embora se mostram centrais para uma análise causal não podem assumir, isoladamente, tal sentido explicativo. Por exemplo: a *estrutura de oportunidades políticas* define um *campo de possibilidades* para os processos organizativos, mas a ocorrência destes e a forma como eles se configuram vai depender de como os atores interpretam o contexto no qual estão inseridos (mecanismo de atribuição de ameaça ou oportunidade), quais as relações que estes atores constroem entre si e com atores externos (*mecanismo de mediação*), etc.

Assim, tais ***mecanismos não têm um conteúdo pré-definido***. Eles indicam um tipo de evento que é recorrente na conformação dos processos, mas têm seu conteúdo definido sempre no próprio evento empírico sob análise. Ao mesmo tempo, cada *mecanismo* sintetiza um processo específico que, articulado com os demais e, conjugado no interior das dimensões da vida social atuantes, age no sentido de conduzir esta ou aquela ação coletiva a este ou aquele resultado.

Em outras palavras, apresentamos neste estudo a hipótese teórica de que os *mecanismos* apontam *eventos/processos* que, tendo seu conteúdo definido pela conjugação dos *marcos interpretativos (culturais)* dominantes entre os atores, os *recursos de mobilização* a eles disponíveis e as *estruturas de oportunidades políticas* postas (McAdam, McArty e Zald, 1996), podem atuar na geração de *capital social* entre aquele grupo humano específico e, eventualmente, este se manifesta na forma espetacular de ações coletivas, influenciando reciprocamente o *campo de possibilidades* de associação e, por conseguinte, de novas ações coletivas.

Assim, se buscarmos retomar o esforço de produzir uma representação gráfica que sintetize este referencial analítico, a nova forma, agora complexificada pela incorporação destes novos conceitos, assim se apresentaria:



Assim, se a ação coletiva é apenas a face visível de um complexo e profundo processo anterior de construção coletiva, observamos que, na base das relações que tornam possíveis tais as ações, é necessário que exista certo estoque de *capital social* que criará condições para os atores, enfim, agirem coletivamente. Entretanto, para a própria constituição deste capital social são necessárias relações anteriores, produzidas pela atuação de certos *mecanismos sociais* que permitem sua produção. Ainda assim, é fundamental lembrar que o conteúdo empírico destes *mecanismos*, bem como os fatores preponderantes para a constituição de dado *capital social* não são universais, e devem ser apreendidos em cada contexto empírico sob análise.

Para isso, é fundamental recordar também que todo este processo de construção se dá no interior de um campo *dinâmico* de possibilidades, o qual, ao mesmo tempo em que influencia o condicionamento dos movimentos possíveis naquele complexo de relações estudado, é também influenciado por sua movimentação/agência.

É com este arcabouço analítico, atualizado pelo olhar compreensivo debatido até aqui que nos lançamos nesta aventura de, a partir de um prolongado contato com o campo, avançar no desvelamento dos *mecanismos* que contribuem para a constituição dos

laços associativos (capital social) entre os sujeitos das classes populares, base de sustentação para as ações coletivas que nasçam da periferia urbana.

3. A ENTRADA NO CAMPO: CAMINHANDO POR ENTRE “REDES DE RELAÇÕES”

Como demonstramos no capítulo anterior, a partir de uma revisão dos estudos sobre ação coletiva no Brasil, é possível contrastar que, embora o tema geral da presente investigação já tenha, em termos gerais, recebido diversos investimentos analíticos, desde a perspectiva específica que buscamos aqui propor, este parece ser um esforço ainda inédito. Em especial, por basear as presentes reflexões em três estudos de caso (analisados também através do método comparativo), temos ciência de que não encontraremos ainda outras pesquisas nas quais nos apoiar para o debate específico.

Nesse sentido, entendemos ser relevante apresentarmos algumas reflexões sobre as formas pelas quais tivemos acesso aos universos particulares pesquisados, bem como aprofundar a reflexão sobre a importância do método da Análise de Redes Sociais, em uma abordagem etnográfica, como procedimento operacional para apreender o objeto específico de pesquisa e captar os *mecanismos e relações “subterrâneas”* que o constituem (pois tal experiência pode abrir também um leque profícuo de discussões no campo dos estudos políticos).

Nestes termos, um primeiro elemento importante a destacar é o fato de que os contatos iniciais para a presente pesquisa se deram já a partir de 2004, junto a um grupo não abordado aqui, organizado no bairro Jardim Bento Gonçalves, em Porto Alegre, cuja análise foi detidamente apresentada em pesquisa anterior²². A partir do contato com este grupo chegamos ao primeiro coletivo privilegiado na presente pesquisa, localizado no bairro ‘Jardim Vitória’. Já nos primeiros dias do ano de 2005, moradores do bairro Jd. Bento apresentaram ao pesquisador um grupo de conhecidos seus, moradores do ‘Jardim Vitória’, a fim de que tivéssemos ampliado nosso escopo de pesquisa.

Estes dois grupos conheciam-se de um espaço que existia no ano de 2005 em Porto Alegre chamado “Comitê Municipal de Núcleos do Fome Zero”, onde reuniam-se

²² Monografia de conclusão de curso de Antonio João Ferreira de Lima, 2006, citada na nota 11.

semanalmente representantes de diferentes comunidades de Porto Alegre que recebiam benefícios do Programa. Foi a partir desse contato que o grupo do ‘Jardim Vitória’ nos apresentou a outros dois coletivos que, posteriormente, vieram a ter papel determinante no presente estudo. O primeiro, composto por moradores do bairro ‘Morro Alto’, só foi iniciar contatos mais densos para pesquisa no ano de 2007, quando o presente estudo já estava em andamento. O segundo, composto por moradores da vila Cabo Rocha, atualmente residentes no Condomínio Princesa Isabel, foram sujeitos da referida pesquisa de graduação e tiveram papel decisivo em nosso contato com os moradores da vila ‘Santa Maria’, privilegiados no presente estudo. Ainda em 2006 moradores da vila Cabo Rocha nos apresentaram um conselheiro do Orçamento Participativo muito conhecido na cidade, e este nos apresentou a moradores da vila ‘Santa Maria’, que vieram a nos receber para pesquisa a partir do ano de 2007. Como citado anteriormente, a partir destes contatos realizamos procedimentos de pesquisa em diversas outras comunidades da periferia da região metropolitana de Porto Alegre, obrigando-nos a resumir nossa análise dos dados a apenas três delas, devido ao curto espaço de escrita permitido às dissertações.

Como se pode perceber, o contato do pesquisador com seus sujeitos de pesquisa, bem como sua imersão nos universos de investigação basearam-se, fundamentalmente, em uma *rede de relações* que, articulando redes de *laços fortes* e, especialmente, redes de *laços fracos* nas quais se articulavam os sujeitos de pesquisa, nos permitiu circular e imergir por distantes realidades da periferia urbana de Porto Alegre. Dessa forma, a Análise de Redes Sociais se colocou, desde o princípio, como um instrumento metodológico privilegiado para a apreensão e análise dos dados enfocados no presente estudo, pois sua coleta deveu-se, empiricamente, a tais redes de relações entre os sujeitos pesquisados.

Não fosse este processo de *apropriação* de tais *redes de relações*, certamente se tornaria muito mais tenso o processo de entrada do pesquisador nestes universos e, em especial, sua imersão real em campo. Não apenas pela dificuldade que encontraríamos em perceber a existência destes grupos *não-formalizados* no interior de comunidades da periferia, mas também porque a própria entrada nos bairros populares tem se tornado cada vez mais difícil sem o contato prévio com moradores que “abram caminhos” para os pesquisadores. Nos meus primeiros contatos para pesquisa, ainda no ano de 2004, quando

cheguei sozinho, por exemplo, no bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, para dar início à nossa pesquisa de conclusão de curso, os primeiros moradores contatados foram muito rápidos em cortar o diálogo, processo que só compreendemos posteriormente quando outro morador questionou, abertamente, se o pesquisador “realmente não era *rato* da polícia” (gíria para designar membros da Polícia Civil que investigam, a paisana, moradores de periferia).

Por outro lado, o método de coleta e análise dos dados proposto pela Análise de Redes de abordagem etnográfica mostrou-se muito preciso para realizar o tipo de investigação a que nos propúnhamos aqui. Apenas através dele foi possível apreender *mecanismos* e *relações subterrâneas* presentes nos contextos estudados, inalcançáveis por outros métodos de coleta de dados. Assim também, para analisá-los, o método da Análise de Redes nos auxiliou imensamente, ao facilitar drasticamente a visualização (durante a pesquisa exploratória, em especial) dos complexos cruzamentos de relações apreendidos por meio da Observação Participante e das entrevistas abertas e semi-estruturadas.

Assim, através da identificação precisa de quem eram os atores que encontrávamos nos universos pesquisados, como eles se relacionavam e quais as posições ocupadas por cada um deles nas redes relacionais que constituíam entre si, foi possível identificar quem eram os principais *mediadores* que “costuravam” os vários nós destas redes de relações, como atuava cada um dos atores e porquê assumiam determinados papéis naqueles cenários específicos, etc.

Por outro lado, a Análise de Redes nos permitiu identificar como se desenvolviam os processos de *apropriação* de determinadas redes de sociabilidade enquanto *mecanismos* centrais para a construção de determinadas ações coletivas. Ou seja, permitia compreender como determinadas relações são *mobilizadas* e *apropriadas* no esforço de determinados atores (em geral, *mediadores*) visando produzir determinadas práticas associativas.

Por fim, a possibilidade de analisar os dados coletados a partir de uma abordagem etnográfica nos permitiu tratá-los com muito mais profundidade do que nos seria permitido se tivéssemos optado por outras abordagens possíveis. Neste sentido, aprendemos com a reflexão proposta por Silva, Cotanda, Almeida e Alves quando

afirmam que uma abordagem etnográfica nos permite um desvendamento a partir do novo que a própria realidade investigada têm a nos ensinar (2008), ou, em suas palavras:

“Propor-se a observar e descrever a dimensão do gênero, do cotidiano, do trabalho, do religioso, como se houvesse uma bandeira anunciando o fim de um domínio e o início de outro, é algo que nos conduz muito rapidamente ao insólito. Há formas fáceis de resolver a questão, mas elas servem aos textos predefinidos por bibliografias dadas e aos domínios consolidados dentro das academias mais que a uma apreensão que conserve lições inesperadas contidas nos fatos vividos, sendo o que realmente vale a pena abraçar se queremos a inovação e não moldar um falso real a partir do que já supúnhamos sobre ele. Este debruçar-se incerto sobre os fatos é justamente o fundamento da Etnografia. [...] A Etnografia nasce e se consolida em desafio à previsão” (Silva, Cotanda, Almeida Alves, 2008).

Nestes termos, se, a partir desta perspectiva, o pesquisador deve afastar-se das pré-noções, de forma a abrir-se ao novo que tal contato tão denso com outra realidade social pode lhe trazer (pelo menos como forma inicial para organizar novos indicadores e conceitos para posteriores pesquisas), o que iria nos diferenciar de um ator comum naquele ambiente? Justamente, a teoria. “É através da teoria que o pesquisador constrói os problemas sociológicos que leva ao campo, bem como constrói os procedimentos para apreender da realidade dados que lhes respondam a tais problemas” (Silva, Cotanda, Almeida Alves, 2008).

Munido, assim, da teoria, das questões que, a partir dela, levamos à realidade, e deste novo olhar compreensivo que buscamos projetar sobre os contextos investigados, nos lançamos na aventura sociológica de adentrar a densidade destes ambientes para pesquisar os *mecanismos* de construção do *capital social* e das ações coletivas informais no interior da periferia urbana de Porto Alegre.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS PESQUISADOS

Como dito, o presente estudo foi realizado a partir do acompanhamento de três diferentes grupos, compostos por moradores de regiões periféricas da cidade de Porto Alegre. Como fica claro, nossa pretensão não é apenas a de descrever analiticamente os universos pesquisados, mas principalmente, a partir dos dados observados em campo, propor reflexões de mais longo alcance para os debates da sociologia da ação coletiva.

Ainda assim, é importante agora “baixarmos” um pouco mais o debate e nos focarmos nos elementos empíricos que fundamentaram as reflexões aqui propostas.

Neste sentido, orientado pelos princípios metodológicos apresentados acima, já vínhamos realizando pesquisas junto a um destes grupos desde o ano de 2005 e por quase dois anos junto aos demais, através da Observação Participante prolongada²³ e registro em caderno de campo das observações e entrevistas, entre os três grupos referidos.

Como também relatamos, dentre os acordos firmados para permitir a imersão do pesquisador em campo um dos primeiros e mais determinantes foi o de não revelar os verdadeiros nomes das comunidades e pessoas envolvidas na pesquisa. Este acordo foi um requisito para que tal interação prolongada pudesse se realizar de maneira profundamente despreocupada²⁴ por parte dos sujeitos da pesquisa. Todavia, mesmo preservando a verdadeira identidade das pessoas e seus bairros, é fundamental que situemos o leitor no que toca a algumas características (históricas e estatísticas) das regiões onde os grupos costumam conviver, posto que tal localização geográfica mostrou-se elemento também importante na constituição de seus laços associativos e para a

²³ William Foote Whyte (2005) sintetiza alguns dos aspectos fundamentais da observação participante. Segundo ele, “a observação participante, implica, necessariamente, um processo longo. Muitas vezes o pesquisador passa inúmeros meses para ‘negociar’ sua entrada na área. Assim, também, para se compreender a evolução do comportamento de pessoas e de grupos é necessário observá-los por um longo período{..} (porque) supõe a interação pesquisador/pesquisado.{..} A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa{..} os passos em falso fazem parte do aprendizado da pesquisa. [o pesquisador] deve, assim, refletir sobre o porquê de uma recusa, o porquê de um desacerto, o porquê de um silêncio” (Valladares, 2007).

²⁴ Respeitando os debates correntes em pesquisas antropológicas, tal procedimento baseia-se na orientação específica de diversos pesquisadores como Victora, 1988; Oliven, Oro, Maciel & Victora, 2004; Mattar, 2004; entre outros.

produção de suas ações coletivas, especialmente no que toca aos dados sócio-econômicos das regiões e seu histórico de experiências associativas.

Vamos então a alguns dados sobre as regiões onde se realizou a pesquisa:

4.1 “JARDIM VITÓRIA”

O primeiro grupo com o qual tivemos contato para a presente pesquisa, já no ano de 2005, é composto por moradores da chamada “Região do Orçamento Participativo Humaitá, Navegantes e Ilhas” (subdivisão territorial feita pela prefeitura da cidade há mais de 20 anos), onde vivem quase oito mil pessoas, representando 0,56% da população do município de Porto Alegre. Ocupando uma área de quarenta e quatro quilômetros quadrados, representa 9,28% da área total do município, tendo uma densidade demográfica de cento e setenta e três habitantes por quilômetro quadrado²⁵.

Breve histórico do bairro

“Jardim Vitória” é considerado um dos bairros mais peculiares de Porto Alegre. Além da condição natural da localização, com uma extensa área verde e grande biodiversidade, os motivos da sua especificidade também estão ligados ao contato constante de seus habitantes com as águas que os circundam, sendo obrigados a adaptar seus modos de vida às condições naturais da região (e seus riscos), transformando a natureza para ali constituírem locais de moradia e trabalho, constituindo assim uma cultura bastante diferenciada em relação a outras regiões da cidade.

Conforme indícios arqueológicos, a primeira ocupação da região seria datada do século XVI, por povos guarani. Entretanto, com a invasão européia na região, estes teriam sido obrigados, em maioria, a buscar outras regiões do Estado, restando apenas alguns remanescente não mais aldeados na região. Segundo moradores antigos, no século XVIII as regiões do bairro chamadas de “Saco do Quilombo”, “Maria Conga” e “Maria Majolla” teriam também abrigado ancestrais negros rebelados contra o sistema escravagista estabelecido na época. Embora a presença de quilombos na região ainda seja um tema que carece de estudos, documentos da Câmara do século XIX comprovariam a

²⁵ Dados disponíveis no site da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre em 21/01/2009.

presença de população negra na região pelo menos desde 1810, e daria indícios que sua ocupação possa mesmo ser anterior a esta data²⁶.

Desde então, a ocupação da região tem sido feita de maneira muito irregular, estando a maior parte das famílias, além de excluídas de equipamentos urbanos básicos como asfalto, esgoto e água encanada, sujeitas anualmente a intempéries ambientais (como cheias e quedas de árvores) que destroem boa parte das casas, além de espalhar doenças infecto-contagiosas. Ainda assim, muitos moradores relatam que, nos últimos anos, grandes mansões vêm sendo construídas na região, devido a sua beleza natural, porém, justamente nos raros locais mais seguros do território, ampliando os riscos que correm as residências mais pobres, ilhando-as abaixo dos aterros dos ricos.

Dados socioeconômicos do Jardim Vitória

Número de Domicílios particulares permanentes	Responsáveis por domicílios com mais de 11 anos de estudo	Responsáveis por domicílios que tem de 8 a menos de 11 anos de estudo	Escolaridade média das mulheres responsáveis por domicílios	Escolaridade média dos homens responsáveis por domicílios	Número de responsáveis por domicílios que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples	Número de pessoas de 15 ou mais anos de idade que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples	Responsáveis por domicílios com até 2 salários mínimos* de rendimento mensal	Responsáveis por domicílios com mais de 10 salários mínimos de rendimento mensal
2.192	2,73%	11,13%	4 anos	4,8 anos	1.881	4.502	56,5%	3,4%

* O salário mínimo considerado para o cálculo é de R\$ 151, valor em vigor em agosto de 2000

(Dados do Censo IBGE 2000) In: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>

Ainda no que toca a descrição do ambiente de pesquisa, nossas investigações apontaram que, de fato, a esmagadora maioria das famílias na região é formada por trabalhadores pobres, ainda que encontrem-se no bairro algumas mansões e clubes freqüentados por pessoas de alto poder aquisitivo. Entretanto, o contato entre as famílias

²⁶ Ver Gomes, 1995.

das diferentes classes é raro, limitando-se, principalmente, a eventuais relações de prestação de serviços contratados.

No conjunto do bairro não existem espaços amplos de convívio social populares, como praças, campos de futebol, igrejas ou escolas de samba, embora também não haja fortes “bocas” de tráfico de drogas estabelecidas em seu interior, o que diminui os entraves ao convívio comunitário. Todavia, também não há locais de aglomerações desordenadas de casas (como, em geral, ocorre nos morros de Porto Alegre), quase todas vizinhando-se apenas lateralmente (como em linhas retas, paralelas), fazendo com que as famílias vivam relativamente separadas. Não há também nenhum colégio público ou posto de saúde dentro da comunidade, diminuindo ainda mais os espaços potenciais de convívio social.

Apresentando o grupo investigado em específico

O grupo específico pesquisado no bairro ‘Jardim Vitória’ é composto por 40 a 50 vizinhos (apenas 5 são homens), em maioria auto-identificados religiosamente como evangélicos. 2 já acamparam com o MST e muitos têm contato com a Pastoral Operária. Organizam-se de forma bastante flexível para diversos fins comuns: desde sopões comunitários até a realização ou participação em protestos relativamente regulares por políticas públicas para a comunidade. Investigo este grupo desde fevereiro de 2005.

4.2 ‘MORRO ALTO’

O segundo grupo pesquisado localiza-se em uma região da cidade onde vivem quase cento e vinte e uma mil pessoas, representando 8,84% da população total do município. Vivendo em uma área de pouco mais de quatorze quilômetros quadrados (3,06% da área total da cidade), sua densidade demográfica é, na média, de oito mil e trezentas pessoas por quilômetro quadrado²⁷.

Histórico do bairro

Segundo relatos de moradores, afora as comunidades indígenas que teriam vivido nesta região da cidade por centenas de anos, a primeira notícia de relações associativas formais que se tem na região após a invasão européia seria a de um grupo de literatos

²⁷ Dados disponíveis no site da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre em 21/01/2009.

que, criando uma “Sociedade Literária” no ano de 1868, sonhava em erguer construções de estilo europeu na região.

A ocupação do território se deu, fundamentalmente de forma também irregular, tendo recebido muitos migrantes do interior do estado, grupos enormes de famílias de trabalhadores escravizados libertos após 1888 (erguendo residências principalmente nas encostas de seus diversos morros) e, mais recentemente, tendo sua ocupação regulamentada pelo poder público nas áreas planas, às margens de algumas de suas grandes avenidas²⁸. Em torno destas avenidas se desenvolveu uma ampla rede comercial, que vai desde de pequenos estabelecimentos a hipermercados e universidades.

Neste sentido, esta região da cidade tem como uma de suas marcas características grandes contrastes em termos residenciais, econômicos e sociais. Ao mesmo tempo em que encontram-se áreas com belas praças, amplas ruas pavimentadas e arborizadas, com residências caras e bem distribuídas no espaço, encontram-se inúmeras casas distribuídas de acordo com as possibilidades dos terrenos dos morros, geralmente construídas em madeira e com estrutura precária, em muitos casos sem acesso a equipamentos urbanos básicos como asfalto, água encanada ou esgoto.

Dados sócio-econômicos do Morro Alto

Número de Domicílios particulares permanentes	responsáveis por domicílios com mais de 11 anos de estudo	responsáveis por domicílios que tem de 8 a menos de 11 anos de estudo	escolaridade média das mulheres responsáveis por domicílios	escolaridade média dos homens responsáveis por domicílios	Número de responsáveis por domicílios que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples)	pessoas de 15 ou mais anos de idade que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples)	responsáveis por domicílios com até 2 salários mínimos* de rendimento	responsáveis por domicílios com mais de 10 salários mínimos de rendimento
35.826	19,85%	17,68%	7,7 anos	8,5 anos	34.339	87.4%	33%	12,5%

(Dados do Censo IBGE 2000) In: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>

²⁸ dados disponíveis em <http://www.pucrs.br/conheca/historico>; <http://www.nosbairros.com.br/hcristal.htm>; FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre Guia Histórico. 2º edição. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1992;

Apresentando o grupo específico

O grupo investigado no bairro Morro Alto estava composto por 39 pessoas quando da conclusão de nosso trabalho de campo, 37 delas mulheres. A comunidade se localiza em um dos morros habitados mais altos da cidade, e alguns dos membros do grupo vivem em diferentes partes do morro. Este grande grupo é composto por pequenos “subgrupos” de vizinhos que têm maior convivência entre si, pois, em geral, vivem em terrenos pequenos, com as casas quase “amontoadas” umas nas outras. Estas pessoas costumam reunir-se para organizar festas para as crianças, chás para as mães, festas religiosas de matriz-africana e inclusive para organizar ou participar de protestos por demandas como trabalho e postos de saúde e polícia dentro da comunidade. Investigo este grupo desde fevereiro de 2007.

4.3 ‘SANTA MARIA’

A última comunidade na qual realizou-se a presente pesquisa é considerada uma das áreas mais empobrecidas da cidade de Porto Alegre, pertencendo à chamada “Região Leste do Orçamento Participativo”. No conjunto desta região vivem mais de trinta mil e quatrocentas pessoas, representando 2,24% da população total do município. Com uma área de dois quilômetros quadrados, representa 0,42% da área do município, tendo assim uma densidade demográfica de quase quinze mil e cem pessoas por quilômetro quadrado²⁹.

Histórico do bairro

Segundo relatos de moradores antigos, aquela região teria sido doada ao herdeiro de um Barão em fins do século XIX, conforme inventário, totalizando uma área de mil e sessenta e três hectares, dando origem ao que hoje é o bairro ‘Santa Maria’. Porém, sua ocupação teria se dado apenas posteriormente, posto que, inicialmente, a área serviria apenas para veraneio da família proprietária. Tendo sido vendida a uma empresa imobiliária, anos mais tarde, a região foi dividida em loteamentos vendidos a famílias de

²⁹ VILARINO, Maria da Graça, et al. Bom Jesus. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998. (Memória dos Bairros)

baixa-renda e imigrantes vindos do interior do estado (devido a sua distância do centro da cidade e falta de infra-estrutura, seu custo seria relativamente mais baixo). Essa falta de infra-estrutura seria, segundo alguns moradores antigos entrevistados, uma das principais motivações para a futura organização comunitária. Entretanto, apenas uma investigação específica, em maior profundidade, poderia apreender os mecanismos efetivos que contribuíram para sua histórica organização coletiva.

Em todo caso, sabe-se que, nos anos 40 e 50, foram fundadas na região instituições sociais e recreativas, como clubes (que serviam de sede para variados eventos sociais entre os moradores), alguns inclusive formados exclusivamente por homens, assim como clubes carnavalescos e recreativos. No ano de 1953 moradores da região fundam sua primeira sociedade comunitária conhecida, que passa então a encaminhar reivindicações à Prefeitura (Villarino, 1998). Em 1962, foi fundada uma Sociedade Recreativa que até hoje mantém suas atividades carnavalescas no bairro, sendo uma das mais importantes escolas de samba do município até os dias presentes.

Segundo Villarino (1998) a ocupação da zona mais baixa do bairro tornou-se mais efetiva a partir da década de 1960, sendo que a maioria das ocupações desta região ocorreu também de forma irregular e por loteamentos sem infra-estrutura.

A união dos moradores em associações comunitárias que buscavam soluções para problemas imediatos teria se fortalecido, segundo moradores mais antigos, especialmente na década de 1980, tendo, após este período, sofrido forte retrocesso. Ainda assim, uma das vitórias considerada importante conquista dos moradores do bairro foi uma Unidade de Saúde, inaugurada em janeiro de 1996.

A falta de espaços propícios ao convívio comunitário e a crescente violência relacionada ao tráfico de drogas e à polícia, segundo moradores entrevistados, têm cada vez mais dificultado a convivência e as ações conjuntas entre os moradores.

Dados sócio-econômicos da Vila Santa Maria

Número de Domicílios particulares permanentes	responsáveis por domicílios com mais de 11 anos de estudo	responsáveis por domicílios que tem de 8 a menos de 11 anos de estudo	escolaridade média das mulheres responsáveis por domicílios	escolaridade média dos homens responsáveis por domicílios	Número de responsáveis por domicílios que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples)	Número de pessoas de 15 ou mais anos de idade que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples)	responsáveis por domicílios com até 2 salários mínimos* de rendimento	número de responsáveis por domicílios com mais de 10 salários mínimos de rendimento
8.748	11,19%	16,221%	6,1 anos	6,7 anos	7.942	19.421	44,21%	813 pessoas

(Dados do Censo IBGE 2000) In: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>

Apresentando o grupo específico pesquisado

O grupo pesquisado no bairro ‘Santa Maria’ estava composto por 36 pessoas quando concluímos nosso trabalho de campo. A maior parte das pessoas tem seu “tronco” principal na chamada Família Silva. Composto por 35 mulheres, quase todas moram entorno de um campo de futebol de 150 metros quadrados, sendo uma casa quase de frente para a outra (algumas casas se localizam nos arredores do referido terreno). Embora a comunidade não tenha quase espaços para convívio comunitário (a não ser este terreno usado pelos homens para jogos nos finais de semana, além de um posto de saúde) e seja considerada uma das vilas mais violentas da cidade (com presença constante de conflitos motivados pelo tráfico de drogas e pela violência policial), as pesquisadas se reúnem quase diariamente, seja para conversar e aliviar-se dos problemas cotidianos, seja para ir a igreja, organizar festas (algumas inclusive religiosas, de matriz-africana), ou ainda para participar de protestos reivindicando condições para produzir e vender seus artesanatos. Investigo este grupo desde abril de 2007.

5. APRESENTAÇÃO DAS DINÂMICAS ASSOCIATIVAS ESPECÍFICAS – ESTUDO ETNOGRÁFICO, POR GRUPO PESQUISADO

No presente capítulo apresentaremos uma síntese dos principais dados coletados durante o longo período de trabalho de campo, propondo simultaneamente uma análise teórica destes. Realizaremos este empreendimento, por objetivos didáticos, separando cada um dos três grupos investigados. No próximo capítulo, apresentaremos uma análise comparativa dos dados, buscando destacar diferenças e similitudes encontradas nos casos investigados.

Antes, porém, é importante ressaltar que, como dito anteriormente, buscamos realizar a presente investigação a partir de uma abordagem processual, sem tomar os grupos e fenômenos pesquisados como objetos estáticos. Assim, entendemos que as características aqui apresentadas são recortes analíticos feitos no tempo pelo pesquisador, ciente de que elas são características históricas e relacionais, muito mais complexas do que poderíamos representar e em um fluxo tal que nossa linguagem não seria sequer capaz de descrever.

Tendo estas ressalvas presentes, apresentaremos aqui os resultados mais relevantes de nossa investigação, voltada para compreender os *processos de construção do tecido associativo* observado nos grupos pesquisados. Para tanto, nos debruçamos a investigar as Redes de relações associativas nas quais se articulavam os atores pesquisados, buscando apreender os fenômenos observados não como objetos preexistentes às relações estabelecidas, mas como resultantes mesmos destas próprias relações.

Para tanto, privilegiamos a investigação sobre a constituição dos *laços fortes* componentes destas redes associativas, sem perder de vista os *laços fracos* importantes no contexto de sua produção.

Finalmente, levando em consideração a abordagem processual e histórica na análise da constituição do *capital social* entre cada grupo pesquisado, empreendemos também a investigação (através de documentos e entrevistas) sobre as experiências

associativas da comunidade e dos indivíduos, compreendendo que a existência de experiências prévias tende a influenciar a atuação presente dos atores.

Tendo isso em conta, vamos à apresentação dos resultados da investigação:

5.1 “JARDIM VITÓRIA”

Como descrito no capítulo anterior, uma intensa vida associativa pode ser observada entre os integrantes do grupo pesquisado no bairro `Jardim Vitória`. Antes, porém, de descrever e analisar algumas das ações coletivas que demonstram a existência efetiva desta vida associativa, é importante comentarmos sobre alguns *obstáculos* à organização comunitária existentes, constituintes do *campo de possibilidades associativas* que influenciaria tanto a constituição de *capital social* entre os moradores quanto as possibilidades de este *capital social* se converter em ações coletivas. Embora saibamos que a divisão entre objetividade e subjetividade seja apenas um recurso analítico e não deva ser tomada de maneira dicotômica, faremos aqui a diferenciação entre *obstáculos objetivos* e *subjetivos* com o propósito de facilitar a apreensão do debate que propomos.

Neste sentido, devemos destacar que, no universo do bairro ‘Jardim Vitória’, não existem espaços amplos de convívio social, como praças, campos de futebol, grandes igrejas ou escolas de samba, e nem mesmo algum colégio público ou posto de saúde onde os moradores possam se encontrar e estabelecer algum convívio cotidiano. O único campinho de futebol que conhecemos ao longo de quase quatro anos de convívio foi aterrado por um novo morador que, tendo construído uma mansão na ponta sul do bairro no ano de 2008, à beira do rio, optou por elevar o nível do terreno onde antes havia o campinho, cercando a área.

Outro elemento que merece ser destacado é o fato de que, sendo o terreno do bairro relativamente plano em toda sua extensão, e sendo cortado por largas vias de acesso, a ocupação residencial não se dá da maneira “desordenada” como ocorre em morros ou bairros de maior densidade populacional. Ali, as casas se encontram erguidas uma ao lado das outras, em linhas retas dividindo, quando muito, os fundos entre si, quando duas residências separam, por exemplo, duas vias paralelas. Esta organização

espacial faz com que as famílias vivam relativamente separadas e seu convívio seja menos “forçado” do que em bairros com outro tipo de divisão espacial.

Neste caso, vale também destacar que não existe nenhuma “sociedade” ou associação comunitária em funcionamento no bairro, além daquelas puxadas pelo próprio grupo pesquisado, e que serão destacadas logo a frente.

Dessa maneira, a inexistência de espaços propiciadores de convivência comunitária, base de encontros e relações que poderiam ser *apropriados* pelos grupos que desejam organizar-se e produzir ações coletivas, dificulta objetivamente a própria geração de *capital social* no bairro ‘Jardim Vitória’.

Além disso, há que se ressaltar que, pelo fato de a maior parte da população adulta do bairro estar desempregada ou em trabalhos informais, falta-lhes objetivamente tempo para encontros vicinais ou momentos de convivência mais amenos, pois, tanto o trabalho doméstico (para quem fica em casa, em esmagadora maioria, mulheres) quanto os remunerados tomam-lhes muito mais tempo e energia do que lhes tomariam trabalhos menos pesados ou que se utilizassem de novas tecnologias.

Todavia, fatores que, diminuindo sua qualidade de vida poderiam ser também tomados como *obstáculos*, mostraram-se ao longo de nossa pesquisa como criadores também de *oportunidades* para o desenvolvimento de *capital social* e mesmo de *ações coletivas* entre os moradores do ‘Jardim Vitória’.

Neste sentido, destacamos o contato constante dos habitantes do bairro com as águas dos rios próximos, pois, embora as constantes cheias acarretem a perda dos parques bens de inúmeros moradores, além de propagarem doenças infecto-contagiosas, o convívio com as águas cria simultaneamente uma cultura cotidiana bastante peculiar na região. Por um lado, o principal espaço de convívio da comunidade, além das paradas de ônibus e das próprias casas dos moradores, são, justamente, as margens dos rios. Ali, moradores, minimamente, se encontram, seja nos momentos de trabalho (pela pesca ou transporte), seja nos eventuais momentos de lazer permitindo-lhes o contato mínimo necessário ao desenvolvimento de *capital social*.

Por outro lado, devido às constantes cheias (historicamente negligenciadas pelo poder público), desenvolveu-se entre os moradores uma cultura associativa baseada no *cuidado coletivo* (avisando-se sempre dos perigos de novas cheias) e na *solidariedade*

(especialmente nos “momentos especiais”, quando as águas devastam muitos locais de moradia e trabalho).

Além disso, a recente construção de grandes mansões na região, embora tenha acarretado novos problemas aos antigos moradores, propiciou a estes também motivações para associação e ação coletiva. Uma vez que estas novas residências buscam as áreas mais protegidas das cheias e aterram seu entorno, as demais partes do bairro ficam objetivamente “rebaixadas” no terreno, ampliando o processo de concentração das águas, quando estas sobem e não conseguem escoar-se devido aos aterros em torno das mansões. As casas pobres acabam, literalmente, ilhadas. Além disso, segundo relato de moradores antigos, alguns dos novos moradores das mansões vêm captando para si os parques encanamentos (não-legais) de água do bairro, deixando muitas vezes a maior parte das famílias sem acesso a água encanada.

Tudo isso, porém, tem contribuído para que muitos dos antigos moradores, de baixa-renda em sua grande maioria, vejam os novos moradores das mansões (por eles chamado de “a burguesia”) como um “*adversário*” *em comum*, o que observamos como um estímulo à produção de uma identidade entre aqueles que se sentem prejudicados pelos mesmos atores, colaborando para a produção de *capital social* entre os que se sentem comumente prejudicados. Citaremos mais a frente alguns casos em que, os elementos aqui elencados, somados a outros que ainda serão descritos, colaboraram para a produção de ações coletivas que colocaram em lados opostos os antigos moradores (pobres) do bairro e os novos moradores (das mansões).

Finalmente, a leitura feita por estes antigos moradores de que eles estão perdendo suas terras para “a burguesia” (idéia ressaltada em inúmeras entrevistas) mostrou-se também outro importante elemento mobilizador e gerador de *capital social* entre os moradores pobres. Todavia, este é um processo complexo, pois, uma vez que algumas das raras oportunidades de trabalho remunerado para os moradores pobres do bairro são propiciadas por estes novos moradores (das mansões), qualquer ação coletiva que possa desagradá-los recebe rapidamente muitos investimentos (discursivos e materiais) para ser desmobilizada.

Neste sentido, *obstáculos subjetivos* à produção de ações coletivas também merecem ser observados, pois eles terão influência direta na (des)constituição de *capital*

social e, portanto, na (des)construção das próprias ações coletivas no bairro. Assim, vale destacar a fala bastante exemplar de Dona Lili, (antiga e influente moradora do bairro) que, em uma entrevista aberta da pesquisa, respondeu-nos assim sobre o que pensava das “manifestações que foram feitas por seus vizinhos por motivo da última cheia” (as referidas manifestações serão descritas mais a frente):

“Olha meu filho, eu sou contra essa coisa de manifestação. A gente tem que se contentar com o que Senhor destina pra nós. Foi o Senhor que fez os rio, foi o Senhor que nos pôs a morar aqui. Tem cheia todo ano, e é sempre a mesma coisa. [...] Não tem que reclamar dos aterros, nem da prefeitura. Quem não tá satisfeita com o que o Senhor deu, que se mude”. (Dona Lili, 59 anos, evangélica, ex-participante do grupo pesquisado)

Este é apenas um caso exemplar de como a *matriz discursiva* religiosa (e, em especial, evangélica) têm colaborado para a desmobilização de ações coletivas contestatórias entre os grupos pesquisados. Entretanto, embora este seja um fenômeno bastante recorrente, devemos ressaltar que a maior parte dos integrantes do grupo investigado no ‘Jardim Vitória’ se auto-identifica exatamente como evangélico e, como podemos perceber, este é, justamente, um dos elementos que propicia maior coesão no interior grupo, fortalecendo seu *capital social* interno e colaborando decisivamente na realização das ações coletivas a que eles se propunham.

Entretanto, ainda destacando elementos subjetivos que atuam como desmobilizadores da ação coletiva no contexto estudado, é importante observarmos a *atribuição*, seja de características aos atores (individuais ou coletivos) ou mesmo *ameaças* contidas em determinados tipos de ação, que demonstraram atuar como elementos desmobilizadores do ato coletivo. Neste sentido, destacamos duas falas muito representativas de pensamentos que, em diversas outras entrevistas, foram expostos por moradores que preferiam não participar das ações coletivas propostas pelo grupo pesquisado. Uma delas foi proferida por Dona Maria, 46 anos, ao justificar porque havia deixado de freqüentar os encontros do grupo, *atribuindo* corrupção às ações do grupo (mesmo sem qualquer indício concreto):

“A Mara (coordenadora do grupo) é uma ladrona. Ela puxa aquele grupo só pra se beneficiar. Quem anda com ladrona é ladrona também. Por isso, eu não vou participar das coisas que ela chamar” (Dona Maria, católica, 46 anos).

Também, *atribuindo* uma possibilidade risco às ações coletivas propostas pelo grupo pesquisado, justificava seu Antônio sua não-participação:

“Eu até acho legal as atividades que eles promovem, os sopões, as festinha e até as luta. Mas eu só trabalho quando a ‘burguisia’ daqui me chama, né? Pra uma obra, uma vigia. Não posso me queimar com eles, né?! Já pensou se eu saiu na TV, ou um me vê numa ação dessas?” (Seu Antônio, católico, 51 anos)

Não obstante, outros tantos fatores objetivos apresentam-se, ao inverso, como propiciadores de *capital social* e mesmo de ações coletivas, no bairro ‘Jardim Vitória’. Dentre eles, destacamos a inexistência de “bocas” grandes de tráfico, fazendo com que a violência pública seja um fenômeno pouco comum na região. O que mais percebe-se, nesse sentido, segundo relato de muitos moradores, é que durante a noite o bairro serviria de local constante de “desova de corpos pela polícia”. Ainda assim, este fato não demonstrou ser um elemento objetivamente dificultador do convívio entre os moradores.

Desta forma, como dito, pela falta de espaços públicos para convivência, a maior parte das relações vicinais se dá ou de maneira esporádica em encontros rápidos nas paradas de ônibus, mercadinhos, no rio, ou então no interior das próprias residências. Tal característica de encontros “domésticos” demonstrava fazer com que as relações de convívio, quando ocorriam, desenvolvessem *laços afetivos* muito mais *densos* e persistentes do que quando elas dependem exclusivamente de espaços formais.

Tais laços contribuem para o desenvolvimento de (e ao mesmo tempo são reforçados por) *relações de ajuda mútua*, conformando as chamadas “*redes cotidianas de solução de problemas*” entre os próprios vizinhos. Estas, por sua vez, contribuem para a consolidação do *capital social* quanto maior for a capacidade do grupo em perceber quais são as principais necessidades das pessoas e propor saídas realistas (ou para as quais se *atribua* realismo) para a solução de seus problemas. Este convívio “doméstico” parece contribuir para que as pessoas se conheçam mais profundamente e saibam perceber dificuldades entre seus amigos de maneira mais rápida do que ocorreria se sua convivência fosse mais eventual.

Outra característica interessante é que, dentre as nove pessoas que mais “puxam” as demais (as mais ativas e envolvidas na manutenção dos laços do conjunto dos atores), duas já foram acampadas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as outras cinco participam há anos de atividades promovidas pela Pastoral Operária.

Embora estas relações não sejam relações orgânicas no presente, foi possível constatar que inúmeras idéias e práticas aprendidas nestas experiências exteriores eram *difundidas* entre o grupo. Além disso, deve-se ressaltar que, eventualmente, religiosos ligados à Pastoral colaboram objetivamente com o grupo, doando-lhes maquinários e matérias-primas para seus trabalhos em confecção e construção civil.

Neste sentido, vale também aprofundarmos outros elementos subjetivos que contribuem para o desenvolvimento do *capital social* específico encontrado entre o grupo pesquisado e que colaboram decisivamente para a construção de suas ações coletivas. Assim, destacamos que os *marcos interpretativos* dominantes no grupo, fundados na *matriz discursiva cristã* (em especial evangélica) demonstraram decisiva força na *atribuição* de sentido à sua integração, bem como às suas ações, além de colaborarem para a consolidação de sentimentos de *confiança* e *simpatia* entre os membros.

Todas estas características podem ser observadas através da fala exemplar de Dona Mara, principal motivadora, articuladora e *mediadora* do grupo:

“É Deus que quer que a gente se una e lute por uma vida mais digna. O Senhor não quer que seus filhos passem necessidade, nem sejam explorados. E ele disse, ‘quando dois ou mais se unirem no meu nome, lá estarei’. Por isso, nós nos damos tão bem[...]. Nós confiamos uns nos outros porque somos todos tementes a Deus, confiamos no Senhor. Confiamos nossa união, nossa vida e nossa luta ao Senhor” (Dona Mara, evangélica, 43 anos, coordenadora do grupo)

Entretanto, embora possamos dizer que a *confiança* entre os componentes do grupo seja reforçada pela *identidade religiosa* existente, sem dúvida o elemento que sustenta esta confiança é, acima de tudo, o próprio convívio solidário entre os atores. Nesse sentido, se a *confiança* é tanto mais forte quanto maior for a relação de *amizade* manifesta no convívio entre os atores, esta é ainda mais reforçada no interior das *relações familiares*. Claro que, no interior daquilo que formalmente chamamos família, nem sempre se dão boas relações entre os sujeitos. Porém, em geral, a *confiança* demonstrou-se crescentemente maior e persistente quanto mais *familiar* fosse a relação entre os sujeitos.

Outro aspecto que nos chamou atenção no que toca a produção de *capital social* foi o fato de que, como destacado acima, o partilhamento de condições objetivas de vida semelhantes propiciou decisivamente (embora não garanta) a produção de *solidariedade* entre os atores. No caso do ‘Jardim Vitória’, como dito, o contato constante comum com

as águas contribui para uma cultura associativa baseada no *cuidado coletivo* e na *solidariedade* (a percepção de problemas comuns e que tocam no íntimo das pessoas demonstrou um poder mobilizador da ação coletiva). Entretanto, o que queremos destacar é que tal *solidariedade* tende a produzir o elemento da chamada *reciprocidade*, e esta, ao induzir a uma “devolução” do gesto solidário, desencadeia um processo retroalimentar de *solidariedade*, que tende a colaborar fortemente na produção de *capital social* dentro do grupo. Neste sentido, podemos afirmar que tais gestos cotidianos de *solidariedade* tendem a *difundir* uma prática *recíproca* e constante de *solidariedade*, que pode vir a se tornar uma verdadeira *cultura* no interior de algumas comunidades populares.

Nestes termos, é importante destacarmos o processo específico e intencional de *difusão* de idéias e práticas que colaboram decisivamente para a produção e consolidação de *capital social* entre o grupo. A partir do exemplo do ‘Jardim Vitória’, constatamos o quanto *eventos rituais* têm de fato o poder de *difundir idéias* e *práticas*, e, assim, construir verdadeiras novas realidades políticas. Ali, o fato de membros do grupo preservarem encontros no mínimo semanais, de maneira tipicamente ritual, além dos eventos específicos por eles realizados conjuntamente, demonstrou uma impressionante capacidade de produzir uma *identidade*, um *partilhamento de sentidos* e de *valores* que se tornaram comuns, sem que o fossem antes da realização de tais *rituais* ou quando baseados apenas na tentativa discursiva de *difusão* de idéias por parte de alguns agentes internos e externos ao grupo.

Assim, os próprios encontros regulares, no mínimo semanais, embora cumprissem por si uma função *ritual*, eram constituídos, eles mesmos, de inúmeros momentos interiores também tipicamente *rituais*. Por exemplo, seus encontros eram sempre iniciados com o que eles chamavam de “a mística”, momento no qual alguma *performance* era realizada (leitura de um poema, realização de um discurso, encenação de pequena esquete) de forma a *mobilizar sentidos comuns* ao conjunto do grupo e produzir um certo *sentimento de identidade* entre os participantes. Na mesma direção, eram comuns leituras de trechos da bíblia, sustentando argumentos de alguém:

“Moisés também não acreditava que poderia cumprir os desígnios que Deus havia lhe dado. Sentia-se incapaz, como nós. Mas manteve inabalável sua fé em Deus, seguiu sua palavra e conduziu o povo de Deus à libertação da escravidão no Egito. O mesmo papel temos nós a cumprir aqui no ‘Jardim Vitória’”(Joana, católica, 25 anos, importante articuladora do grupo)

Este é um bom exemplo de uma *performance ritual* comum ao grupo, na qual se produziria uma *narrativa pedagógica*, construindo entre os participantes um sentido comum para suas ações, *indexando* valores às suas práticas e tentando mobilizá-las em um sentido maior do que elas próprias.

Tudo isso contribuía para o desenvolvimento do *capital social* entre o grupo, resultando em um aumento da sua capacidade de ação coletiva, cooperação e confiança, em um processo de retro-alimentação. Assim, durante o período em que realizamos a pesquisa no ‘Jardim Vitória’, pode-se observar diferentes tipos de ação coletiva sendo realizadas, ao mesmo tempo, sustentando-se no *capital social* existente entre os membros do grupo e produzindo novas situações geradoras, elas próprias, de maior *capital social* entre o referido coletivo.

Neste sentido, vale destacar que alguns dos membros do grupo pesquisado reuniam-se quase diariamente na casa de Dona Mara, fosse apenas para conversar e aliviar-se dos problemas cotidianos, fosse para realizar outras atividades conjuntas. Dentre estas, a mais comum neste grupo era o trabalho coletivo, eventualmente realizado em uma pequena horta comunitária (regularmente destruída pelas cheias), mais seguidamente para a produção de pães e salgados e, ainda mais cotidianamente, para o trabalho em confecção e restauração de roupas. Algumas vezes a produção do grupo era exposta em feiras nas quais eles conseguiam espaços coletivos para amostra e venda.

Também outro processo comum entre os membros deste grupo eram as ajudas mútuas no que toca a alimentação e vestimentas, assim como orações mútuas conjuntas. Para tanto, membros do grupo eventualmente reuniam-se em suas próprias casas para orar conjuntamente e, mais seguidamente, deslocavam-se juntos para o bairro mais próximo onde havia um grande templo evangélico, onde participavam de cultos religiosos juntos.

Nos encontros semanais, quando não estavam absorvidos pelo trabalho de produção material, os membros do grupo dedicavam-se a planejar atividades coletivas que promoveriam (como sopões comunitários ou a coordenação do “dia da pesagem das crianças” no bairro), e debater problemas locais ou pessoais a serem resolvidos de forma coletiva. Assim é que, em diferentes oportunidades, presenciamos, nestas reuniões, o

grupo planejar a realização de Sopões Comunitários, que eram sempre realizados quando o grupo conseguia uma doação de alimentos insuficiente para ser repassada individualmente às famílias do bairro. Nestes Sopões, por exemplo, os membros do grupo vestiam-se sempre com aventais e toucas brancas, destacando-se dos demais participantes, trabalhando de forma voluntária na lavagem dos alimentos e na preparação e distribuição das Sopas e pães. Também nestes encontros realizava-se a troca de informações sobre atividades que outros grupos distantes viriam a realizar e que era transmitida ao grupo por seus *mediadores*.

Eventualmente também este grupo realizava “festinhas” para as crianças do bairro ou chás para os adultos. Na verdade, o mais comum era que suas reuniões semanais terminassem com um momento de partilha de alimentos e bebidas entre os participantes, de uma forma quase *ritual*, característica esta reforçada quando um dos membros fazia questão de lembrar a forma pela qual aqueles alimentos haviam sido produzidos e/ou conquistados, criando uma certa comoção entre os participantes.

Estes encontros, além de cumprir um papel *ritual*, reforçado por sua regularidade de realização e pelos *ritos* dos quais se utilizavam, tinham também a função de dar um certo *suporte emocional* aos membros do grupo (através de conversas pessoais), além de propiciar-lhes as referidas trocas de informações e o planejamento conjunto de ações coletivas. Neste sentido, diversas vezes presenciamos o grupo aproveitar estes encontros para debater a importância de participarem (ou organizarem) ações coletivas também de tipo contestatório, como marchas, trancamentos de ruas e estradas, entre outros.

De forma exemplar, a partir de uma decisão tomada em um destes encontros semanais, no mês de março de 2005, quando a principal *mediadora* local, Dona Mara, *difundiu* entre o grupo a informação de que haveria naquele mês uma manifestação no centro de Porto Alegre reivindicando apoio do governo estadual a grupos informais de geração de renda, membros deste grupo decidiram participar conjuntamente da referida manifestação, conquistando para seis famílias do ‘Jardim Vitória’ o acesso à política estadual das Frentes Emergenciais de Trabalho. Já no mês de maio de 2006, o grupo participou, junto com sindicatos de região metropolitana de Porto Alegre, de uma ocupação na fábrica abandonada da Azaléia, em Novo Hamburgo. Em março de 2007, participaram com vários movimentos sociais de uma marcha em homenagem aos povos

indígenas e, em maio, com outros grupos, da ocupação no prédio do SINE, em Porto Alegre, reivindicando apoio do governo estadual à sua produção local.

No dia 27 de setembro de 2007 estávamos em observação de uma de suas reuniões regulares, preparatória para o Sopão Comunitário que seria realizado no final daquele mesmo dia, quando presenciamos um evento bastante singular. Até então, ao que sabemos, aquele grupo havia participado de várias manifestações públicas, como relatado acima. Porém, todas fora de seu território, e como co-participantes. Entretanto, naqueles dias, o bairro estava em “polvorosa” devido a uma cheia do rio que havia ocorrido naquela semana e alagado inúmeras casas, sem que os moradores tivessem recebido qualquer proteção anterior ou auxílio posterior por parte do poder público. Segundo relatos, o alagamento de algumas casas teria sido pior naquele ano devido aos aterros isolados realizados pelos novos moradores (das mansões), fechando as saídas de água e “ilhando” as residências mais pobres. Neste contexto, estava o grupo conversando sobre os horrores que a cheia havia trazido naqueles dias, quando uma das presentes provoca os demais :

“Vocês não acham que nós devia fazer um protesto pra chamar a atenção das autoridade? Nós tamu aqui debaixo d’água, tão que só falam de nós na TV, mas parece que foi Deus que quis, que ninguém tem nada haver com isso. Tão até falando de ‘ajudar os flagelados’ mas até agora nada. E o Matias, da sede da prefeitura, recebe as coisa mas não passa pra quem precisa. E ele é dos burguês que aterraram as mansão.[..]Vamo falá com o povo hoje no Sopão, passamos três dia chamando a comunidade e na segunda bem cedinho trancamo a faixa. Tem essa baita faixa aqui na frente, que é entrada pra cidade. Fechamo tudo e quero vê se não vão nos ouvir” (Joana)

A partir deste momento, uma dada situação *objetiva* e diferentes percepções *subjetivas* passaram a interagir entre si, produzindo reflexões sobre se tal ação coletiva merecia ser construída ou não.

Naquela situação, todos os elementos envolvidos na produção do *capital social* do grupo, bem como os limites e oportunidades, *objetivos* e *subjetivos*, para a construção de uma ação coletiva, se colocaram em relação.

Após muitos minutos de debate, dentro do complexo *campo de possibilidades* posto para o grupo, seus membros decidiram pela realização da ação coletiva de protesto. Definiram alguns detalhes, escreveram pequenos bilhetes para serem entregues aos vizinhos durante o Sopão do fim da tarde, e passaram a convocar e organizar o que lhes

parecia necessário para a manifestação. No domingo, véspera da ação, alguns membros se encontraram na casa de Dona Mara, pintaram faixas e dividiram tarefas pro dia da ação (alguém ligaria para a imprensa, outros carregariam cadeiras e toras de madeira para a estrada, outros negociariam com a polícia e com o representante do poder público quando este chegasse, etc).

No dia marcado, não muitas pessoas apareceram, mas os membros do grupo que se reuniram naquela manhã na casa de Dona Mara saíram, com alguns minutos de atraso, carregando silenciosamente as faixas e cadeiras combinadas. Optaram por sair em silêncio, pois “*nem todos os vizinhos são confiáveis*” (segundo Dona Ermínia, evangélica, 53 anos). A imprensa já estava avisada, através de um release eletrônico enviado que avisava: “os moradores do ‘Jardim Vitória’ vão fechar a entrada de Porto Alegre”.

Iniciada a manifestação com uma hora e meia de atraso e apenas 27 pessoas, meia pista da referida faixa fora trancada, o suficiente para a chegada rápida da polícia militar e rodoviária federal, além de alguns jornalistas que já estavam no local. Com o engarrafamento e a divulgação nas rádios, em especial, em alguns minutos o representante local da prefeitura, Matias Cordeiro, estava no local da manifestação.

Dois eventos ocorridos ali marcariam a construção daquele grupo pelos próximos tempos: o senhor Matias, que não havia se pronunciado ainda sobre a cheia e qualquer ajuda às famílias, admitiu perante os manifestantes e a imprensa que, “naquele mesmo dia”, estariam chegando vinte e cinco toneladas de doações aos moradores do ‘Jardim Vitória’ e convidou três representantes do grupo para irem observar as doações. Segundo relatos, quando as três moradoras chegaram na casa de Matias, seus galpões já estariam repletos de doações, as quais após este dia, entretanto, nunca mais teriam sido vistas pela comunidade (este fato, contado pelas próprias senhoras, teve um efeito devastador dentro da comunidade, contribuindo, mais a frente, para um novo protesto local e a destituição de Matias do cargo que ocupava na prefeitura). De toda forma, a leitura comum ao grupo era de que Matias, o representante da prefeitura e “da burguesia” local só havia anunciado a existência daquelas doações devido ao protesto na faixa. “Os pequenos unidos haviam mostrado sua força aos gigantes” (resumiu Dona Mara).

Junto a isso, ocorreu de, em meio a manifestação, um jornal de grande circulação estadual ter fotografado Dona Ermínia em uma fervorosa discussão com Matias, tendo

sido divulgado, no dia seguinte, sua foto com o dedo em riste “na cara” do representante da prefeitura. Aquela imagem, reproduzida e distribuída posteriormente pelo grupo, teve um efeito poderoso entre os participantes, fortalecendo a *auto-confiança* do grupo e um sentido de *identidade* tal que, embora o protesto não tenha resultado em ganho material direto para as pessoas, contribuiu decisivamente na ampliação e fortalecimento do *capital social* existente entre o grupo e no interior da própria comunidade. Após este evento, não apenas se fortaleceram os *laços* entre os membros, mas novas pessoas decidiram se agregar, e o grupo decidiu participar de inúmeras outras manifestações, com diversos outros coletivos, ao longo dos meses que estariam por vir.

Neste sentido, destacam-se outras duas manifestações realizadas pelo grupo nos meses seguintes. Em uma delas, já no fim do mês de outubro de 2007, o grupo uniu-se a outros agrupamentos coletivos de sua região, bem como a militantes do chamado “Movimento dos Catadores” e juntos realizaram uma marcha de mais de 15 quilômetros até a prefeitura de Porto Alegre, passando por dentro de seu bairro. Mais uma vez, embora sem resultados materiais, o grupo avaliou como verdadeiras conquistas o *exercício da auto-superação* física e a *unidade* com outros coletivos de trabalhadores da região. Além, é claro, de nova repercussão na imprensa local.

Finalmente, já no mês de abril de 2008 o grupo decidiu mais uma vez organizar um protesto trancando a citada faixa que cruza o interior do bairro. Organizada de forma semelhante à primeira, contando também com a presença de pouco mais de 30 pessoas, desta vez, logo no início da manifestação a polícia rodoviária chegara, antes dos jornais ou de negociadores da prefeitura e, apontando armas de groço calibre para os manifestantes, exigira que a manifestação se dispersasse imediatamente. Enquanto um dos jovens componentes do grupo, participando naquele dia da equipe de negociação dos moradores, conversava com os policiais, estes subitamente torceram seus braços e o algemaram, carregando-o a força para dentro de um camburão.

Os policiais do lado de fora continuavam exigindo que a manifestação se dispersasse, quando então desabou uma chuva torrencial, encharcando a todos imediatamente. Entretanto, com um de seus membros preso no camburão, e sob ameaça de que o veículo deixasse o local para conduzi-lo à delegacia, mesmo sob as ameaças dos policiais e a forte chuva que teimava em cair, os manifestantes decidiram não deixar o

local. Ao contrário, com a prisão, pareceu se acirrar ainda mais seu ânimo de luta, e estes cercaram o camburão por todos os lados, impedindo que ele se movesse, batendo em sua lataria, exigindo que liberassem o jovem preso. Após muitos minutos de tumulto, agressões da polícia contra pessoas que ainda estavam na estrada e muita chuva desabando, os policiais decidiram liberar o jovem detido.

Com a libertação do jovem, a manifestação se desfez antes que a chuva parasse e que jornais ou negociadores do governo pudessem chegar ao local. Ainda assim, mais uma vez, segundo falas dos participantes, reforçou-se o “sentimento de indignação do grupo” e um “sentido de companheirismo” entre eles, consolidando um tanto mais o *capital social* existente entre o grupo.

Tais exemplos nos reforçam o entendimento de que experiências de mobilização e atuação coletivas tendem a acumular um *capital social* derivado dos laços de confiança mútua ali exercidos, em um processo no qual, aquilo que, em geral, tomamos como variável dependente do *capital social* (as ações coletivas) atuam como sua variável propulsora, demonstrando a natureza relacional dos processos de construção das ações coletivas.

Destaca-se também, no caso investigado, a relação que o grupo pesquisado tem desenvolvido com partidos políticos de atuação local. Devido, provavelmente, ao destaque de suas ações coletivas e sua participação insistente (embora sem muito “peso”) em instâncias como fóruns do Orçamento Participativo e debates sobre o Plano Diretor da cidade, seguidos *mediadores* partidários têm se aproximado do grupo. Segundo nos relatam membros antigos do grupo, em anos passados a maior parte deles fazia campanha, em períodos eleitorais, para o Partido dos Trabalhadores sem que, contudo, fossem filiados ou militantes no cotidiano.

Entretanto, é curioso o fato observado durante a pesquisa, no ano de 2008, quando, ainda nas primeiras semanas do período eleitoral, Dona Mara colara nas janelas do galpazinho em sua casa onde o grupo costuma reunir-se semanalmente, adesivos de um candidato a vereador e da candidata a prefeita pelo Partido dos Trabalhadores, em Porto Alegre. Semanas depois, em uma nova visita, observamos que os adesivos haviam sido retirados e, perguntando sobre o fato, recebemos a seguinte resposta:

“Olha meu filho, quer saber, eu me dei conta que só quem tava ganhando com aquilo era os político, não a comunidade. A gente se expõe, parece que tá dando carta branca pros cara, e depois quase nada muda pro povo.[..] Eu até acho que eles ainda são menos pior que os outros, mas não vou mais queimar a cara do grupo, né? Vou votar, até vou sugerir pros conhecido, mas não vou defender aos sete vento uma coisa que eu sei que não vai mudar muito pro povo. O que muda é a luta, essa sim eu vou fazer propaganda” (Dona Mara)

Por fim, devemos ainda destacar a constatação do quão imprescindível é a presença de uma ou mais pessoas no interior do grupo que assumam para si a tarefa de mobilizar as demais componentes, de chamá-las ao encontro, de auxiliar sua interação e de estimulá-las a ir além do que já fazem. Quando falta a atuação destes sujeitos, o grupo demonstra maior dificuldade em agir coletivamente, até que alguém assuma novamente a tarefa da provocação dos demais.

Ao mesmo tempo, observando o exemplo de Dona Mara e dos outros oito membros que mais constantemente colaboravam para puxar os demais e coordenar as ações coletivas, pareceu-nos que tendem a ser estes mesmos atores, quando mantêm esta postura ativa durante algum tempo, aqueles que mais facilmente realizam também a *mediação externa* do grupo. Salientamos esta idéia de *mediação externa* porque ficou demonstrado que estes atores acabam cumprindo uma função de *mediação* não apenas externa, mas também *interna* ao grupo, fortalecendo aqueles laços que apreendemos como laços fortes e costurando os laços fracos daquele agrupamento.

Em outras palavras, tais atores exercem uma função de *mediação* (que para Tarrow *et al* é sempre entre atores distantes), aproximando não apenas atores previamente distantes ao grupo, mas encurtando as distâncias que tendem a se produzir no interior próprio do grupo no qual esperamos encontrar *laços fortes*. Esta concepção é importante, pois, desde uma *perspectiva processual e relacional*, percebemos que nenhum laço é eternamente forte. Assim, diríamos que o *mediador* tem o papel permanente de tornar *forte* aqueles *laços* que tendem a se *enfraquecer*, mesmo no interior das próprias redes que, quando fazemos um recorte analítico no tempo, definimos como compostas por *laços fortes*.

Após o término de nosso trabalho de campo, tivemos notícias de que o grupo, mudando sua orientação anterior sobre o tema, estaria debatendo a necessidade de lançar uma chapa para a Associação de Moradores Local.

5.2 ‘MORRO ALTO’

O ‘Morro Alto’ é um bairro popular de histórica organização comunitária. Em seu interior, existem diversas e antigas associações, sociedades e espaços de convívio comunitário. Relatos de antigos moradores dão conta de que a organização comunitária tem um histórico não apenas de atuação, mas também de conquistas para o bairro. Graças a isso, encontramos na região mais espaços de convívio comunitário do que pudemos constatar nos outros bairros pesquisados.

Assim, os membros mais ativos do grupo pesquisado têm também um histórico pessoal de participação em muitos destes coletivos enraizados na comunidade. Dona Titi, 62 anos, mãe de santo, principal *articuladora* e *mediadora* do grupo estudado, é também filiada ao Partido dos Trabalhadores (embora afirme não ter uma participação orgânica) e afirma não ter mais data de quantas décadas faz que atua na organização comunitária. Segundo ela, nos últimos vinte anos, em especial, teria tentado levar a comunidade a participar de “*todas as oportunidades que apareceram*”, como diversas instâncias do Orçamento Participativo, Conselhos comunitários e municipais, comitês e núcleos do Fome Zero, diálogos com a chamada Governança Solidária (secretaria da atual gestão municipal), etc. Entretanto, por sua prática, Dona Titi demonstra apostar muito mais na “organização da própria comunidade” do que na atuação partidária ou no contato com agentes ligados ao Estado.

Dona Maria, 43 anos, é a “braço direito” de Dona Titi. Além de ser a segunda principal articuladora do grupo, é ela quem mobiliza mais intensamente dois subgrupos do coletivo analisado, que moram próximos à sua casa, mas relativamente afastados de Dona Titi. Dona Maria também se auto-identifica como “de religião” e, embora não seja filiada a partidos, demonstra ter mais confiança do que Dona Titi em agentes partidários,

em especial ligados ao Parlamento municipal e estadual. Ainda assim, relata já ter participado de pelo menos duas experiências de ocupação de terra, além de diversos protestos nos últimos dois anos, o que pode nos auxiliar a compreender seu costume de insistir com os demais membros do grupo que apenas “*as lutas, caminhadas e manifestações vão nos ajudar*”.

Finalmente, Dona Dara e seu marido, Seu Luís, também destacam-se na mobilização do grupo e, segundo podemos perceber, construíram também sua personalidade ao longo dos processos de organização coletiva dos quais participaram. Seu Luís, 61 anos, é presidente da Associação de Moradores da sua vila (vizinha ao ‘Morro Alto’) e costuma, semanalmente, recolher alimentos na CEASA para doar à sua comunidade. Dona Dara, 57 anos, irmã de Dona Titi, colabora semanalmente com seu marido, mas demonstra ser marcada, principalmente, pelas experiências vividas no “terreiro de religião” de que participa. Através dele, Dona Dara desenvolveu uma compreensão particular sobre a organização coletiva e a atuação comunitária. Os demais membros do grupo, ao que apreendemos através de um questionário comum respondido por todos os 39 membros, indicaram que não tinham experiências prévias de organização coletiva.

Neste sentido, porém, é importante iniciarmos também este capítulo pela descrição dos elementos *objetivos* percebidos como *obstáculos* (assim também como *oportunidades*) à organização e ação coletiva no bairro ‘Morro Alto’.

Embora tenhamos constatado neste bairro mais espaços de convívio comunitário do que em qualquer outro bairro investigado, certamente estes permaneciam sendo drasticamente insuficientes. No interior da comunidade não encontramos nenhuma praça, apenas um campo de futebol, e a única escola de samba próxima fica em outra vila, no morro vizinho a este. Ainda assim, a existência de dois postos de saúde no interior da comunidade, duas escolas públicas e uma privada, além de creches, pequenas igrejas (evangélicas e católicas), bares e incontáveis terreiros de religião africana propiciam espaços e relações que são *apropriados* pelos moradores, permitindo encontros eventuais entre vizinhos e a produção de *referenciais simbólicos* em comum, o que contribui para desenvolver um significativo senso de *identidade* e tende a ampliar a *confiança* mútua entre os vizinhos.

Todavia, há que se ressaltar que a intensa presença de tráfico de drogas tem dificultado crescentemente, de diversas formas, a ação coletiva na comunidade. Segundo relatos de antigos moradores, existem “bocas de tráfico” há mais de quatro décadas na comunidade. Entretanto, o perfil dos “chefes das bocas” e seus “funcionários” teria mudado muito nos últimos anos. Como sintetiza Dona Marisa, 59 anos, umbandista, moradora desde o nascimento no ‘Morro Alto’:

“Há anos atrás os chefe das boca aqui no Morro eram o Baixinho e o Malaquias. Esses sim eram bom. Eles protegiam a comunidade.[..]Eles roubavam caminhões de comida lá em baixo e distribuía pra comunidade, e ninguém deixava a polícia subir. Um dia, a polícia subiu pra prender o Malaquias e a comunidade virou o carro e tocou fogo. [..] Tinha um espírito de comunidade. Agora não, os guri só querem fazer dinheiro e pegar as menina. Quem vacilar, já era”.

Neste sentido, Dona Maria conta que, certa vez, os rapazes que fazem a “segurança da boca” próxima de sua casa estavam andando armados em frente a sua residência, em plena luz do dia, na frente de suas crianças. Como não se sentia tranqüila em conversar diretamente com os rapazes, pediu que a polícia passasse por ali para que, pelo menos com sua presença, os rapazes armados deixassem o local. Entretanto, segundo ela conta, no dia seguinte um dos rapazes do tráfico veio até seu portão e lhe disse que a polícia tinha ido ali e avisado que ela estaria “caguetando”. Teria afirmado ele que, se isso se repetisse, ela “nunca mais iria dizer água”. Assim também, ocorrendo seguidamente tiroteios durante a noite e, eventualmente, à própria luz do dia, muitos moradores afirmam ter medo de circular nas ruas do Morro, mesmo antes do cair da noite. “Quanto mais dentro de casa eu puder ficar, mais seguro”, afirmava Dona Augusta, 42 anos, antiga líder comunitária do ‘Morro Alto’. Tudo isso, indubitavelmente, dificulta a convivência entre os moradores.

Além disso, alguns tipos específicos de ação coletiva também são desestimuladas no interior do Morro, devido a forte presença do tráfico. Em especial, todas aquelas que possam chamar a presença da polícia, ou seja, tanto aquelas que eventualmente precisem de algum tipo de segurança quanto protestos (para os quais a polícia gaucha tem sido muito rápida em se mobilizar). Assim, diversos tipos de ação coletiva são desestimulados por este sentimento sintetizado por Dona Maria: “Deus nos livre chamar a polícia de novo aqui dentro, mesmo sem querer. Se eles vierem por nossa causa, estamos fritos”.

Todavia, mesmo com isso, o tema da violência já foi também motivo para o fortalecimento do *capital social* entre moradores do Morro, para além da auto-defesa histórica contra a violência policial, como citado anteriormente. No último ano, o grupo pesquisado organizou dois tipos de ações coletivas que tinham o tema da violência como motivação. O primeiro dizia respeito a um abaixo-assinado realizado, com certa discricção, solicitando a recolocação de um posto de Polícia no alto do Morro, retirado no ano de 2007. O segundo foi o início de um trabalho, ainda hoje em andamento, em parceria com um dos Postos de Saúde local, junto a mulheres que sofrem violência doméstica (física, moral ou psicológica). Este foi um dos processos que, segundo constatamos, mais desenvolveu o *capital social* entre as mulheres membros do grupo pesquisado.

Além disso, a própria disposição física do território, ao mesmo tempo em que cria obstáculos à ação coletiva, *oportuniza* processos que, quando bem aproveitados, demonstraram colaborar para o desenvolvimento de *capital social* dentro da comunidade. Nesse sentido, vale ressaltar que, pela disposição íngreme e acidentada do terreno, ao mesmo tempo em que pequenos conjuntos de casas tendem a ser muito próximas entre si, aproveitando as possibilidades do terreno, a distância entre um “conjunto” de casas e outro também se amplia, dificultando o acesso de um ponto a outro (especialmente pelo esforço físico necessário para ir de um local a outro, maior do que em um terreno plano). Por outro lado, o fato de casas serem quase “amontoadas” umas nas outras obriga os moradores a conviver e partilhar entre si muito mais de suas vidas do que em outros territórios. Assim, quando não se consolidam processos de *atribuição* de características negativa entre um morador e outro, a tendência é que se desenvolva um processo muito mais constante de *ajuda mútua*, *reciprocidade* e *confiança* entre vizinhos tão próximos e que partilham condições tão comuns e difíceis de vida. Pelo convívio “forçado”, também a *circulação de informações* é muito mais constante entre estes vizinhos.

A falta de espaços comuns adequados para o cuidado das crianças ou para o trabalho remunerado entre os adultos, faz porém, com que o tempo de convívio também se torne mais escasso. A maior parte dos moradores entrevistados relata ter de sair do Morro por mais de 10 horas diárias para buscar renda e, quem fica em casa (em geral,

mulheres), afirma trabalhar mais de 16 horas por dia, na média, com tarefas domésticas (especialmente no que toca ao cuidado da família e da casa).

Outro *obstáculo* à ação coletiva a ser destacado, observado no ‘Morro Alto’, é a atuação *intencional* de amigos e familiares dos participantes do grupo com o objetivo de afastar tais pessoas dos coletivos organizados.

Ali, um exemplo bastante comum tornou-se tema de debate coletivo e, por isso, vale a pena ser ressaltado, como caso típico. Dona Débora, 43 anos, evangélica, foi membro do grupo pesquisado, desde 2007. Seu marido, Augusto, 47 anos, havia participado de alguns encontros (quinzenais), sem que sua presença tivesse chamado muito a atenção do pesquisador. Publicamente, tudo parecia correr sem sobressaltos. Entretanto, segundo relatos, Seu Augusto começou a pressionar Dona Débora para que ela não mais participasse dos encontros do grupo, ameaçando-a inclusive fisicamente. Os demais membros do grupo discutiram sua situação, mas concluíram que não teriam muito a fazer, pois ela também não “*tinha outras opções além de viver com ele*” (nas palavras de *Dona Dara*). Assim, embora Dona Débora ainda conviva eventualmente com seus vizinhos, membros do grupo pesquisado, ela deixou de participar de seus encontros e, principalmente, de suas ações coletivas.

Entretanto, embora a dominação masculina doméstica tenha prevalecido no caso específico de Dona Débora, a partir dele podemos observar outra característica marcante do grupo do Morro Alto, que merece ser destacada.

Foi especialmente a partir do caso de Dona Débora que o referido trabalho com mulheres que sofrem diferentes tipos de violência doméstica foi desenvolvido pelo grupo. Idéia fruto do debate político coletivo sobre aquela situação (aparentemente) particular, trouxe repercussão para a vida de muitas outras moradoras do bairro e, especialmente para o próprio grupo pesquisado. Este processo não apenas tocou em um aspecto importantíssimo na vida das mulheres brasileiras (e que muitas vezes impede, de fato, sua ação coletiva), mas desenvolveu no grupo específico uma característica interessante, que teve repercussões em outros processos subseqüentes: a capacidade e prática *intencional* de buscar desvendar os problemas principais que as pessoas percebem como dominantes

em suas vidas, reuní-las para debatê-los e definir soluções que possam envolver o coletivo. Tal processo não apenas enraíza os debates e as ações coletivas no grupo, mas *legitima* aquele coletivo como espaço onde as pessoas se sintam motivadas ao *partilhamento de problemas* e no qual acreditem poder encontrar *sentimento de companheirismo, suporte emocional* e, articuladas, produzir soluções conjuntamente.

Assim, um outro exemplo de ação coletiva nascida deste processo surgiu a partir da discussão sobre o fechamento de um dos postos de saúde da comunidade. Ficando bastante distante um posto do outro, a *notícia* do fechamento de um dos postos se tornou um problema *real* para alguns dos membros do grupo pesquisado. Convocando uma reunião extraordinária do grupo, Dona Maria expôs as informações que tinha e sugeriu que representantes do grupo fossem conversar com a chefe do posto. Confirmada a informação de que o posto seria fechado, o grupo passou a procurar vereadores da cidade para tratar do assunto e a convocar outros vizinhos para realizarem uma manifestação, no “pé” do Morro, em uma avenida bastante movimentada próxima dali, alguns dias depois. Os próprios membros do grupo passaram a convidar, no boca a boca, outros vizinhos para a manifestação.

Com a repercussão que esta manifestação trouxe na imprensa, a Câmara de Vereadores convocou uma audiência pública sobre o tema e, após várias outras reuniões com a prefeitura, vereadores e ainda outra manifestação pública da comunidade, o posto foi reaberto. Tal processo não apenas ampliou o *capital social* no interior do grupo, mas marcou o conjunto da comunidade que passou a ter maior “*referência* no grupo” e “*confiar* mais no poder de sua união e mobilização”, segundo relatos.

Com estes exemplos, vimos ser reafirmada a idéia de que pessoas tendem a se mobilizar, inicialmente, mais por *interesses pessoais*, diretos, do que por ideais abstratos, distantes de sua vida, assim como contribuem na construção de ações coletivas tanto mais quanto sintam que estas dialogam com suas *necessidades e orientações particulares*. Nem todos estes “interesses pessoais e diretos” significam exclusivamente “carências materiais”, e são justamente alguns destes diversos outros elementos menos conhecidos de nós, o que buscaremos seguir destacando ao longo do presente estudo.

Nesse sentido, o caso do posto de saúde também nos chamou a atenção para o fenômeno ligado à articulação da percepção dos indivíduos sobre a existência de um direito seu sendo desrespeitado (ampliada quando se sente a perda ou possibilidade de perda súbita de algo que já se tinha) com a idéia de que existem canais e formas de se buscar a efetivação destes direitos, seja através de caminhos institucionais ou ações coletivas de tipo contestatório. Esta articulação, embora contribua para produzir um resultado bastante efetivo no que toca a motivar os indivíduos a ação, para se transformar em ação coletiva depende, em boa medida, também da atuação direta de *mediadores* que auxiliem outras pessoas a desenvolver também esta mesma percepção sobre terem seus direitos desrespeitados e acreditarem nesta ou naquela via comum como meios para garanti-los.

Outro processo interessante que se destacou nas investigações foi o fato de que a maior parte dos membros do grupo participava conjuntamente de eventos religiosos de matriz africana. Este não era um processo muito comentado em público, e demorou bastante tempo para que eles se abrissem com o pesquisador a esse respeito. Talvez a histórica criminalização destas práticas e os *estigmas* imputados a seus praticantes tenham contribuído para tal *invisibilização*. Fato é que, boa parte do convívio estabelecido entre os membros do grupo se dava nestes eventos religiosos de matriz africana, quando também eram partilhadas orações e, principalmente, alimentos entre si. Quando foram estabelecidas, finalmente, relações de confiança entre alguns dos membros do grupo e o pesquisador, só então, este foi convidado a participar de um de seus eventos religiosos, sem que este tenha conseguido, porém, participar de nenhum deles até o término do trabalho de campo.

O elemento da *confiança*, entretanto, não se desenvolve apenas por *identificações* abstratas entre as pessoas. O que a experiência junto ao grupo do ‘Morro Alto’ demonstrou foi que a *confiança* entre os indivíduos se consolida, principalmente, a partir da convivência concreta e prolongada entre as pessoas e também a partir da regularidade de suas práticas. *Identificações simbólicas* demonstraram-se essenciais para produzir uma *abertura subjetiva* inicial à aproximação entre os sujeitos, mas a *confiança* mostrou efetivamente consolidar-se quando a *prática* dos sujeitos demonstrava-se correspondente

às expectativas dos demais. Quanto maior e mais persistente for esta correspondência, mais tende a aumentar a *confiança* interpessoal entre os atores envolvidos.

Estas práticas, muitas vezes, ganham um caráter tipicamente *ritual*, constituindo-se em processos realizados de forma repetida e *performática*, pois os indivíduos também percebem a importância da regularidade de suas práticas para conquistar a *confiança* dos demais. Através delas, os atores tendem a *indexar valores* às suas relações.

Nesse sentido, por exemplo, vale destacar o processo de tipo *ritual* preservado pelo grupo no qual, ao final de seus encontros regulares quinzenais, sempre realizam uma partilha *ritual* de alimentos, *produzindo* momentos de integração e *difundindo* sentimentos e informações que reforçam o *capital social* entre o grupo.

Assim, a articulação do conjunto destes *processos* e seus *mecanismos* citados fortaleceram o *capital social* entre o grupo, facilitando a realização de ações coletivas as quais, por sua vez, realimentavam, elas mesmas, tal *capital social* do grupo. Vejamos mais alguns exemplos.

No caso do ‘Morro Alto’, como comentado, muitos membros do grupo pesquisado (ou seus subgrupos) moram bastante próximos entre si. Isso faz com que vários deles se encontrem quase diariamente, mesmo com o pouco tempo livre que lhes resta. Assim, *cotidianamente* eles podem contar com membros do grupo para trocar idéias, informações e “aliviar a cabeça” de problemas pessoais. Este contato *cotidiano* tende a produzir nas pessoas uma *prática de ajuda mútua*, um “*senso de comunidade*”, uma sensação de que não se estará nunca completamente sozinho e sempre se poderá contar com algum “companheiro” para dividir alguma alegria ou preocupação.

Assim, como dito, tal contato constante tende a fazer dos vizinhos, e em especial dos membros do coletivo estudado, partes da chamada *rede cotidiana de solução de problemas* uns dos outros, através da qual os atores trocam informações úteis (como oportunidades de trabalho ou doações) e muitas vezes bens e serviços entre si. Assim foi que, durante os dias da pesquisa, observei mais de uma vez alguma senhora cuidar durante o dia dos filhos de outra família, assim como trocarem entre si alimentos, inclusive já preparados.

Entretanto, no que toca aos filhos, em especial, parece haver aí um ponto muito delicado na vida das classes populares e que merece ser destacado. Por um lado, a maior parte do tempo das mulheres, visivelmente, é dedicado aos filhos. Embora este seja um envolvimento de natureza subjetiva (pois não existe nenhuma determinação natural de que os filhos sejam “assunto de mulher”), tal fato impede *objetivamente* a elas de ter mais tempo para si e para ações coletivas. Entretanto, o tema “filhos” demonstrou também se prestar a outros processos. Neste sentido, destacamos duas situações:

Na primeira, Rosângela, 42 anos, conversava com Dona Titi sobre seu filho mais velho, Pedro. Segundo Rosângela o jovem de 13 anos estava desaparecido havia mais de uma semana, e ninguém tinha notícias dele. Pelo que pudemos compreender a preocupação só não era maior porque ele já havia fugido de casa outras duas vezes. O jovem estava viciado em *crack* e, como era cobrado pela mãe, optara por fugir de casa. Nas outras duas oportunidades, Dona Titi e outros vizinhos foram atrás do garoto, buscando conhecidos e pistas que pudessem indicar onde ele se encontrava, tendo sempre resultado em achá-lo. Dessa vez, porém, Rosângela tinha evitado falar “*para não incomodar*”, mas já não conseguia encontrar, sozinha, pistas do paradeiro de seu filho. Dona Titi, então, lhe disse que iria fazer um “trabalhinho” e umas orações para encontrá-lo e, no dia seguinte, iria “juntar companheiros” para ir atrás do jovem. Caso o encontrasse, ela mesma faria questão de ficar com ele algumas semanas para “*dar um jeito naquele vício*”. Na mesma noite, Rosângela apareceu chorando no portão de Dona Titi, afirmando que um conhecido havia ligado para ela há pouco contando ter visto seu filho com outros rapazes próximo à rodoviária de Porto Alegre. Dona Titi, afirmando tal encontro como resultado de suas orações e “trabalho” religioso, chamou um outro vizinho que tinha um carro e fomos nós quatro atrás do jovem.

O jovem parecia um tanto desnordeado quando o encontramos, mas Dona Titi pediu que deixássemos que ela falasse com ele. Ela desceu do carro, foi a seu encontro, conversou alguns poucos minutos e o convenceu a vir com ela até o veículo. No carro, conversava com o jovem sobre a fome que ele relatava estar sentindo e que teria preparado uma “comidinha especial” para ele. Chegando no Morro, levou-o para casa e, durante algumas semanas, manteve o jovem ali, como seu hóspede. Ela mesma dava orientações à mãe, Rosângela, sobre como falar com seu filho: “*sempre em um tom*

conciliador”. Segundo seus relatos posteriores, o jovem teria decidido iniciar um tratamento contra o vício. E Rosângela, por sua vez, afirmava sentir cada vez mais forte seu *vínculo* com Dona Titi e, por isso, o dever de “*seguir tudo que ela diga*”.

Ainda no que toca ao tema dos filhos, o relato de Dona Maria, principal mobilizadora do grupo e da comunidade para ações coletivas de tipo contestatório, parece muito significativo. Segundo ela:

“Os filhos são a coisa mais importante da vida do povo. É tudo que nós temo. Olha bem, nós não temos emprego, não temos terra, não temos bens, não temos nada. Tudo o que nós temos são nossos filho. Nós vivemo pros nossos filhos. Por isso, nós morremos pelos nossos filhos também.[..] Todas as lutas que a gente faz, desde a luta pessoal de levantar todo dia de manhã pra correr atrás dum troco, pra cuidar da casa, até as lutas na rua, nas manifestação, caminhada, tudo é pelo nossos filho. Até as ocupação é pelos nossos filho. Porque prum adulto, a gente para em qualquer lugar, véve onde dá. Quando a gente ocupa uma terra é porque quer deixar alguma coisa segura pros nossos filho.[..] Nós não somos nada. Eles são tudo.”

Esta é uma motivação permanente que percebemos em muitos dos participantes das ações coletivas contestatórias organizadas pelos grupos pesquisados ou motivação pela qual eles participavam de outras ações, como as que serão descritas logo mais.

Antes, porém, vale a pena ainda descrever outros fatores que também percebemos como importantes motivadores para sua participação em ações coletivas contestatória.

Dentre estes, destacamos o fato de que o grupo pesquisado no ‘Morro Alto’ afirmava ter como uma de suas metas “fazer renda através do trabalho coletivo”. Para tanto, procuravam sempre que possível “participar de feiras de economia solidária”, onde poderiam expor legalmente seus produtos (artesanatos, pães, biscoitos, etc). Entretanto, segundo relatos, não obstante toda a dificuldade de produzir sem “capital de giro”, matérias-primas, maquinários e espaços propícios para a produção, a venda nas referidas feiras também tem sido historicamente baixa, raramente cobrindo os custos da produção.

Assim, tal processo, ao invés de motivá-los ao trabalho coletivo, produziria dois diferentes sentimentos nos participantes. Alguns, segundo relato de uma ex-integrante, Dona Ângela “*desistem, porque percebem que esse negócio de economia solidária é furada*”. Outros sentem-se indignados “*com tamanha dificuldade para o povo poder*

viver do seu próprio trabalho” (fala de *Dona Maria*) e decidem participar de manifestações “*em defesa do direito de trabalhar*” (como será descrito logo mais).

Assim, a falta de espaço físico, somada às dificuldades para serem recebidos oficialmente em órgãos públicos teriam sido as principais motivações que levaram o grupo pesquisado a, no ano de 2008, concorrer a eleição da Associação de Moradores. Dona Titi concorreu a presidente, tendo como sua principal “cabo eleitoral” Dona Maria. Alguns relatos afirmam que Dona Maria se empenhara nesta missão até mais do que Dona Titi, mesmo sem fazer parte da lista oficial da diretoria. Vencida a eleição, elas passaram a dedicar a maior parte de seu tempo e o *capital social* acumulado pelo grupo para a Associação de Moradores a qual, segundo Dona Maria, serviria de “*motivação emocional e também espaço físico para aumentar ainda mais a união da comunidade*”.

Neste sentido, a primeira ação coletiva foi a organização de um mutirão para limpar, organizar e reerguer partes da Associação que estaria abandonada há anos. O segundo foi a realização de uma festa de Natal para as crianças do bairro. As festas para as crianças, entretanto, já seriam uma tradição histórica do grupo, tendo o pesquisador presenciado duas festas de Natal, em 2007 e 2008, sem contar inúmeras “festinhas” de aniversário. Estas ações coletivas, embora tenham se apoiado, certamente, no *capital social* que o grupo pesquisado já havia acumulado no período anterior, contribuíram *relacionalmente* para ampliação deste mesmo “estoque” de *capital social*, entre o grupo e também junto à comunidade.

Neste processo, em que o *capital social* acumulado é convertido em ações coletivas com saldo (material ou simbólico) positivo, reforçando este mesmo *capital social*, é importante destacar a participação do coletivo pesquisado em diversas manifestações públicas, junto de outros grupos, durante os anos de 2007 e 2008.

Em agosto de 2007 o grupo do ‘Morro Alto’ participou de uma caminhada no centro de Porto Alegre, junto a sindicatos de funcionários públicos estaduais, reivindicando negociações ligadas ao “direito ao trabalho”. Em outubro, paradas que estavam tais negociações, o grupo participou, junto com outros grupos da região metropolitana, de uma ocupação no prédio da Fundação Gaúcha do Trabalho e

Assistência Social. A partir daí, embora não tivessem conseguido avançar nas negociações com o governo estadual, algumas famílias passaram a receber uma cesta-básica mensal do governo federal, pelos seis meses seguintes o que, segundo relatos, teria sido decisivo para manter a participação regular das famílias nas atividades comunitárias.

Finalmente, no mês de novembro de 2007, as famílias do grupo do ‘Morro Alto’ decidiram participar (junto a centenas de outras pessoas provindas de diversas cidades do estado) de uma manifestação que se repetiria por três dias consecutivos na cidade de Porto Alegre. A primeira “cena” da manifestação se iniciaria às 9h da manhã, quando as 700 famílias articuladas se encontrariam no interior de uma fábrica de leite, abandonada havia mais de três anos, quando o governo estadual prometeu que ela seria transformada em espaço para geração coletiva de renda. Com a repercussão da ação, as famílias esperavam que o governo do estado se “sensibilizasse” e marcasse uma reunião de negociação sobre suas pautas. Seu plano era o de deixar o espaço da fábrica tão logo tal reunião estivesse marcada.

Entretanto, enquanto avançavam as negociações com a Casa Civil do governo do estado para marcação da reunião, imediatamente após a ocupação, a Polícia Militar já cercava com mais de cem homens o prédio ocupado, fechando as ruas em torno com camburões e cavalos, além de um helicóptero que circulava sobre as famílias. Em seguida, a equipe de negociação dos manifestantes (composta pelas principais referências do grupo) foi algemada em meio à negociação com o comando da Polícia Militar e levada de camburão à delegacia mais próxima. Os demais manifestantes tiveram de passar todos por um “corredor polonês da Polícia”, e foram separados entre “mulheres com crianças” e os demais. As mães foram conduzidas de camburão para a “Delegacia da Criança e do Adolescente” mais próxima, onde deveriam ser incriminadas, segundo o comando da Brigada, “por levarem seus filhos a uma manifestação”. Os demais foram todos conduzidos a pé, sob sol forte, seguidos por um cordão de policiais fortemente armados, por mais de dez quadras, até a delegacia do bairro mais próximo, para serem todos identificados.

Relatar tudo isso é importante porque, em tese, se esperaria que este tenso processo fragilizasse a coesão do grupo, por todo o medo e criminalização impostos aos

participantes. Entretanto, o que pudemos observar, após este evento, foi um fortalecimento da *solidariedade* interna, de um certo sentimento de *companheirismo* e uma manifesta *vontade coletiva de voltar a agir* entre a maior parte dos membros do grupo do ‘Morro Alto’. O sentimento mais comum relatado pelos entrevistados era o de “*indignação com tamanha injustiça e desrespeito*” (nas palavras de Tia Antônia, 63 anos). O grupo demonstrava um significativo *senso partilhado da justiça de sua causa e convicção* sobre seus *métodos*, o que parece ter consolidado ainda mais seu entendimento de que tal forma de ação coletiva era necessária. Talvez “*apenas com maior organização e planejamento*”, como concluiu Dona Maria.

Depois disso, o grupo seguiu acampado por duas noites no centro de Porto Alegre, tendo realizado marchas e manifestações por mais dois dias inteiros, junto com os demais grupos de diversas regiões do estado. Após estas ações, ainda participaram de manifestações com outros grupos no mês de dezembro de 2007 (quando estiveram em uma audiência na Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores), bem como em janeiro de 2008 e, no mesmo ano, estiveram em manifestações seguidas nos meses de março, abril, maio, junho e outubro (quando encerramos a coleta de dados, para a escrita da dissertação, junto a este coletivo).

Tal processo nos demonstrou que *experiências* de mobilização e atuação coletiva como estas acumulam um novo *capital social* derivado dos laços de *confiança* mútua ali gerados, assim como aprofundam sentimentos de *companheirismo*, *suporte emocional* e senso de *pertencimento*, ampliando seus *vínculos* e sentimento de *articulação* entre demandas e desejos dos indivíduos. A partir da recorrência destas observações, podemos afirmar que a *participação* em tais ações coletivas e a *interpretação* positiva dos sujeitos sobre elas, provavelmente, foram elementos decisivos para a ampliação do *capital social* do grupo e sua *capacidade de agir coletivamente*, ao exemplo do trabalho junto a Associação de Moradores.

Devemos destacar, porém, a constatação de que existe sempre uma *diversidade de atuações* e *comprometimentos* entre os componentes de um coletivo, por mais coeso que este se mostre a olhares mais distantes, especialmente no que toca a *assiduidade* e *tipo de participação* dos indivíduos nas atividades coletivas. Enquanto alguns membros

demonstravam assumir para si a tarefa de estimular as diferentes ações coletivas a que o grupo se propunha, e colaboravam ativamente para o fortalecimento do *capital social* interno do grupo; outros participavam de forma relativamente assídua, mas discreta; enquanto outros, ainda, participavam de forma muito mais irregular, tendo muitas vezes sua atenção chamada pelos demais, lembrando regras de participação estabelecidas pelo grupo para partilha de conquistas em comum.

Entretanto, entendemos que estes diferentes *tipos de participação e comprometimento* por parte dos diferentes indivíduos (para além de elementos objetivos que possam atrapalhar a participação desta ou daquela pessoa) são determinados também por sua *interpretação* acerca da *importância* de sua própria participação no grupo, seu sentimento de *identidade* e/ou *obrigação* para com tal coletivo e também pela *confiança* que deposita nos demais.

Todos estes fatores subjetivos são, assim, determinantes para *intencionalidade* com que cada indivíduo atua no coletivo, a qual, em geral, pode-se notar expressa em suas falas e atitudes. Embora não corroborem a idéia de que todas as ações sociais são estrategicamente definidas pelos indivíduos visando a “maximização de seus ganhos” (assim como nem todas as conseqüências de seus atos podem ser pré-determinadas), observamos, sim, que o elemento da *intencionalidade* se mostrou sempre um fator fundamental na atuação dos indivíduos, assim como nos processos gerais de construção das ações coletivas.

Neste sentido, a *intencionalidade* dos sujeitos que assumem para si a tarefa de mobilizar os demais, organizar seus encontros, auxiliar a interação entre os diversos atores (componentes das redes tanto de *laços fortes* quanto *fracos*) e propor novas ações coletivas que visem ampliar o *capital social* do grupo ou mesmo angariar conquistas materiais ou simbólicas se mostra, ela mesma, decisiva. Diríamos inclusive que a atuação *intencional* destes atores determina, em boa medida, o próprio *campo de possibilidades* que se coloca para cada coletivo. Sem dúvida, a definição sobre quem serão estes atores e a força de suas idéias não são fatores pré-determinados e dependem do conjunto das relações tantas vezes já destacadas neste estudo, assim como este *campo de possibilidades* é constituído de muitos outros *complexos de relações* para além das vontades individuais dos envolvidos, como viemos mostrando até aqui. Mas, sem dúvida,

é necessário destacar que o papel destes *mediadores* principais mostrou-se decisivo na definição dos caminhos *possíveis* para cada coletivo.

5.3 ‘SANTA MARIA’

Este bairro tem um histórico de organização comunitária muito antigo e diverso, como referido no Capítulo 4. Ter isso em conta é fundamental ao fazermos uma investigação a partir de uma abordagem histórico-processual sobre a construção das ações coletivas a partir deste bairro. Tal histórico não apenas quebra com os *mitos da marginalidade* tantas vezes imputados a este que, hoje, é considerado um dos bairros “mais violentos da cidade”, mas também nos ajuda a compreender o processo de construção da *cultura associativa* observada entre os membros do grupo pesquisado. Claro que esta *cultura* não pode ser tomada, ela mesma, de maneira estática, e veremos variações sobre ela (fruto das próprias relações em fluxo ao longo do tempo), no interior desta comunidade, destacadas no decorrer do capítulo.

Assim, o histórico *tecido associativo* presente na vila ‘Santa Maria’ permitiu que encontrássemos diversas formas de ação coletiva operando em seu interior, não obstante os diversos obstáculos que destacaremos logo a frente. Neste sentido, além do grupo pesquisado, encontramos diversos coletivos ligados à cultura Hip Hop, ao samba, às diversas igrejas e “casas de religião” presentes no bairro, e até mesmo cooperativas, pondo em cheque, empiricamente, os *mitos da marginalidade* imputados sobre o conjunto daquela comunidade.

Além disso, se compreendermos que, de alguma forma, todas as modalidades de ação coletiva presentes no bairro se relacionam entre si, de forma mais ou menos distante, através de *laços mais fortes* ou *mais fracos* (constituindo o que chamamos de *Rede de relações associativas*) compreenderemos que, tal diversidade contribui decisivamente para a formatação específica do grupo pesquisado e das ações coletivas a que este grupo se propõe. Mais uma vez, reafirmamos que as características observadas e destacadas para fins analíticos são, na concretude da vida real, processos em constante fluxo e resultantes mesmos das próprias relações observadas (além daquelas que, certamente,

escaparam ao nosso olhar), portanto, não podem ser tomados como substâncias inertes e estáticas.

Nestes termos, um primeiro elemento que merece destaque (além da *memória coletiva* dos moradores do bairro acerca das experiências associativas da comunidade) é o fato de que os indivíduos componentes do grupo pesquisado também têm, eles próprios, experiências prévias de associação coletiva que influenciam em sua atuação presente.

Parecia curiosa a insistência de membros do grupo em relembrar, repetidamente, os históricos de “desvio de verbas” ocorridas nas recentes gestões da Associação de Moradores (quando alguns deles próprios teriam levado “calote” da antiga diretoria) o que, segundo eles, muito dificultaria a organização comunitária atual, tanto em termos objetivos quanto subjetivos. O decorrer da convivência nos auxiliou a compreender o porquê de tal insistência.

Objetivamente, a comunidade tem em seu interior diferentes espaços físicos onde membros da comunidade se “cruzam”, como escolas, um posto de saúde e uma escola de samba, dois campos de futebol, inúmeras igrejas evangélicas e incontável número de casas de religião de matriz africana, além de diversas ONGs que atuam em seu interior. Entretanto, além da profunda desarticulação existente entre os usuários e organizadores de cada um destes espaços, a comunidade se recente também da falta de espaços específicos para o convívio e o diálogo comunitário continuado, como praças e o próprio espaço da Associação de Moradores, hoje fechado.

Além disso, a presença enraizada do tráfico de drogas é muito intensa no bairro, (embora existam diferentes grupos que disputam o controle da região), fazendo com que a maior parte dos processos internos da comunidade tenha que levar em conta este elemento. Em outras palavras, boa parte das atividades no interior da comunidade “*dependem que como está a situação dos agentes envolvidos com o tráfico, naquele dia*”, como relata Tia Marcela, uma das principais articuladoras do grupo pesquisado. Como ela explicava nos primeiros contatos para a pesquisa, em 2007:

“Aqui, a vida da comunidade depende de como está a vida em volta do tráfico a cada dia. Se não está tendo briga entre as boca, se a polícia não vem passá o esculacho pro jornal da semana, tudo depende dessas relação.[..] Se um dia tu vier na hora errada, te confundirem com a pessoa errada, tu pode nem sair da vila.[..] A gente as vezes nem pode sair de casa.” (Tia Marcela, 50 anos)

E de fato, até mesmo os horários em que nós poderíamos entrar ou sair da vila dependiam dos “humores” dos agentes envolvidos com o tráfico (comerciantes, usuários e policiais). Mais de uma vez tivemos de deixar de entrar na vila, ou fomos impedidos de deixá-la a noite, devido a conflitos ligados ao tráfico. Em outras duas oportunidades, reuniões do grupo foram interrompidas por tiroteios os quais, nos dois casos, resultaram em vítimas fatais na vizinhança.

Assim, não era apenas o pesquisador quem tinha sua vida influenciada pelas movimentações ligadas ao tráfico. Os próprios moradores, em diversas ocasiões, tinham as rotinas de sua vida modificadas por motivo de conflitos entre traficantes, aliados dos grupos rivais internos ou pela própria entrada violenta da polícia na vila. Isso sem contar as vezes em que pessoas próximas dos membros do grupo pesquisado sofreram agressões diretas, abalando muito o conjunto de seus membros.

Entretanto, como observamos nos casos dos outros dois coletivos já analisados, situações que parecem, em um primeiro momento, *obstáculos*, acabam por atuar como *motivadoras* ou ao menos como *propiciadoras* de situações que colaboram para o desenvolvimento de *capital social* na comunidade. Neste sentido, o próprio complexo das situações surgidas em torno do tráfico atua também como um estimulante para a ação coletiva entre o grupo pesquisado. Como sintetiza Maria, 22 anos, sobrinha de tia Marcela, mãe de uma criança de 4:

“eu me dei conta que eu tinha que ajudar minha comunidade a se unir, se organizar e lutar por oportunidades de trabalho, por uma vida melhor, quando eu percebi que o caminho pro meu filho era morrer no tráfico como os meus primo morreram. [...] Eu sofri demais quando mataram meu primo, mas foi ali que eu me dei conta que ou a gente lutava junto pra ter outras oportunidades, ou nosso destino é morrer por causa do tráfico.”

Assim, a busca por alternativas de geração de renda, formação de coletivos com os quais se identifiquem e que os ajudem a vencer a *invisibilidade* demonstraram ser algumas das motivações principais para os moradores do ‘Santa Maria’ se organizarem coletivamente, não apenas pensando em seus filhos, mas, também, em si mesmos. Sendo a realidade do tráfico tão presente em suas vidas, e sendo tão poucas as oportunidades

alternativas encontradas, a ação coletiva voltada a *criar* estas alternativas mostrou-se uma das únicas saídas para o grupo.

Neste mesmo sentido, a precariedade e aglomeração de suas moradias (o que certamente causa um grave dano para sua qualidade de vida) é outro aspecto que propicia o encontro das pessoas, em situações semelhantes, convivendo entre si de uma maneira quase necessária. Este contexto produz uma considerável *identidade* e entrelaçamento entre suas vidas, suas alegrias e sofrimentos, pois vizinhos tão próximos acabam, inescapavelmente, sendo parte fundamental do círculo mais próximo de amigos uns dos outros. Como se poderia esperar pela densidade demográfica da região, e como constatamos ao longo de nossas pesquisas, as moradias do bairro são, efetivamente, muito próximas fisicamente umas das outras. Com isso, o contato interpessoal entre diferentes núcleos familiares se torna quase obrigatório.

Nestes termos, não obstante todos os efeitos devastadores da qualidade de vida que tal densidade demográfica (em ambientes sem asfalto, esgoto ou água encanada) causa para os moradores, esta mesma proximidade física também colabora para o desenvolvimento de um cotidiano baseado no *ajuda mútua* e na *solidariedade*, além da partilha de variados elementos da vida cotidiana dos atores. Incontáveis vezes presenciamos um vizinho avisando a outro sobre tiroteios ou perseguições que estariam ocorrendo em áreas próximas da vila, assim como oferecendo alimentos recém preparados uns à família do outro.

Dessa maneira, como reconhecido anteriormente, constatamos que cada ato de *solidariedade* tende a produzir *reciprocidade* entre os indivíduos, tecendo uma *cultura* local onde esta *solidariedade* recíproca se faz recorrente (mesmo que esta não seja desprovida de interesses imediatos). Assim, ainda que inicialmente movido por necessidades objetivas e pessoais, este processo empírico tende a reforçar o *capital social* presente entre os membros da comunidade, e, em especial, entre vizinhos próximos e familiares.

Ainda assim, para além dos *obstáculos* objetivos ao convívio comunitário e a construção de ações coletivas existentes, alguns elementos subjetivos podiam ser

percebidos dificultando também a constituição de *capital social* intra-grupo e sua capacidade de agir coletivamente.

Neste sentido, destacaríamos, em um primeiro momento, o entendimento da principal articuladora do grupo, Tia Marcela, de que aquele coletivo não deveria se ampliar muito, “*porque é melhor assim, né?! Um grupo menor, todo mundo amigo*” (em uma argumentação bastante circular, que nunca se justificava), especialmente quando a ampliação do grupo dependesse da entrada de determinadas pessoas, com as quais ela não simpatizava. Sentimento muito presente este, certamente é um dos motivadores principais para que tais iniciativas populares não se ampliem ainda mais.

Dessa forma, quando em janeiro de 2008 Tia Marcela decidiu deixar de participar das atividades coletivas do grupo pesquisado, assim foi justificada sua decisão:

“As gurias tavam achando que o grupo tinha que se ampliar, pra ter mais força, mais conquistas. Eu até acho que tá certo, é verdade. Quanto mais gente, mais força. Mas aqui na comunidade, as únicas pessoas que poderiam entrar são da família da Angélica, e eu não vou andar com a Angélica, nem com quem anda com a Angélica.”

Ao que compreendemos, Angélica, 54 anos, era uma antiga moradora, “chefe” de outra família local. Até onde pudemos descobrir, nunca havia ocorrido nenhum problema mais sério entre as famílias, mas alguns membros da Família Silva *atribuíam* à Família de Angélica muitos dos conflitos interpessoais na localidade.

Este é apenas um exemplo que demonstra o quanto a *atribuição subjetiva* de valores a indivíduos e grupos (mesmo que partilhem condições semelhantes de vida) pode ter uma função desmobilizadora entre as classes populares. E, neste caso, desmobilizadora não apenas de um indivíduo, mas de um coletivo todo, devido à importância, por exemplo, de Tia Marcela como principal articuladora do grupo pesquisado. Tal desagregação não ocorreu, segundo relatam membros do grupo, “apenas” por dois motivos especiais:

Primeiro, porque o grupo havia conquistado cestas básicas para as famílias, junto ao governo, benefício que tinha como critério a manutenção do grupo em constante atividade coletiva. Ao lado disso, alguns membros do grupo relatam que faziam “*questão de seguir organizadas*” porque elas já se sentiam *identificadas* com algumas das ações coletivas que o grupo vinha realizando e não gostariam de deixar de fazê-las, mesmo sem

sua principal articuladora. Devido a isso, outras pessoas componentes do grupo passaram a tentar cumprir, elas mesmas, as funções que Tia Marcela antes exercia.

Finalmente um último elemento subjetivo que percebemos *obstaculizando* a realização de ações coletivas por parte do grupo do ‘Santa Maria’ era a *atribuição de risco* à idéia de participar em ações coletivas que pudessem lhes expor individualmente. Diversos membros manifestavam esta preocupação, sistematizada por Jurema, 54 anos:

“*Imagina guri, nós já temos que andar chorando atrás de um servicinho. Tu sabe o que é passar um mês vivendo de trocado, de latinha, ajuda dos parente? Aí uma madame me vê numa TV aí, fazendo protesto, já vai me pintar de baderneira. Não basta ser preta, miserável, ainda baderneira?! [..] Nunca mais arranjo nem uma faxina que seja.*”

Como podemos perceber, a *atribuição de risco* não se baseia apenas no medo de danos *físicos* que se possa sofrer em manifestações mas, muitas vezes, ao *dano simbólico* que, em uma cultura ainda não democrática, a participação em ações coletivas de tipo contestatório possa acarretar.

Entretanto, para além destes *obstáculos*, diversos outros *mecanismos* têm colaborado simultaneamente para o desenvolvimento de *capital social* entre o grupo e motivado a construção de ações coletivas. Inclusive a percepção do que consideram uma *injustiça* posta neste *risco* de se ter ainda mais dificuldades em sobreviver apenas porque se buscou manifestar livremente uma opinião. Tais reflexões iniciadas no interior deste grupo foram, de fato, provocadas por Tia Marcela e Maria, *mediadoras* do grupo que, após terem estudado sobre “direitos da cidadania” em um curso fora da comunidade, *difundiram* estas reflexões no interior do grupo. Porém, tais idéias, certamente, só puderam se estabelecer dentre os membros daquele coletivo porque tiveram como “solo fértil” o contato prévio que estas pessoas já tinham entre si e um certo *estoque de capital social* que já haviam acumulado.

Para tanto, o primeiro elemento neste sentido a ser destacado além da proximidade das moradias, é o fato que a maior parte dos 36 membros do grupo pesquisado tem uma raiz familiar comum, na chamada Família Silva. Dentro da própria

comunidade, a *identidade* da “Família Silva” mostrou-se bastante *difundida*. Alguns moradores contam mesmo que toda aquela comunidade teria sido organizada pela avó de Tia Marcela. Como explica Tia Luiza, 63 anos, irmã de Tia Marcela: “*falou em Família Silva, todo mundo aqui sabe quem é[.] Falou em Família Silva todo mundo lembra de agito, barraco e de gargalhada*”.

Assim, esta *rede de relações familiares* foi *apropriada* por Tia Marcela quando, no início de 2007, decidiu unir seus “próximos para buscar melhorias de vida para suas famílias e para a comunidade”, como conta ela própria.

Esta *rede familiar*, tão próxima fisicamente, não apenas atuava como uma *rede cotidiana de solução de problemas* como qualquer outra, mas possuía determinadas características muito fortalecedoras de seu *capital social*. Em primeiro lugar, a *confiança* interpessoal demonstrou-se muito mais enraizada em família, pois, embora “sempre haja briguinhas” (segundo Fabiela, 24 anos, irmã de Maria), a família segue sendo o núcleo basilar das relações sociais, aonde sempre, em última instância, os indivíduos vão buscar apoio. Como bem resumiu Tia Luiza, que também é “mãe de santo”:

“Na família sempre tem alguma briga, porque as pessoas convivem demais, se conhecem demais. Mas pode ver que família que é família raramente se separa. E quando sai um, sempre tem outros, em algum lugar, pra te acolher[.] A família nunca te deixa na mão. A hora que tu precisar, é sempre pra família que tu vai correr, porque na família tem confiança, tem um porto seguro.[.] Não é a toa que quando temos um grupo forte de amigos dizemos que esse grupo é como uma família. E por isso que é mais fácil lutar quando se luta com a família”.

Nestes termos, no interior da família Silva pudemos também perceber a capacidade (típica de uma família) de *perceber os problemas principais* que as pessoas estejam passando individualmente (mesmo que estas não falem sobre eles) e chamá-las para conversar, debatê-los e definir formas de se auto-ajudar. Esta “capacidade familiar” de rapidamente perceber quando um indivíduo ou grupo passa por algum problema e tomar a solução daquele problema como uma tarefa coletiva (“um problema de família”) demonstrou ser uma característica fundamental no desenvolvimento de um *senso de acolhimento e proteção* entre os indivíduos pesquisados, assim como de *confiança* de que o grupo levará a sério a busca pela solução dos problemas que o sujeito sente como decisivos em sua vida pessoal.

Na busca ainda por características objetivas *apropriadas* pelo grupo no sentido de ampliar seu *capital social*, destacaríamos, por fim o fato de que, das 36 pessoas que participavam do grupo no último encontro de trabalho de campo, 35 eram mulheres. Tal aspecto objetivo, além de provavelmente propiciar maior *intimidade* quando estas se reuniam sem a presença de homens, parecia significar mais para elas, como foi manifestado em algumas falas. Em uma delas, quando o grupo estava questionando um conjunto de atitudes por parte do único homem do coletivo (Seu Jorge, 39 anos), Maria afirmava assim:

“Olha Jorginho, tu toma jeito. Este já é um grupo que é pra ser só de mulher. Tu já é exceção aqui, não vem atrapalhar. Se tu ficar te bobeando, querendo dar de machinho, a mulherada te põe pra correr.”

Em outro momento, Natália, 19 anos, sobrinha de Tia Marcela, também afirmava:

“Homem é só pra mulher se divertir, né?! Mas pra coisa séria, tem que ser de mulher pra mulher. [...] Mulher é que cuida dos filhos, da casa, da comunidade. Os Homi vêm e vão. A gente fica. [...] Sem contar que, quando só tem mulher, a gente tem muito mais intimidade, pode falar as coisas bem como elas são, sem papas, sem ter que ficar cuidando o que diz e tal.”

Neste sentido, a *atribuição subjetiva* de maior *confiança* entre mulheres demonstra ser um poderoso elemento produtor de coesão no grupo.

Talvez um outro aspecto que possa ter influência, nesta direção, é o fato de que dentre os 36 membros do grupo pesquisado, 33 se auto-identificam como praticantes de religiões de matriz africana, e entre os outros 3, apenas 1 afirma nunca participar de eventos religiosos em terreiros junto aos demais membros. Assim, podemos afirmar que, em boa medida, os *marcos interpretativos* da maior parte do grupo baseavam-se, fortemente, em elementos desta partilhada cultura de matriz africana.

Nestes termos, por exemplo, observamos nas religiões de matriz africana uma valorização diferenciada da mulher em relação às religiões ocidentais, em especial cristãs, sendo as mulheres nas primeiras, além de *líderes* espirituais, verdadeiros “centros” na vida comunitária. Tal *mediação simbólica* pode também ser outro elemento explicativo do tipo de relação estabelecida entre os membros do grupo pesquisado no bairro ‘Santa Maria’.

Outro aspecto subjetivo marcante no grupo pesquisado era seu apego a idéia do “trabalho produtivo coletivo”. Ao que pude constatar, o primeiro convite feito por Tia Marcela para que o grupo se reunisse de forma mais permanente era baseado na idéia principal de que eles

“trocassem conhecimentos de trabalhos que pudessem ser feitos sem muitos recursos, com o que cada um tenha em casa e, assim, trabalhando juntas, facilitaria a produção e a venda. Juntas também seria possível buscar mais apoio para o trabalho.” (Cristina, 37 anos, irmã de Tia Marcela)

Neste sentido, não apenas o partilhamento de *valores* comuns ligados à uma “ética do trabalho” mas, especialmente, o partilhamento de *práticas* ligadas ao trabalho coletivo (*difundindo* concretamente este valor no interior do grupo), demonstraram imenso poder agregador e, por sua permanência ao longo do tempo, potencializador de *capital social* (não apenas pelo poder de corresponder a expectativas valorativas dos membros do grupo mas, inclusive, pela capacidade concreta de produzir bens e retornos materiais para o grupo, ainda que modestos). Como esclarece o relato de Seu Jorge:

“Antes, cada um corria atrás do seu. Eu catava metal, papelão. A Tia Marcela vendia bolsas que ela costurava. A Maria tinha um estégio, que acabou. A Dora um nadinha de aposentadoria. Às vezes um ou outro tinha até que fazer um dinheirinho como ‘mula’. Ninguém gostava dessa vida, mas é o que tinha, né?! [..] Então a Tia Marcela chamou nós pra uma conversa e nos fez ver que cada um sabia uma coisa, e quem não sabia podia aprender. E se juntasse o que cada um sabia com a vontade um do outro, nós podia produzir coisas juntos, vender juntos e fazer um troquinho limpo. Agora, ninguém quer sair, porque precisa mesmo desse dinheirinho. [..] Claro que é difícil sem apoio de ninguém, por isso nós já fizemos várias manifestação por aí, mas só de tá junto agora já faz uma baita diferença.pelo menos não tá cada um pra um lado, correndo sozinho”(Seu Jorge, cunhado de Tia Marcela).

Como indicou a fala de Seu Jorge, tal relação de agregação não se basearia apenas em uma *vontade subjetiva* de estar junto, ou em uma *simpatia* (abstrata) interpessoal.

Além do *partilhamento* de *valores* (o que certamente permite importante sentimento de *identidade*) e, principalmente, de *práticas* entre o grupo, existe o elemento objetivo da necessidade material da renda que tal relação lhes permite, minimamente, suprir. Claro, alguém poderia alegar que a quantidade de renda e as formas de produzi-la não são definidas apenas por “necessidades objetivas” e disso não discordaríamos. O que

nos parece importante reafirmar é a existência real, concreta e persistente de uma *necessidade objetiva* de renda que, naquele dado contexto empírico, no interior daquela rede de relações particular, se manifesta como o sentimento da *necessidade* de que *aquele* grupo, em específico, não se desfaça.

Antes, porém, de debater mais a fundo o processo pelo qual o grupo quase se desfez e as formas pela qual se reagrupou, é importante situarmos um pouco mais o momento da fala de Seu Jorge em que comenta sobre ações coletivas de tipo contestatório das quais o grupo participou, motivadas pelo entendimento de que o poder público teria o *dever* de colaborar para as iniciativas populares de geração de renda. Sua forma de participação nas manifestações e as conseqüências destas serão debatidas mais a frente. Por ora, o central é destacar o quanto a noção de que o governo estaria deixando de cumprir com um *dever* (não mais um favor) influenciou para a aproximação entre os membros do grupo, o fortalecimento de seu *capital social* e, inclusive, motivou sua participação em ações coletivas de tipo contestatório, uma experiência jamais vivida antes pela maioria dos membros do grupo, segundo relatado em questionário.

Nesse sentido também, o entendimento de que teriam *direitos* sendo desrespeitados teria sido outro sentimento que motivou o grupo, segundo relatos, a se manter unido e participar de ações coletivas conjuntamente. Inspirados nesta idéia, o grupo participou não apenas de diversas manifestações solicitando apoio governamental à suas iniciativas de trabalho, como também em busca do “direito à luz elétrica” e outras cobranças sobre o Estado, como será analisado logo a frente.

Entretanto, a partir da experiência do grupo pesquisado no ‘Santa Maria’, pode-se afirmar que a participação em manifestações públicas muitas vezes se mostra fundamentada em um complexo de elementos, além da “necessidade objetiva” de conquistas materiais ou do sentimento de que se tenha algum direito desrespeitado.

Quatro aspectos, neste tocante, nos chamaram atenção a partir do caso investigado:

Mesmo as manifestações públicas sendo eventos relativamente cansativos, por exigir que as pessoas abandonem temporariamente suas casas e rotinas, façam sacrifícios

físicos como longas caminhadas ou longos períodos de tempo em pé, passem por tensões pela presença agressiva da polícia (normalmente em uma postura antagônica aos manifestantes), além da dificuldade de acesso a alimentação e hidratação adequadas, muitos entrevistados relatavam “gostar” de participar de manifestações públicas de tipo contestatório. Ressaltamos: afirmavam “gostar”, e não apenas “precisar” participar.

Nesse sentido, uma primeira explicação seguidamente repetida por membros do grupo do bairro ‘Santa Maria’ afirmava que eles gostavam de participar de manifestações por se “divertirem” nestes eventos. Segundo diferentes relatos, seria “prazeroso” “encontrar pessoas novas”, assim como “velhos amigos”, poder “cantar” e “gritar o que se pensa”, além de que, muitas vezes, as manifestações das quais participavam gerariam neles, segundo relatos, sentimentos “parecidos com carnaval”. O relato de Dona Jurema nos ajuda a visualizar estes momentos e as experiências que propiciariam:

“Eu vou pra manifestação porque me sinto feliz lá, como no carnaval. Eu sambo, canto, me solto, giro com a bandeira que nem porta-bandeira na avenida do carnaval. Quando alguém, olhando a manifestação na rua, bate palma, então, ou joga papel dos prédios, nossa, dá vontade de chorar, de pular, de gritar de alegria! [...] Mesmo quando a polícia vem, com aquelas cara de cachorro, aí que eu danço e canto mais, porque pra mim é bom como carnaval.” (Jurema, 53 anos)

Assim, como podemos perceber, esta característica de “carnavalização” dos eventos, que tantas vezes foi apontada como um sinal da “despolitização” das classes populares, quando observada mais de perto, se mostra como um elemento mobilizador para as ações coletivas de tipo contestatório.

Também outro elemento bastante recorrente nas entrevistas pode ser apreendido a partir da fala de Dona Jurema. Repetidas vezes pessoas afirmavam sentir um “prazer” em “desafiar a polícia e o governo”, em “continuar protestando mesmo quando eles exigem que tu vá embora” (afirmava Natália). Ao que parece, um sentimento de contrariedade (que eventualmente se transforma em sentimento de revolta) em relação à polícia e aos governos, e que não tem canais para ser expresso na vida cotidiana da periferia, se “liberta” nestes momentos de manifestação pública coletiva, mesmo estas se mostrando “carnavalizadas”. Este sentimento fica bem expresso na fala de Dona Marlene:

“Cara, eu cresci vendo a polícia bater nos meus parentes e amigos aqui na vila. É só nós botar o pescoço pra fora de casa que já tamo sendo vigiado,

perseguido, mandado pra parede. Aí toma tapa, chingão, esculacho geral. Os político então, só lembram de nós pra pedir voto e de quatro em quatro ano todo mundo promete de novo as mesmas coisas. É ou não é pra ter uma revolta guardada? [...] Quando a gente sai pra rua pruma luta, é a chance de botar esse sentimento pra fora. De dizer pro governo o que a gente pensa dele, porque a gente pensa muita coisa. [...] e pra polícia então, é a chance que nós temos de devolver o que eles nos fizeram a vida toda, de dar o troco, eu adoro lembrar que quem paga o salário deles é nós.”(Marlene, 53 anos).

Outro aspecto importante observado (neste sentido de os membros do grupo ‘Santa Maria’ entenderem as ações coletivas de tipo contestatório como momentos de “prazer”) era sintetizado por muitas mulheres como “*uma oportunidade de sair um pouco de casa*”. Como bem representa a fala de Dona Marta, 63 anos, casada, e que cuida de 4 netos que vivem com ela :

“Na vila nós vivemos numa verdadeira prisão. Mal podemos sair de dentro da comunidade. Primeiro porque nem dá tempo, depois, a maioria nem consegue pagar passagem pra sair. [...] Mas pras mulher é muito pior, por que homem ainda circula, sai pra trabalha, pára pouco em casa. Mas pra nós é prisão. Vivemos presa dentro de casa, presa no marido, nos filhos, nos netos. Quando dá pra sair pra uma luta, é um alívio, a gente sai daquela rotina, [...] daquela prisão que é a rotina das mulher.”

Claro que esta relação é bastante tensa, pois os fatores “*que prendem as mulheres em casa continuam lá*” (como resumiu Natália, justificando a dificuldade em sair ou permanecer fora de casa, mesmo para manifestações que tragam conquistas materiais para a família).

Com tudo isso, a participação em ações coletivas fora da comunidade se mantinha como um *interesse* próprio dos membros do grupo pesquisado. Neste sentido, junto ao fato de mudar simplesmente sua rotina (e, no caso das mulheres, referida por várias delas como uma prisão), a participação em ações coletivas mostrou-se como uma oportunidade de romper com a simples rotina da *invisibilidade* sofrida pelos moradores da periferia urbana. Como indica a fala de Dona Josefa, 54 anos, irmã de Tia Marcela:

“Eu gosto de ir pras caminhada, de aparecer na televisão. Eu já apareci duas vezes. É a chance que a gente tem das pessoas nos enxergar, lembrar que nós existimos. Ninguém lembra de quem mora no ‘Santa Maria’ até que morra ou mate alguém[...] É melhor aparecer por causa da luta, né?!”

Por fim, a análise do caso da vila Santa Maria nos remeteu, ainda, a um último aspecto relativo às manifestações públicas que gostaríamos de destacar.

Como apontado em outras situações pela Antropologia Política, percebe-se que a experiência das manifestações é, muitas vezes, vivida por seus participantes como uma verdadeira *experiência ritual*, durante as quais são vivenciadas *performances* e *repertórios coletivos* capazes de *construir* novas *realidades* políticas, materiais e *simbólicas*. Mesmo quando estas ações coletivas não resultam em conquistas materiais para seus participantes, elas exercitam uma determinada *narrativa pedagógica* sobre os atores e grupos envolvidos, *indexando valores coletivos* nos sujeitos e processos dos quais eles se sentem construtores, em maior ou menor intensidade.

Assim, todas estas experiências e relações demonstraram atuar relacionalmente conformando o tipo específico de *capital social* integrando os membros do grupo pesquisado no bairro ‘Santa Maria’, em boa medida reforçado por experiências vividas na realização de ações coletivas conjuntas e reforçando, por sua vez, sua capacidade de realizar, juntos, novas ações coletivas.

Foi no fluxo destes complexos processos que observamos tal grupo organizar e participar de um número crescente de ações coletivas, desde o ano de 2007.

A partir de abril de 2007 passamos a observar encontros quinzenais que o grupo todo realizava, para trocar informações entre si e combinar momentos de trabalho produtivo conjunto. Tais encontros apenas “formalizavam” um costume cotidiano facilmente observável entre eles: o de encontrarem-se quase que diariamente, uns nas casas e pátios dos outros, para “trocar algumas palavras”, tomar um chimarrão ou uma “gelada” (cerveja, na sua linguagem). Nestes encontros fortuitos, trocavam-se informações gerais sobre as vidas de suas famílias e vizinhos, além de dividir temas que eventualmente os preocupava e, mais regularmente, os divertia. Eram conversas em geral muito descontraídas, feitas em um tom de voz seguidamente alto, entrecortadas por gargalhadas uníssonas.

Neste mesmo espírito, quase semanalmente o grupo organizava pequenas “festas” entre as famílias e vizinhos, festas estas que, muitas vezes, se iniciavam na sexta-feira a

de tardezinha e terminavam apenas no domingo à noite. Na maior parte dos encontros que presenciamos, estes eventos eram “regados” a cerveja gelada, galetos assados na brasa e muita música alta, em especial samba, pagode e funk. Era bastante curioso observar que tais festas eram realizadas em casas pequenas, com poucos móveis, mas onde por vezes podia-se encontrar um aparelho de som com boas caixas sonoras. Da mesma forma, embora a comida no dia-dia fosse sempre simples, muitas vezes escaça, o mesmo esforço em garantir o “galetinho do mês” era empreendido pelo grupo. Como explicava Tia Luiza:

“Ora meu filho, olha bem... a vida pra nós já é tão sacrificante todos os dias. Vale mais a pena a gente juntar um pouquinho do nada que se tem, já é tão pouco que não muda muita coisa, mas no final de semana ter um momentinho de alegria, reunir os amigos, ouvir música boa e dar risada.[...] Se não fosse isso, acho que o pobre morria. [...] é até esses momentos que nos fazem ficar de pé, que nos dão força pra continuar junto e lutar”

Ao que pudemos perceber, era neste mesmo espírito que pessoas do grupo, embora fossem em sua maioria praticantes de religiões de matriz africana, costumavam convidar-se entre si para irem juntas a cultos em igrejas evangélicas. Segundo relatos, tais visitas conjuntas às igrejas propiciavam-lhes momentos de *alívio*, pois, além de receberem “conforto espiritual” era possível receber também doações de alimentos e roupas (como contava Tia Marcela).

Todo este *capital social* acumulado pelos membros do grupo do ‘Santa Maria’ culminava na vivência de experiências coletivas bastante incomuns.

Em uma dada circunstância, no mês de outubro de 2008, por exemplo, o grupo decidiu que eles deveriam se organizar e oferecer serviços voluntários para a comunidade, de forma a demonstrar para os demais moradores a sua existência e como era “*bom pra todo mundo quando o povo se une e tenta se ajudar*” (segundo fala de Tia Luiza). Entretanto, semanas depois, em uma nova visita para pesquisa, encontramos o grupo profundamente frustrado, pois nenhuma das creches, escolas e postos de saúde onde eles se ofereceram para colaborar havia aceito sua oferta voluntária. Segundo relatos, a alegação mais corrente é de que, passados alguns meses, elas poderiam entrar

com um processo contra as instituições beneficiadas requerendo dinheiro pelos serviços prestados.

Finalmente, também como citado anteriormente, o grupo que, em maioria, nunca havia participado de ações coletivas de tipo contestatório antes de 2007 passou a participar de ações desse tipo com uma regularidade crescente.

Assim, no mês de maio de 2007 elas participaram de uma caminhada com vários movimentos sociais no centro de Porto Alegre, reivindicando apoio à sua produção coletiva. Em outubro, participaram de uma ocupação em um prédio da Secretaria do Trabalho do governo do estado. Em novembro, da chamada Marcha dos Sem. Já no ano de 2008, participaram de manifestações no mês de fevereiro, março e abril (todas voltadas a negociar com a prefeitura local “passe-livre para desempregados organizados” em Porto Alegre, sendo que no mês de março teria sido dado um destaque para os temas “específicos da vida das mulheres”). Em maio o grupo participou de nova marcha, desta vez em um bairro “nobre” na cidade, evento que foi repetido no mês de junho, pedindo desconto nas tarifas de luz para famílias de baixa-renda. Em setembro teriam participado de atividades do chamado “Grito dos Excluídos” e novamente da Marcha dos Sem, no mês de outubro.

Todas estas atividades, ao que constatamos, reforçaram aqueles sentimentos e relações de integração entre o grupo, citados acima. Como resumiu Maria, ao refletir sobre este sentimento presente entre os membros:

“Quanto mais a gente participa, mais quer participar e também se manter unido. É um círculo que não tem marido, não tem polícia nem ninguém que quebre. [...] Pode até balançar, mas não rompe nunca. Sempre volta de novo.”

Por fim, no estudo deste grupo também constatamos a importância dos referidos agentes que assumem pra si o papel de mobilizar os demais dentro de um coletivo, de garantir que se mantenham em contato, de auxiliar o grupo a *mediar* conflitos e buscar conjuntamente soluções realistas para seus problemas.

No caso específico, quando Tia Marcela anunciou que deixaria de participar das atividades coletivas do grupo este quase se desfez. Várias pessoas expressavam que “sem

a Tia Marcela puxando, ninguém se juntaria”. Entretanto, foi talvez nesse momento que se abriu espaço para que novas “lideranças” surgissem no grupo, ganhando certa posição de articulação jovens como Maria e Diane. Estas, além de assumirem o papel de convocar o grupo e ajudá-lo a manter-se unido e ativo, passaram a exercitar mais regularmente uma *narrativa pedagógica* que estimulava cada um dos membros do grupo a contribuir para que o conjunto “*permanecesse unido e se mexendo*” (como resumiu Diane). Assim, passados os primeiros momentos de tensão com a saída da antiga articuladora principal, o grupo se reorganizou e se mantinha buscando formas de permanecer agregado e em ação coletiva, até a conclusão da presente pesquisa.

7. COMPARANDO AS EXPERIÊNCIAS

Ao optarmos por investigar os casos empíricos aqui analisados, através da etnografia baseada em Observação Participante prolongada, alimentada por entrevistas abertas e semi-estruturadas, foi possível constatar, nos bairros populares pesquisados, formas de um *fazer político* poucas vezes debatido no âmbito da Sociologia da ação coletiva o Brasil. Na realidade, foi possível constatar, no “subterrâneo” das relações que se destacavam em um primeiro olhar, a constituição de uma dada modalidade de *capital social* e de formas de ação coletiva poucas vezes debatidas pela Sociologia brasileira e que, embora tenham importantes papéis *políticos*, tendem a ser desconsiderados nos debates que pretendem discutir relações propriamente *políticas*.

Neste sentido, algumas destas características serão aqui destacadas, mediante o uso do método comparativo, o que nos permitirá observar semelhanças, assim como singularidades presentes nos casos investigados.

Para tanto, é importante recordar que buscamos realizar a presente investigação a partir de uma abordagem processual, entendendo assim que os grupos e fenômenos observados e destacados não poderiam ser tomados como objetos estáticos no tempo. Neste esforço de comparação, é fundamental termos presente que as características aqui debatidas são recortes analíticos construídos pelo pesquisador, ciente de que, sendo estas características *históricas* e *relacionais*, seu fluxo nos permitirá retornar à investigação, buscando reajustar o “foco de nossa lente” analítica a cada transformação significativa no universo de pesquisa observado.

Desvelando as regularidades

Feitas estas ressalvas, é importante destacar que a pesquisa sobre a constituição do *tecido associativo* existente nos universos investigados, realizada através da imersão prolongada em sua realidade, nos permitiu observar a constituição de *configurações sociopolíticas* muito similares nos diferentes bairros populares investigados, não obstante a distância física e cultural entre eles e as dificuldades sofridas pelo pesquisador em chegar ao “subterrâneo” das relações apreendidas em um primeiro olhar.

Assim, serão destacadas mais similitudes do que diferenças entre os grupos, não apenas pela quantidade efetiva de dados concretos coletados que indicam tais semelhanças, mas, especialmente, também por duas opções teóricas.

Por um lado, acreditamos que, sendo este um estudo de *casos*, o destaque de diferenças aparentes seria a abordagem mais fácil e superficial sobre os dados, ao passo que o esforço de apreender as regularidades “subterrâneas” nos permitirá, por sua maior dificuldade, um avanço muito mais significativo em nosso debate científico.

Por outro lado, como demonstrado no capítulo 2, nos filiamos também à perspectiva teórica que compreende que, na realidade social, existem determinadas *estruturas relacionais / mecanismos* que se manifestam em diferentes espaços e momentos históricos, manifestando singularidades de conteúdo em cada caso empírico, sem, contudo, perder sua regularidade causal (ainda que estas causas também se imbriquem de forma *relacional*, alterando os elementos condicionantes preponderantes em cada contexto empírico, os quais são sempre parte do complexo de sínteses dinâmicas das múltiplas determinações que constituem as realidades sociais). Por isso, a tarefa principal do cientista social segue sendo, exatamente, a de desvelar estas *estruturas, históricas e relacionais*, que se manifestam com conteúdos diferentes em cada universo empírico.

Neste sentido, poderíamos dizer que os dois elementos mais regularmente observados *obstaculizando* o desenvolvimento de *capital social* nas comunidades de periferia urbana pesquisadas sejam: a falta objetiva de espaços propícios para os encontros necessários ao fomento destas relações; bem como o tempo livre para este difícil exercício (o que é um aprendizado para os atores sociais, pois não existe nenhuma determinação natural que estimule os humanos a se unir e agir coletivamente). Especialmente para as mulheres, como os três contextos estudados demonstraram, todo o tempo despendido com as tarefas domésticas (no cuidado das crianças, na preparação de alimentos e na lavagem de roupas, em especial - para ser o mais específico possível) mostrou-se um limitador absolutamente comum ao fomento do *capital social* entre as classes populares.

Tal destaque pode parecer dar excessiva relevância a detalhes, mas iniciar estas reflexões comparativas com estas ressalvas nos permitirá avançar nos debates teóricos com muito mais consistência e respeito à realidade observada ao longo do processo da pesquisa de campo.

Ainda que persistindo estas dificuldades, ao nos debruçarmos a investigar as *redes de relações* efetivamente existentes, sem partir de expectativas normativas sobre como elas deveriam ser, constatamos concretamente a existência de uma intensa vida associativa nos três bairros investigados, ainda que suas formas e motivações fossem aparentemente bastante diversas. Neste sentido, no ‘Morro Alto’ e na vila ‘Santa Maria’, por exemplo, encontramos uma vida associativa, no conjunto da comunidade, bastante mais diversa do que no ‘Jardim Vitória’. Ainda assim, os fatores *explicativos* destas redes associativas e seus formatos particulares (presentes nos três casos) demonstraram ser de imenso interesse heurístico para o debate sociológico sobre os processos de organização e atuação coletivas.

Nestes termos, um elemento comum a todos os contextos investigados, e que será mais aprofundado logo à frente, é a centralidade das redes de *relações pessoais*, as quais demonstraram criar uma *base* (objetiva e subjetiva) de *contato* entre os indivíduos, além de produzirem *experiências comuns*. Estas, por sua vez, contribuem para o fomento de *identidades* comuns.

Entretanto, antes de aprofundarmos este debate específico, é importante destacar a relevância constatada das experiências associativas prévias, tanto das comunidades em geral, quanto dos indivíduos em particular. Tais experiências, em toda sua diversidade e persistência, não apenas influenciam decisivamente a atuação dos atores, mas desmontam empiricamente os *mitos da apatia* tantas vezes imputados a comunidades da periferia urbana. Embora estas experiências pretéritas sejam imensamente variáveis de uma região para outra, sua regularidade se mostra um aspecto muito relevante na produção de *culturas associativas locais*, mesmo em comunidades marcadas pelo estigma da violência, como a vila ‘Santa Maria’. Finalmente, no que toca a tais experiências

associativas prévias, é importante destacar que, nos três casos, encontramos elementos apontando a possível existência de grupos *remanescentes quilombolas* em tais bairros, elemento que, nas três comunidades, foi citado como marcante em sua história de organização e luta (o que certamente mereceria investigações específicas por parte de especialistas na temática).

A atribuição de riscos a ação coletiva

Outro aspecto relevante observado em *todos* os contextos investigados, e que certamente tem também origens históricas, é a *atribuição de riscos* relacionados à participação em ações coletivas por parte dos sujeitos das classes populares. Em muitos casos, foi manifestado o temor de *riscos físicos*, em especial de agressões por parte da polícia (como se fosse natural que pessoas que manifestem livre e legalmente suas opiniões “apanhem” no Brasil). Entretanto, o que mais regularmente se observou, em todos os contextos pesquisados, foi a *atribuição* do *risco* de *danos simbólicos* que tenderiam a ser imputados às pessoas que participam de ações coletivas, *indexando* a elas *estigmas* que as poderiam prejudicar inclusive no exercício de outros direitos fundamentais, como o acesso ao trabalho e a condições dignas de sobrevivência.

Ainda assim, foi possível também constatar que a interpretação acerca destas potenciais agressões (físicas ou morais) como “injustiças” também demonstra ser um elemento gerador de sentimentos estimulantes ao desenvolvimento de *capital social* e à construção de ações coletivas. Assim, uma dada situação que tenta lhes impedir de agir coletivamente pode se transformar em estímulo para garantir o direito de agir.

Entretanto, tal *interpretação* dos atores não pode ser tratada de forma naturalizada, pois, ao que pudemos constatar, tal *apreensão* sobre os fenômenos sociais é um *aprendizado* incorporado pelos atores ao longo de suas experiências coletivas, em boa medida influenciado pela *intencionalidade* de outros atores na *produção* destes *sentidos* específicos. Não se nasce interpretando a miséria ou o impedimento à liberdade de expressão como *injustiças*.

Para tanto (nos três casos empíricos analisados) mostraram-se também importantes as relações estabelecidas previamente entre os atores, as quais propiciam

condições, tanto objetivas quanto subjetivas, que podem vir a ser *apropriadas* no exercício de tal aprendizado. Assim, observamos, entre os três grupos investigados, que as reflexões que levaram ao *partilhamento* da interpretação de tais processos como *injustiças* se iniciaram no interior de redes de relações previamente estabelecidas (mesmo que estas, aparentemente, não fossem *redes de relações políticas*); entre agentes que já possuíam certa *confiança e legitimidade* entre si, provavelmente porque tal aprendizado exija uma *rede consistente de relações* prévias que lhe dê suporte, tanto objetiva quanto subjetivamente.

Nesse sentido, é importante também observarmos que tal *indignação* contra situações que são *percebidas* como *injustiças* nem sempre consegue se converter em ações coletivas, pois apenas tal percepção não é suficiente para produzir a ação concreta. Nos casos observados, além dos diversos *obstáculos objetivos e subjetivos* à construção da ação coletiva que pudemos destacar, o *obstáculo* mais regular segue sendo, justamente, a *atribuição de risco* ao agir coletivo. Assim, embora se sinta vontade de agir, e se sinta que o correto seria agir, nem sempre isso é suficiente para esta convicção se constituir em ação efetiva.

A “prisão do machismo”

Uma das constatações mais impressionantes da pesquisa foi a de que, em todos os contextos investigados, a maior parte das mulheres sofre com o que foi definido pelo grupo do ‘Santa Maria’ como a “prisão do machismo”.

Destacamos aqui este aspecto, pois a marca da cultura machista brasileira e seus efeitos no conjunto das relações sociais há muito já vem sendo denunciada pelos estudos feministas, em geral. Entretanto, a constatação de que, mesmo naturalizando como uma “obrigação das mulheres” o cuidado da casa e as “necessidades domésticas da família” (nenhuma das entrevistadas afirmou considerar que o trabalho doméstico não seja uma tarefa prioritária *das* mulheres) o fato de o cumprimento “obrigatório” e penoso destas tarefas ser sentido como uma *prisão*, indica que este é um fenômeno muito mais profundo do que se poderia imaginar em um olhar mais superficial.

Afinal, “sofrimento” e “desigualdade de direitos” não são o mesmo que “sentir que se vive em uma prisão”. Quando uma dada situação social é apenas vivenciada como sofrimento sem contradições, a tendência é que ela seja naturalizada pelos atores. Quando esta situação passa a ser compreendida como “desigualdade de direitos” se torna possível uma luta que re-equilibre estes direitos. Entretanto, quando se vive em uma “prisão”, já não se trata mais apenas de direitos. Esta é uma situação social tal que apenas pode ser superada mediante opções radicais. Em uma prisão, ou se conquista ou se perde a liberdade, não há terceira opção. Portanto, a saída para as mulheres que assim interpretam suas vidas pode apontar novas modalidades de ação coletiva, que ainda merecerão estudos específicos no futuro.

Nesse sentido, é relevante o fato de que tal situação já não impedia de todo as mulheres dos bairros pesquisados de agir coletivamente e, muitas vezes, já se observava, inclusive, o desenvolvimento de uma *identidade comum* entre elas, elemento que pode facilitar sua articulação em processos subsequentes.

O tráfico como obstáculo à ação coletiva

Não obstante, outro elemento bastante regular e influente *obstaculizando* a construção de ações coletivas na periferia urbana (embora menos presente no caso particular do ‘Jardim Vitória’), é a presença do tráfico de drogas no interior destas comunidades. Como demonstrado, ele está estabelecido de formas diferentes em cada região da cidade e se relaciona de forma também diferente com as organizações comunitárias. Ainda assim, é um dos *fatos sociais* mais constantes e influentes hoje na periferia urbana. Vale destacar que, embora em termos gerais sua presença produza muitos *obstáculos* à construção das ações coletivas, este fenômeno também demonstrou poder motivar o fomento de *capital social* e mesmo de ações coletivas, como demonstrou o caso da vila ‘Santa Maria’.

Tais exemplos apenas nos lembram o quanto, muitas vezes, os sujeitos das classes populares conseguem transformar situações adversas em motivação para se integrar, desenvolver *capital social* e partir para a ação coletiva.

O cultivo da cultura associativa cotidiana

Nestes termos, nos três casos estudados, observamos, entre os membros dos grupos em questão, a partir de condições objetivas bastante precárias, o cultivo de uma cultura associativa cotidiana baseada fundamentalmente no *cuidado coletivo* e na *ajuda-mútua*. Tais relações, além de estabelecerem laços de *suporte e confiança* entre os atores, demonstrou contribuir inclusive para o fomento de uma *identidade coletiva* muitas vezes *apropriada* na construção das ações coletivas destes atores.

Um dos aspectos que mais nos chamou atenção foi a constatação de que a densidade demográfica das regiões, embora rebaixe os níveis de qualidade de vida, se relaciona de maneira inversamente proporcional no que toca ao desenvolvimento de *capital social* entre as pessoas. Ao encurtar a distância física entre as pessoas e impedir o atomismo existente entre famílias com moradias distantes ou comum em outros modelos de residência (como apartamentos), a aglomeração das moradias contribui para uma maior *aproximação*, não apenas física, mas *simbólica* entre os indivíduos.

Neste tocante, as relações de *convívio* demonstraram contribuir para o desenvolvimento de *laços afetivos* muito mais *densos* e persistentes do que quando estes dependem exclusivamente de espaços formais. Tais laços informais contribuem para o desenvolvimento de *relações de solidariedade* as quais, por sua vez, fortalecem tais *laços*, conformando as chamadas “*redes cotidianas de soluções de problemas*” entre os próprios vizinhos. Nestes termos, a *solidariedade* é um elemento que tende a provocar *reciprocidade*, e esta, ao induzir a “devolução” do gesto solidário, desencadeia um processo retroalimentar que tende a colaborar na produção de *capital social* entre os atores. Observou-se, então, que um gesto de *solidariedade* tende a *difundir* uma prática *recíproca* e constante de solidariedade, que pode vir a se tornar uma verdadeira *cultura*.

Também observamos que, quanto maior for a capacidade do grupo em perceber as principais necessidades das pessoas e propor a elas saídas realistas (ou para as quais se *atribua* realismo), maior tende a ser a *confiança* depositada pelos atores naquele coletivo.

A importância das relações prévias na construção das ações coletivas

Dentre todas as relações associativas observadas, nos três contextos estudados, as relações *familiares* demonstraram ser as mais influentes no que toca a sustentação de *capital social* dentre os sujeitos dos bairros populares pesquisados. Talvez não apenas pelo *valor arbitrário* de que a família seja sempre o “porto seguro” aos quais as pessoas possam recorrer, mas por sua capacidade de apreender as *motivações particulares* dos indivíduos, os problemas que estes sentem como mais prementes e, a partir de tal apreensão, e da *sintonia* entre os *marcos interpretativos* dos sujeitos, propor soluções que mais correspondam aos *valores* dos indivíduos, capacidade que se demonstrou decisiva para a construção de ações coletivas.

Em síntese, o estudo empírico entre os três grupos demonstrou que a capacidade de agir coletivamente mostra-se tanto maior quanto maior a coesão *prévia* do grupo. Quando grupos previamente integrados, com alto *estoque de capital social* se mobilizaram subjetivamente por uma causa, demonstrou-se muito mais rápido o processo de construção da ação coletiva, e incomparavelmente maior sua capacidade de se manter ao longo do tempo. Justamente porque a ação coletiva não se sustenta em si mesma ou apenas na justiça ou “necessidade” de sua causa. Se constrói fundamentalmente através de *mecanismos e relações* anteriores ao “evento espetacular”, os quais atuam fornecendo as bases, os “instrumentos” e a “matéria-prima” necessários para a construção da ação coletiva, além de uma relação consistente entre os atores construtores de tal ação.

Ainda assim, para que não incorramos no grave erro de concluir, precipitadamente, em um argumento circular, que as ações coletivas dependem necessariamente de determinadas relações *sempre* previamente estabelecidas (“só consegue agir coletivamente um grupo que já agia coletivamente antes”), é importante também ressaltar elementos que, condicionados pela *intencionalidade* de ação dos sujeitos, colaboram para a produção de novo *capital social* e para a própria construção das ações coletivas:

A Produção de momentos “especiais” de fomento à integração

Cumprir um papel fundamental a *produção* de momentos *propícios ao convívio* entre as pessoas, sejam eles momentos de descontração, que criam intimidade entre as pessoas, sejam eventos “profundos” (mesmo que mais raros) nos quais se vive uma espécie de “comoção coletiva”.

Dentre os momentos de descontração observados, que cumpriram o referido papel, destacaríamos os encontros fortuitos regulares entre vizinhos e as “festinhas” entre amigos e familiares (que demonstraram contribuir decisivamente na integração entre os indivíduos e sua capacidade de agir coletivamente) independente de quais fossem os motivos que as convocassem.

Já dentre os eventos promotores de “comoção” os mais regularmente observados eram ligados à práticas religiosas, com especial destaque para aqueles fundados na *matriz discursiva e performática evangélica*. Comentaremos um pouco mais sobre isso logo a frente.

Não obstante, eventos “especiais”, muitas vezes não premeditados, também demonstraram cumprir importante papel mobilizador nos três contextos pesquisados. Assim, a morte de pessoas por violência física (como citado no caso do ‘Santa Maria’); ou a ocorrência regular de “eventos que tocam o conjunto da comunidade” (no caso das cheias do ‘Jardim Vitória’) demonstraram fazer com que, ao menos nestes momentos, os moradores em geral sintam-se *identificados* entre si por um tema que os comove a todos. Tal identificação mostrou-se, por sua vez, importante elemento para a constituição de *capital social* e, de acordo com a *interpretação e atuação* dos sujeitos em sua *apropriação*, potencial motivadora de ações coletivas, inclusive de tipo contestatório.

Neste sentido, também a existência de um potencial “adversário comum” mostrou-se importante elemento no reforço do *capital social* no interior de cada um dos três grupos, ainda que em cada contexto empírico este fenômeno tenha se manifestado com conteúdos diferentes. Assim, no ‘Jardim Vitória’ o adversário comum recebia o nome de “burguesia” (donos das mansões locais), enquanto nos outros dois bairros, embora se encontrem casas grandes e muito caras, elas são quase ignoradas pelos

moradores pobres, não gerando qualquer sentido de antagonismo. Nestes casos, seu exemplo empírico demonstrou que tal antagonismo fora projetado para fora da comunidade (enfocando os governantes em geral, e a rejeição “ao tráfico como única opção de futuro” no caso do ‘Santa Maria’, em particular).

Ainda assim, também observamos como comuns alguns outros elementos motivadores da ação coletiva, como a idéia de direitos sendo desrespeitados, a preocupação com o futuro dos filhos e a crença de que existem caminhos possíveis para se expressar e conquistar aquilo que se busca.

Neste tocante, dentre os meios possíveis de se expressarem as demandas populares, destacou-se a importância *atribuída às performances* constituintes das ações coletivas públicas, as quais tendem a realimentar elementos que fortalecem o *capital social* entre os grupos e, assim, contribuir para a própria realização de novas ações coletivas. Em termos gerais, todos os casos investigados apontaram que *performances coletivas* realizadas com saldo positivo (material ou simbólico) tendem a colaborar neste processo retroalimentar em que uma ação coletiva puxa a outra.

O papel das performances rituais

A comparação entre os diferentes casos estudados nos permite afirmar que os eventos de tipo *ritual* demonstraram papel importante ao reforçar laços decisivos para a solidez da associação política. Tais *eventos rituais* mostram de fato o poder de *difundir idéias e práticas*, e, assim, construir realidades políticas. Nos momentos em que tais *performances rituais* eram realizadas elas, em geral, demonstraram capacidade em *mobilizar sentidos comuns* aos indivíduos participantes e produzir um certo *senso de identidade e partilhamento de sentidos* entre os atores envolvidos. A *performance ritual* inscrevia, assim, uma *narrativa pedagógica* nos seus participantes, construindo um sentido de *tradição* que tende a ser assumida como parte natural do grupo, mesmo que não o fosse antes do processo em específico ser realizado. Aonde falta esta *narrativa pedagógica*, parece faltar “liga” entre os atores.

Também nestes termos, o sentimento tantas vezes manifesto de se “gostar” de participar de ações coletivas públicas (*rituais*) mostrou-se um motivador comum para sua realização, seja pelo sentimento de exercitar um direito (em um contexto onde direitos são um exercício tão incomum), seja pela oportunidade de manifestar uma opinião que normalmente não encontra canais públicos de expressão, seja por mudar a rotina dos atores (em especial das mulheres), seja pela “diversão” específica vivida nestes eventos, ou ainda pela oportunidade de romper sua *invisibilidade* cotidiana. Todos estes elementos parecem atuar conjuntamente *projetando* sobre os eventos de ação coletiva um sentido para além da simples contestação.

Finalmente é importante destacar que, a partir de todos os contextos investigados, a *religião* demonstrou ainda ser a principal fonte produtora de *sentidos* sobre o mundo entre as classes populares. Embora isso não diminua em nada a capacidade racional dos atores, tais sentidos seguem sendo os principais *referenciais* de análise popular sobre a realidade, além de os espaços religiosos (igrejas, terreiros, centros, etc.) se mostrarem ainda os principais espaços coletivos de aglutinação entre moradores da periferia urbana.

Entretanto, observa-se que nem todas as formas de relacionamento com os elementos religiosos se manifestam da mesma forma em todos os contextos. Ao que pude-se constatar, as religiões de matriz africana demonstraram atuar de uma maneira muito menos *total* no que toca às diferentes dimensões (objetivas e subjetivas) da vida dos sujeitos do que, por exemplo, as religiões de matriz evangélica. Assim, percebíamos que no ‘Jardim Vitória’, por exemplo, onde a maior parte do grupo investigado era de evangélicos, a religião mostrava-se muito mais presente nos discursos e no “fechamento” dos indivíduos dentro daquelas redes de relações estabelecidas no âmbito de sua religiosidade, do que nos outros casos abordados.

Neste sentido, não saberíamos afirmar de forma definitiva se este processo observado está relacionado à religiosidade, mas pudemos constatar que no ‘Jardim Vitória’ se mostrou muito mais comum a realização de ações coletivas voltadas para fora do grupo do que nos outros dois casos pesquisados. Queremos então propor a hipótese (a ser investigada em pesquisa posterior) de que o perfil mais *proselitista* da religiosidade

evangélica possa influenciar a *intencionalidade* dos atores em realizar ações coletivas mais voltadas para fora do que para dentro do próprio grupo idealizador das ações.

A diversidade de atuações

Finalmente, a análise comparativa do conjunto das experiências observadas nos demonstra que se pode encontrar uma *diversidade de atuações e comprometimentos* mesmo dentre os indivíduos componentes dos diferentes coletivos, por mais coesos que estes se apresentem.

Entretanto, o papel decisivo da atuação dos *mediadores* demonstra-se um dos fatores mais regulares em todos os casos observados. Embora a forma de suas atuações varie incrivelmente ao longo do tempo em cada contexto empírico, a presença destes atores demonstrou-se fundamental em todos os casos investigados e o sentido de suas ações, muito semelhante nas diferentes circunstâncias. Em especial, seu esforço em trabalhar *intencionalmente* para tornar *fortes* um conjunto de *laços* que tendem a se enfraquecer ao longo do tempo, especialmente no interior das próprias redes que, em um primeiro olhar, espera-se, sejam compostas por *laços fortes*.

Porém, observamos também que tais padrões de *mediação*, mesmo no interior de um dado coletivo, modificam-se regularmente ao longo do tempo. Algumas características são preservadas no longo prazo, enquanto outras alteram-se com maior rapidez. Afinal, toda configuração social transforma-se ao longo do tempo e, com isso, mudam também seus *repertórios de mediação*, o que influencia novamente a estruturação de tal configuração social, fenômeno este que, certamente, merecerá um estudo específico em uma outra oportunidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil ainda está pare ser descoberto. Com esta provocação abrimos a redação do presente estudo, do qual ora devemos “tecer” os “pontos finais” (ou serão eles reticências?).

Foi inspirado nesta provocação inicial que o presente estudo foi realizado, objetivando buscar conhecimentos através de uma prolongada investigação empírica e articulá-los em análises ainda pouco exploradas pela Sociologia da Ação Coletiva no Brasil.

Na verdade, nossa motivação principal se baseava na percepção de que, embora nas duas últimas décadas muito se tenha debatido sobre o processo de consolidação da democracia no Brasil, ainda existem “regiões deste cenário democrático” sobre as quais pouca luz foi projetada, e poucas questões específicas de pesquisa se colocaram sobre elas. E, todos sabemos, em locais onde não se projeta luz e sobre os quais não se atua intencionalmente, se produzem “formas de vida” que escapam aos “roteiros” desejados. Estes fenômenos que nos escapam podem ser admirados ou questionados. Mas, necessariamente, antes de tudo, precisam ser conhecidos.

Por tudo isso, nos propusemos, neste estudo, a articular debates que não encontrávamos até então articulados no âmbito da Sociologia brasileira, e contrastá-los com realidades empíricas também ainda desconhecidas. Sabíamos dos riscos deste empreendimento, mas não aceitaríamos simplesmente falar um pouco mais sobre o mesmo, como tem se tornado corrente em muitos trabalhos.

Partindo, assim, da conjugação de um arcabouço teórico-metodológico pouco explorado na Sociologia da ação coletiva no Brasil, o presente estudo foi realizado a partir da investigação empírica sobre três diferentes coletivos informais, compostos por moradores de regiões periféricas da cidade de Porto Alegre. Como demonstramos ao longo do texto, nossa pretensão não seria apenas a de descrever analiticamente os

universos pesquisados, mas fundamentalmente, a partir dos ensinamentos trazidos pelo campo, propor reflexões de maior fôlego para os debates do campo sociológico.

Nestes termos, destacaríamos aqui, para *iniciar* estas *conclusões*, que o ponto de partida para o presente estudo foi, como dito, a busca por observar (por “debaixo das superfícies” das relações que pensamos saber presentes na periferia urbana) as relações que, de fato, se produziriam nos universos empíricos investigados. Assim, constatamos que as idéias de um povo desorganizado, bestializado, violento são, efetivamente, mitos, criados e reproduzidos por atores que pouco esforço pessoal fizeram para investigar, de fato, como vivem os sujeitos das classes populares brasileiras.

Assim, contra a idéia de um povo desorganizado, o convívio prolongado no universo da periferia nos apresentou um povo que, não obstante todos os *obstáculos objetivos e subjetivos* que lhes dificultam a organização coletiva e estimulam à fragmentação social, realizam incontáveis esforços no sentido de manter sua capacidade de ação coletiva. Alguns destes esforços nos foi possível destacar ao longo do trabalho. Outros exigirão novas pesquisas. Mas desde já cai por terra a idéia de um povo desorganizado, e inclusive a idéia de que este povo só se une para produzir atos de violência.

Na verdade, o que o estudo empírico nos demonstrou é que as principais *vítimas* da chamada violência urbana são justamente aqueles mais acusados como seus causadores: as classes populares. Se é verdade que estudos estatísticos também podem comprovar que são estes os atores que mais sofrem na pele com a violência das grandes cidades, este estudo de abordagem etnográfica demonstrou com força que tais relações violentas não apenas perturbam a vida presente das classes populares, mas inclusive obscurecem suas próprias perspectivas de futuro. Ainda assim, foi possível constatar o quanto estes sujeitos se dedicam, diuturnamente, para superar este destino que lhes é imposto e deixar para trás, concretamente, todos os efeitos negativos que a violência urbana teima em lhes acarretar.

Finalmente, contra a idéia de um povo politicamente apático e bestializado, tal estudo empírico nos permitiu observar incontáveis formas de participação política empreendidas pelos sujeitos das classes populares, muitas das quais sequer puderam ser

abordadas aqui (como movimentos mais formalizados no interior dos referidos territórios, organizações específicas de juventude, etc). Embora alguns destes processos devam ser comentados mais a frente, por ora o central é, mais uma vez, ressaltar a importância de não nos deixar guiar pelo que a superfície mostra e a necessidade de buscar desvendar justamente o que parece “submerso” nas relações sociais observadas.

Assim, no estudo sociológico sobre a política na periferia urbana, tal objetivo nos leva tanto a fugir dos temas que, recorrentemente, se transformam em “modismos” na academia quanto, nas investigações específicas, não nos permitir ficar apenas na observação dos movimentos aparentes da realidade.

Com este espírito, ao buscarmos articular os temas da Ação Coletiva e da cultura popular brasileira ao longo desta investigação, foi necessário que criássemos as condições (teóricas e metodológicas) para observar a política na tessitura cotidiana e “submersa” das relações vivenciadas no universo da periferia urbana. Este esforço, porém, como dito, exigia que trabalhássemos para uma complexificação dos olhares, tanto do investigador quanto dos leitores, no que toca a própria concepção do que entendemos como política. Por isso, trabalhamos aqui com a noção de que são fenômenos políticos todas as articulações, organizações e/ou ações coletivas de agentes sociais que visem intervir sobre a sua realidade no sentido de alterar uma dada situação percebida como indesejável. Tal concepção foi fundamental para que pudéssemos compreender, de fato, as *bases do fazer político* nos universos da periferia urbana investigados.

Neste sentido, foi também necessário que nos lançássemos no desafio de combater tanto as visões unificadoras e essencialistas sobre o campo das ações coletivas, quanto os próprios *mitos da marginalidade* que dominam as análises sobre a periferia urbana no Brasil. Se o combate às abordagens unificadoras, essencialistas (e, em geral, maniqueístas) exigem de nós, fundamentalmente, um esforço teórico no desenvolvimento de uma *Sociologia Relacional*, o combate aos *mitos da marginalidade* já não podia se travar, exclusivamente, no campo teórico. No caso das abordagens substancialistas e não-relacionais, nosso esforço principal segue sendo o de demonstrar que tais perspectivas são um verdadeiro risco na análise das ações coletivas e, em especial, dos movimentos

sociais. Pois, por sua tendência também ao maniqueísmo, tendem a tratar de maneira sempre simplificadora os atos coletivos, seja tratando-os como entes perigosos construídos por mentes interesseiras ou assumindo o puro discurso dos atores, reproduzindo apenas aquilo que já se sabe. Ambas as visões nos impedem, de fato, de conhecer mais a fundo aquilo que, efetivamente, se passa na realidade social e que, todo e qualquer olhar menos sistemático sobre ela terá muitos limites em apreender.

Já para o exercício de combate aos *mitos da marginalidade*, foi necessário o referido trabalho empírico, tão exigente, de profunda imersão no campo, de forma a desvendar, de fato, as relações mais difíceis de ser apreendidas a um primeiro olhar. O resultado de tal investigação empírica nos permite, agora, afirmar que tais *mitos da marginalidade*, imputados ao conjunto dos moradores da periferia urbana denunciam, (mais do que uma realidade efetiva), a nossa própria ignorância.

Para tanto, o presente estudo colocou-se inúmeros desafios, dentre os quais destacam-se dois. O primeiro deles, com conseqüências teórico-metodológicas, diz respeito à multidisciplinaridade necessária para sua execução e compreensão, articulando referenciais teóricos da sociologia, da antropologia e da ciência política, sem tratá-los de forma competitiva entre si. Ao mesmo tempo, no campo metodológico, empreendemos o esforço de articular uma investigação de abordagem etnográfica com a análise comparativa e a busca de dados estatísticos sobre os universos pesquisados. Sem tal esforço multidisciplinar, teria se tornado impossível realizar o referido empreendimento, assim como, sem tal espírito tornar-se-ia difícil ao leitor compreender sua realização e seus resultados.

O segundo desafio diz respeito a nosso objetivo principal: o de apreender, através do método etnográfico, os mecanismos que produzem as condições de possibilidade para a emergência de laços associativos e ações coletivas entre moradores da periferia urbana, provocando tais reflexões gerais a partir do estudo de três casos empíricos particulares.

Para tanto, partimos do pressuposto de que todas as formas de ação coletiva que podem ser tomadas como objetos de estudo são, na realidade, frutos de processos anteriores, através dos quais foram criadas as condições para a consolidação da associação entre os atores envolvidos.

Porém, para apreendermos estes processos “subterrâneos” é necessária uma perspectiva que, superando um debate normativo que sustentava as abordagens das teorias da marginalidade e todas as demais que reforçam os estereótipos dos quais já sofrem os moradores de periferia, dê visibilidade às suas formas de organização e interação efetivamente existentes. Para isso, fez-se necessária uma importante inflexão metodológica, que aqui gostaríamos de destacar.

O MÉTODO

Como afirmado pelos autores evocados ao longo do estudo, e demonstrado nesta investigação, entendemos que tentar definir, na realidade social, fronteiras fixas entre domínios e dimensões da vida é um esforço que, rapidamente, nos conduz a falsas afirmações. As saídas fáceis para este desafio servem antes para reafirmar conhecimentos e estruturas de poder já consolidados (inclusive dentro das academias), mais do que ao desvelamento de relações e processos desconhecidos que a análise científica da realidade social pode nos apresentar. Assim, toda abordagem que nos permita aprender com a realidade mais do que “carimbar” sobre ela conhecimentos que nós já supúnhamos possuir, segue sendo pertinente ao avanço da ciência.

Nesse sentido foi que optamos por realizar o presente estudo a partir de uma abordagem etnográfica e uma análise comparativa o que nos permitiria apreender com profundidade (e com o mínimo de pré-suposições possíveis) fatores novos presentes na realidade. Tais dados podem, inclusive, contribuir para a formulação de indicadores que venham a contribuir em investigações futuras de abordagem estatística sobre aqueles mesmos processos ora abordados qualitativamente.

Foi, assim, especialmente esta abordagem etnográfica que modificou nosso olhar sobre a realidade e sobre nossos objetos de análise. Com isso, acreditamos ter contribuído para o cumprimento da tarefa principal que cabe aos cientistas sociais: a busca por constatar, na realidade social, aquilo que os atores no seu dia-dia não podem perceber. Ou, no caso dos sociólogos da política, perceber a política onde ninguém a destaca e destacar na política aquilo que a constitui, mas que os demais atores, em geral, não valorizam.

Assim, buscamos fazer dos procedimentos metodológicos uma das características diferenciais da presente investigação, visando apreender dimensões e aspectos dos processos de *construção* dos laços de sociabilidade na periferia raramente aprofundados pela sociologia da ação coletiva no Brasil através do uso de seus procedimentos clássicos.

Por isso, nos dedicamos por mais de dois anos a um trabalho de campo de imersão profunda e prolongada entre os grupos pesquisados, utilizando-nos da Observação Participante, de entrevistas individuais abertas e semi-diretivas, Grupos Focais e pequenos questionários apresentados, um primeiro ao início das investigações e um último solicitando aos membros dos grupos informações que percebemos relevantes ao longo do trabalho de campo, mas que ainda não estavam devidamente coletadas até aquele momento.

Tais dados foram inicialmente trabalhados mediante o método da Análise de Redes Sociais (utilizado apenas na pesquisa exploratória) e, posteriormente, interpretados a partir do método comparativo (comum na área da Antropologia da Política no Brasil).

Este esforço metodológico foi também motivado pela constatação de que o método etnográfico tem sido relegado, no Brasil, quase exclusivamente à disciplina da Antropologia. Neste sentido, pretendíamos oferecer novas contribuições ao campo sociológico brasileiro ao investigar a respeito da ação coletiva (ou mais precisamente, acerca das condições para emergência do *capital social* que propicia bases para a ação coletiva - conceito apropriado principalmente pela Ciência Política) utilizando-nos do método etnográfico, mas balizado pelo referencial da Sociologia da ação coletiva.

Para tanto, o método da Análise de Redes também foi utilizado, e queremos aqui destacá-lo, como um estímulo para que debatamos mais sobre o uso desta abordagem nas pesquisas sobre ação coletiva no Brasil. Tal método não apenas nos auxilia a compreender melhor como se dão as relações entre os sujeitos e grupos pesquisados, preservando sempre a vigilância contra os essencialismos, mas também se mostra um método muito preciso para o estudo da realidade específica da periferia urbana. Pois, se a entrada em campo no universo da periferia tem se tornado cada vez mais difícil para os investigadores, uma abordagem como a de Redes pode contribuir, inclusive, para se

compreender os melhores caminhos para a imersão do pesquisador no campo, como demonstramos ao longo do estudo.

Assim, tal empreendimento nos permitiu a constatação de diversos processos desconhecidos antes da presente pesquisa, dos quais gostaríamos de ressaltar os que entendemos mais relevantes, como estímulo aos leitores que tenham tido acesso apenas a estas considerações finais, para que busquem conhecer o conjunto do estudo.

REFLEXÕES *TEÓRICAS* A PARTIR DOS DADOS *EMPÍRICOS*

Nestes termos, gostaríamos de salientar que a presente pesquisa empírica nos demonstrou que a ação coletiva é apenas a face pública, visível, de um longo processo social de construção que a torna possível. Assim, mais do que manter foco nas próprias ações coletivas, é importante que passemos a buscar desvendar as relações “subterrâneas” que as conformam e tornam possível.

Para isso, porém, são necessárias duas ressalvas. Primeiro, é importante lembrar que, sendo nossas conclusões fruto de esforços analíticos e compreensivos dos pesquisadores, toda variável tomada em um dado momento como *independente* é, na dinâmica da vida real, também uma variável *dependente* de outros fatores, e que, por isso mesmo, merece, ela própria, ser, em algum momento, investigada.

Ao lado disso, é importante recordar sempre que toda ação coletiva é um processo social construído, que se dá sempre dentro de um *campo de possibilidades* que condiciona a ação e seus resultados, embora seja este mesmo campo também transformado por tais ações.

Tendo isto presente, o estudo específico sobre a construção das ações coletivas (políticas) na periferia urbana nos trouxe importantes lições que gostaríamos de aqui sintetizar. A primeira delas, aparentemente óbvia agora, mas de importantes conseqüências no conjunto do debate sociológico no Brasil é: sim, no cotidiano da periferia urbana também se faz política. E não apenas se “sofre política”.

Embora neste estudo tal noção se apresente como ponto de partida, isto não é um dado tão pressuposto no conjunto do debate nacional. Ou pelo menos, ressaltado no debate nacional.

Tendo presente este pressuposto e, portanto, sendo pertinente que nos colocássemos em campo para investigá-lo, constatamos que, no *fazer político* específico das classes populares, na *construção* das suas ações coletivas, são decisivas as *relações estabelecidas previamente* entre os atores. São justamente elas que propiciam as condições, tanto objetivas quanto subjetivas, que podem vir a ser *apropriadas* na construção do ato coletivo observado.

Assim, constatamos que as reflexões e relações que levaram ao *partilhamento* da leitura de determinados processos - os quais culminaram na produção das ações coletivas - se iniciaram no interior de *redes de relações* previamente estabelecidas (mesmo que estas, aparentemente, não fossem *redes de relações políticas*) entre agentes que já possuíam certa *confiança, reconhecimento e legitimidade* entre si. Provavelmente porque as reflexões e definições práticas que levam à ação coletiva exijam uma *rede consistente de relações* que lhes dê suporte (tanto objetiva quanto subjetivamente), para o que o tempo de convívio funciona como verdadeira “argamassa”.

Esta associação (ou potencial associação) prévia entre os atores que lhes cria condições *simbólicas e relacionais* para agir coletivamente foi sintetizada no presente estudo sob o conceito de *capital social*. De acordo com o *capital social* prévio de um dado grupo de pessoas, estas estarão mais ou menos capacitadas para agir coletivamente com vistas a um objetivo em comum.

Entretanto, este mesmo *capital social* não pode ser tomado como um dado em si., pois tal capacidade de associação é, ela própria, também um artefato socialmente produzido.

Neste sentido, compreender os principais mecanismos, fatores e relações que contribuem para a consolidação de tal *capital social* nos ajuda a conhecer as bases mais profundas dos processos de construção das ações coletivas.

Em síntese, o estudo empírico entre os três grupos aqui destacados demonstrou ser comum o fato de que a capacidade de agir coletivamente de um dado coletivo mostrasse tanto maior quanto maior a coesão *prévia* daquele mesmo grupo de atores. Quando grupos previamente integrados, com alto *estoque de capital social* se mobilizaram subjetivamente por uma causa em comum, demonstrou-se muito mais veloz e efetivo o processo de construção da ação coletiva e incomparavelmente maior sua capacidade de se manterem aglutinados ao longo do tempo.

Tal processo se baseia no fato de que a ação coletiva não se sustenta apenas em si mesma ou simplesmente na “justiça” de sua causa, mas fundamentalmente em *mecanismos e relações sociais* anteriores e paralelos ao “evento espetacular”, os quais atuam, justamente, fornecendo as bases, os “ferramentais” e a “matéria-prima” necessários para sua construção, além de uma relação consistente entre os atores que empreenderão, juntos, tal ação.

Nestes termos, dentre tais mecanismos, destacamos a importância dos processos de *mediação* (através dos quais são aproximados atores distantes entre si); de *difusão* (através dos quais idéias ou práticas são transmitidas no interior das redes de relações estabelecidas); da *apropriação* (através da qual recursos, idéias ou práticas de um ator, individual ou coletivo, são apropriados por outros, imprimindo-lhes um novo uso); da *atribuição* (através do qual atores interpretam a existência de oportunidades ou ameaças); da *produção ritual de sentidos* (quando novos elementos são incorporados nos *marcos interpretativos* de um dado grupo mediante a *produção ritual* de sua *indexação* como valor); e das *intencionalidades* (através das quais os atores buscam intervir em um determinado sentido na realidade, a partir de uma orientação particular *prévia*).

Gostaríamos, porém, de destacar brevemente uma característica importante observada a partir do estudo empírico realizado, e que pode ter conseqüências para as definições teórico-conceituais subseqüentes. Falamos aqui do fato de que, nos casos analisados, os atores que exerciam a função de *mediação* (que para Tarrow, McAdam e Tilly é sempre entre atores distantes), demonstraram atuar não apenas aproximando atores previamente distantes dos seus próprios grupos, mas também buscando aproximar

atores de dentro daqueles mesmos grupos, os quais que tendem a se distanciar entre si ao longo do tempo. Em outras palavras, buscando manter (ou tornar) *fortes* laços que tenderiam a se tornar *fracos*, mesmo no interior de grupos que, num dado recorte de tempo mostre-se constituído como uma *rede de laços fortes*.

Esta concepção é importante, pois, desde uma *perspectiva processual e relacional*, é necessário perceber que nenhum *laço* é, na realidade da vida social, estaticamente *forte*. Por isso, o *mediador* tem o papel *permanente* de buscar tornar o mais *forte possível* aqueles *laços* que tendem a se *enfraquecer*, mesmo no interior das próprias redes que, sob nossos recortes analíticos, definimos como compostas por *laços fortes*. Acreditamos ser esta uma contribuição importante que a presente pesquisa pode trazer ao estudo sobre os mecanismos sociais causais na construção das ações coletivas.

Entretanto, é importante ressaltar também que o conteúdo de cada um destes mecanismos que mostraram-se decisivos na consolidação do *capital social* e na construção das ações coletivas depende do contexto empírico de cada evento. Assim, apenas as investigações específicas podem destacar quais são os mecanismos (e seus conteúdos) preponderantes em cada contexto considerado.

No caso específico da construção de *capital social* e das ações coletivas, observamos que embora existam inúmeros *obstáculos* (objetivos e subjetivos) à produção destas relações (como falta de espaços propícios, falta de tempo específico para o fomento destas relações, falta de uma cultura específica de exercício associativista, relações tensas de dominação pelo tráfico e o Estado, etc) na periferia sim, se faz política.

Inclusive, a partir de situações adversas, como a grande densidade populacional ou as mazelas típicas destas regiões mais pobres das grandes cidades (desastres ambientais, violência interpessoal, falta de acesso a equipamentos urbanos ou a melhores condições de vida e trabalho, etc.) relações de articulação entre as pessoas e construções de ações coletivas são processos permanentemente perseguidos.

Nestes termos, através deste estudo “local” da política é muito mais visível o papel das *relações pessoais*, familiares e religiosas (presentes também na “grande política” mas) muitas vezes por nós desconsideradas nos estudos políticos.

Assim, é fundamental destacarmos a centralidade de tais redes de relações *pessoais*, as quais demonstraram criar uma *base*, tanto objetiva quanto subjetiva, de *contato* qualificado entre os indivíduos, além de produzirem *experiências comuns*, as quais permitem, por sua vez, o fomento de *identidades* comuns, fundamentais para a produção das ações coletivas. Neste sentido, as relações entre amigos, vizinhos, parentes e colegas de trabalho - que significativamente propiciam sentimentos de companheirismo, suporte emocional, informações, bens e serviços compartilhados, e um certo senso de pertencimento, assim como relações de obrigação, confiança e simpatia - mostraram-se fundamentais na consolidação das condições de produção das ações coletivas entre tais membros das classes populares.

Neste mesmo cenário, é importante também destacarmos a centralidade da integração entre as mulheres observada no contexto da periferia urbana. A pesquisa empírica demonstrou insistentemente uma presença sempre maior das mulheres nas atividades coletivas no universo da periferia. Ao mesmo tempo, em todos os contextos investigados, a maior parte das mulheres demonstrou sofrer com a sobrecarga causada pelo peso das tarefas domésticas, tidas como responsabilidade prioritária delas. Em alguns relatos, tal relação foi definida como uma verdadeira “prisão”.

O destaque a esta definição “nativa” é importante, pois ela pode indicar um processo muito mais profundo do que tendemos perceber em um primeiro momento. Afinal, como afirmado, quando alguém “apenas” *sofre* em uma relação, sem *atribuir* a este sofrimento nenhuma contradição, a tendência é que esta situação de sofrimento seja, em última análise, naturalizada. Quando esta situação passa a ser compreendida como “desigualdade de direitos” torna-se possível empreender uma luta que busque reequilibrar estes direitos. Todavia, quando a definição é a de que se vive em uma “prisão”, já não se trata mais apenas de buscar direitos. Esta é uma situação social tal que não pode encontrar soluções que não sejam radicais. Quando se vive em uma prisão, ou se conquista a liberdade, ou não se tem liberdade. Não há terceira via. Assim, a saída para as

mulheres que assim interpretam suas vivências talvez venha a apontar novas modalidades possíveis de ação coletiva, que ainda merecerão estudos específicos no futuro.

Avançando nas proposições, é importante ainda destacar a relevância dos momentos em que as ações coletivas demonstraram atuar como verdadeiros processos *rituais*. Nestes termos, constatamos que as experiências de mobilização e atuação coletiva tendem a produzir um “novo” *capital social* derivado dos laços de *confiança mútua*, *identidade* e *solidariedade* exercitados no próprio ato coletivo. Assim, aquilo que, em geral, tomamos como variável dependente do *capital social* (as ações coletivas) atuam também como sua variável propulsora, demonstrando a natureza relacional dos processos de construção das ações coletivas.

Nesse sentido, é importante destacar o papel central demonstrado pelos processos *rituais* na “inscrição” de determinadas “*narrativas pedagógicas*”, que atuam de forma a *indexar valores, práticas e discursos* nos sujeitos partícipes de tais eventos.

Nestes termos, reafirmou-se destacadamente o papel central da *matriz discursiva religiosa* na conformação dos *marcos interpretativos* populares e, portanto, na definição não apenas das suas interpretações e representações sobre a realidade, mas, principalmente, no que diz respeito às suas práticas e relações concretas de associação e ação coletivas. Assim, a *religião* demonstrou ser ainda a principal fonte produtora de *sentidos* sobre o mundo entre os atores das classes populares investigados. Tais sentidos seguem sendo os principais *referenciais* de análise popular sobre a realidade, além de propiciar uns dos únicos espaços de convívio coletivo que se preservam entre moradores da periferia urbana; sendo, assim, determinante para a produção de seu *capital social*.

Entretanto, observamos também que nem todas as *matrizes discursivas* e *redes de relações religiosas* atuam da mesma forma em todos os contextos. Ao que pudemos constatar, as religiões de matriz africana pareceram atuar de uma maneira muito menos *total* no conjunto da vida dos sujeitos do que, por exemplo, as religiões de matriz evangélica.

Assim, propusemos a reflexão sobre a idéia de que o perfil mais *proselitista* das religiosidades evangélicas possa influenciar a *intencionalidade* dos atores em realizar ações coletivas de cunho também político, especialmente no esforço de projetar estas suas ações para fora do grupo diretamente envolvido, em um esforço de publicizar seus feitos, em busca da conquista de novos “adeptos”.

Neste mesmo sentido, avaliando os efeitos políticos de relações normalmente secundarizadas nas análises, destacaríamos o processo específico da chamada “carnavalização” dos eventos políticos. Este fenômeno, que tantas vezes foi apontado como um sinal da “despolitização” das classes populares, quando observado mais de perto, demonstrou ser um elemento mobilizador para as ações coletivas, inclusive as de tipo contestatório.

Nestes termos, como apontado em outras oportunidades pela Antropologia da Política, percebe-se que a experiência das manifestações públicas, muitas vezes, é vivenciada por seus participantes como uma verdadeira *experiência ritual*, durante as quais são exercitadas *performances* e *repertórios coletivos* capazes de influir decisivamente nas construções políticas. Mesmo quando estas ações coletivas não resultam em conquistas materiais para atores envolvidos, ficou demonstrado que elas exercitavam uma determinada *narrativa pedagógica* sobre os seus participantes; *indexando valores coletivos* nos sujeitos e processos, dos quais os sujeitos se sentem construtores, em maior ou menor intensidade, reforçando, assim, um senso de *identidade* fundamental no reforço do *capital social* necessário para novas ações coletivas.

Nesta mesma direção, as festas e momentos de convívio lúdico, em geral, demonstraram cumprir também um importante papel *ritual* na integração entre os atores, produzindo entre eles um senso de *intimidade* e *pertencimento coletivo*.

Assim também merecem destaque dois sentimentos que, recorrentemente demonstraram atuar como poderosos mobilizadores para a produção de *capital social* e ações coletivas. Nos referimos aqui aos sentimentos que congregam atores na idéia de se ter um *adversário em comum* e o sentimento de que se pode *vir a perder algo que já se tem*. Ambos os sentimentos demonstraram profunda capacidade de consolidar *capital*

social entre atores previamente pouco articulados e, inclusive, motivá-los a ação coletiva. Entretanto, enquanto o primeiro sentimento se presta muito mais a criar um senso de *identidade* entre um dado coletivo, o segundo demonstrou enorme força propulsora para lançar os grupos pesquisados à ação.

Entretanto, é importante reafirmar que, embora tais sentimentos possam unir agentes previamente pouco conectados foi constatado, como dito, que as ações políticas se constroem com muito maior facilidade quando se utilizam como suas bases relações previamente existentes entre os atores. Especialmente quando atua dentro das chamadas “*redes cotidianas de solução de problemas*”, em geral baseadas em relações familiares, de amizade ou no interior de outros agrupamentos, como os religiosos, onde os indivíduos já encontram laços de *confiança* e *identidade* essenciais para o agir coletivo.

Tais laços pessoais também demonstraram contribuir tanto mais para a consolidação do *capital social* quanto maior a capacidade do grupo em apreender as principais necessidades particulares dos indivíduos e propor a eles saídas realistas (ou para as quais se *atribua* realismo). Por isso, provavelmente, a grande força das redes de relações familiares e religiosas.

Finalmente, a partir de todas estas reflexões aqui propostas, gostaríamos de lançar algumas últimas hipóteses, apreendidas como frutos da presente investigação empírica, as quais exigirão, porém, novas investigações, voltadas ao seu debate em específico.

Nestes termos, o conjunto dos processos por nós observados ao longo do trabalho de campo nos levou a conclusão de que os atores das classes populares, antes de criaturas “apáticas”, “bestializadas”, movidas por “sentidos mágicos ou instintivos irracionais” são, na verdade, sujeitos profundamente *pragmáticos*. Com isso não queremos fazer eco às perspectivas do “individualismo racional”, como se estes atores agissem sempre “estrategicamente buscando a maximização de seus lucros”. Entretanto, o que pudemos constatar é que, vivendo em um contexto de tamanha precariedade material, os agentes das classes populares só apostam suas energias aonde acreditam que, de fato, encontrarão

resultados concretos. Claro, tais resultados não são necessariamente materiais. A definição específica do que constituirá estes resultados depende, em boa medida, dos *marcos interpretativos* e das *orientações particulares* dos atores, individuais e coletivos. Ainda assim, o que importa ressaltar é que tal *pragmatismo* parece ser justamente um dos elementos que contribui mais decisivamente para que os atores das classes populares só ajam junto aqueles grupos e em direção aqueles processos nos quais sentem efetiva confiança. Daí um dos motivos, prováveis, para que as ações coletivas entre as classes populares sejam mais difíceis de se realizar do que entre outros grupos sociais.

Neste sentido, outros dois aspectos que se destacaram ao longo da pesquisa e que merecem estudos mais aprofundados dizem respeito à importância de um certo *sensu partilhado* de *justiça* em relação a *causa* defendida e a necessidade de uma relativa, “*tranqüilidade*” (ou *convicção*) sobre os *métodos* a serem empregados para sua concretização. Assim, se o *sensu* da *justiça da causa* demonstrou ser um sentimento fortemente legitimador das ações, mostrou-se também fundamental a afinação entre os métodos escolhidos pelo grupo e as orientações particulares dos agentes. Nestes termos, pareceu-nos que os agentes tenderiam a modificar mais rapidamente suas concepções sobre os métodos mais adequados de agir quando tinham oportunidades anteriores de testar suas antigas convicções e após isso, desejar buscar novos métodos. Dessa maneira pareceram-nos muito mais consistentes (e por vezes até rápidas) as mudanças de método de ação do que quando estes novos métodos lhes eram “impostos” antes de testadas suas primeiras convicções.

Na seqüência deste debate, um outro aspecto relevante observado em *todos* os contextos investigados (e que, por isso, merecem um debate em específico) diz respeito a *atribuição de riscos* relacionados à participação em ações coletivas, esperados por parte significativa dos sujeitos pesquisados. Tal fenômeno, que certamente tem também origens históricas, mostra-se como um dos *obstáculos* mais prementes de serem superados se quisermos, de fato, constituir no Brasil uma democracia verdadeira, onde o povo sinta-se motivado a participar cotidianamente da vida política nacional.

Em muitos casos observados ao longo de toda pesquisa, fora manifestado pelos sujeitos o temor de *riscos de agressões físicas*, em especial de agressões por parte da polícia (como se fosse natural que pessoas que manifestem livre e legalmente suas opiniões ainda “apanhem” da polícia no Brasil). Somado a isso, porém, o que mais regularmente se apresentou, em todos os contextos pesquisados, foi a *atribuição do risco de danos simbólicos* que tenderiam a ser imputados a pessoas que participam de ações coletivas de tipo contestatório, *indexando* a elas *estigmas* que as poderiam prejudicar inclusive no exercício de outros direitos fundamentais, como o acesso ao trabalho. Nesse sentido, se tal cultura (mais do que “pré-participatória” - *anti-participatória*) não for desvendada e combatida com urgência, corremos o risco de naturalizar no Brasil um regime com formalidades institucionais de aparência democrática, sobre um conteúdo consolidadamente autoritário e excludente.

Talvez por todos estes elementos já citados, demonstrou-se a nós durante todo o período de trabalho de campo que a construção da política na periferia faz-se muito mais eficiente, hoje, quando é feita sem que pareça ser política. Assim, baseada nas *redes relações e orientações* particulares dos sujeitos e grupos, projetando sobre as ações *sentidos* que dialogam com tais orientações prévias estabelecidas entre eles, escapando de *desconfianças* consolidadas entre as classes populares (como o de riscos à ações contestatórias ou de manipulação pelos agentes “propriamente políticos”), a *construção* das ações coletivas, baseada nestes fundamentos, demonstrou-se muito mais eficiente.

Para tanto, a atuação de determinados agentes *mediadores* se mostrou fundamental, pois é a partir destes *processos de mediação* (que também se modificam ao longo dos tempos), que determinadas redes de relações e orientações podem ser *apropriadas* no sentido da construção de novas realidades políticas antes não estabelecidas. E assim, relações e processos que, inicialmente, poderiam (aparentemente) não cumprir papéis políticos podem, então, passar a fazê-lo intencionalmente. Assim, devido a sua importância e complexidade, certamente, este mecanismo da *mediação* merecerá uma investigação específica em nossos projetos subsequentes.

Esperamos, por fim, que o presente estudo possa contribuir para que, em debates futuros, possamos conjugar conceitos, abordagens, métodos e dimensões da vida social antes fragmentados nas reflexões sobre as ações coletivas no Brasil. E com isso, possamos, a partir de nosso ofício sociológico, contribuir para a consolidação de uma verdadeira democracia social no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS CITADAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. (2002). Capital social e empreendedorismo local. In: *Proposição de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ASAD, T. (1993). *Genealogies of Religion: Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- ASAD, T. (2003). *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press.
- ASSUNÇÃO, M. C. F.; SANTOS, I. dos ; GIGANTE, D. P. *Atenção primária em diabetes no sul do país: estrutura, processo e resultado*. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 35, n. 1.
- AVRITZER, L.; SANTOS, B. de S. (2002). Para ampliar o cânone democrático, in: SANTOS, Boaventura de Souza (org.): *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- AVRITZER, L.; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. (2004). O associativismo na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP.
- AYUERO, J. (1996). *The logic of clientelism in Argentina: an ethnographic account*. **Latin America Research Review**. vol. 35, nº 3.
- AZEVEDO, S. de. (1994.) Planejamento, Cidades e Democracia, In : DINIS, E.; LOPES, J. S. L. & PRADI, R. (orgs). *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC.
- BAIERLE, S. G (1992). *Um novo princípio ético-político: Prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Universidade Estadual de Campinas.
- BAQUERO, M. (1981). *Participação política na América Latina: problemas de conceituação*. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, v. 2, n. 53.
- BAQUERO, M. (1994). Impasses na consolidação de uma cultura política participativa: o caso RS. *Diversidade Étnica e Identidade Gaúcha*, Santa Cruz do Sul.
- BAQUERO, M. (2001). Alcances e limites do capital social na construção democrática. In: BAQUERO, M.. (Org.). *Reinventando a Sociedade na América Latina - Cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

- BAQUERO, M. (2003). *Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil*. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, n21.
- BAQUERO, M. (2006) Obstáculos e dilemas do fortalecimento democrático num contexto pós-eleitoral: os estoques de capital social no Brasil. In: BAQUERO, M. & CREMONESE, D. (2006). *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí: Unijuí.
- BAQUERO, M. (2007). Obstáculos formais à democracia social. Poliarquia, cultura política e capital social no Brasil. In: GONZALES R.S. (Org.). *Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil*. Ijuí: Unijuí.
- BAQUERO, M. & CREMONESE, D. (2006). *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí: Unijuí.
- BARREIRA, I. A. F. (1992). *O Reverso das Vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção*. Rio de Janeiro, Rio Fundo.
- BAILEY, F. G. (1971). *Gifts and Poison: The politics of reputation*. Oxford: Basil Blackwell.
- BELL, C. (1992). *Ritual Theory, Ritual Practice*. Oxford: Oxford University Press.
- BELLATO, R.; CARVALHO, E. (2005). *O jogo existencial e a ritualização da morte*. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 13, n.1.
- BENAVIDES, G. (1997). Magic, Religion, Materiality. *Historical Reflections*, 23.
- BENAVIDES, G (2000). What raw materials are used in the manufacture of religion?. in: *Culture and Religion*, n.1.
- BENAVIDES, G. (2001). Religious studies between science and ideology. in: *Religious Studies Review*, n.31.
- BENEVIDES, M. V. (1991). *A Cidadania Ativa - referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática.
- BHABHA, H. K. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG.
- BOEIRA, S.; BORBA, J. (2006). *Os fundamentos teóricos do capital social* (resenha). **Ambiente e Sociedade**. Campinas, v. 9.
- BORBA, J. (2003). *A representação simbólica da inflação no Plano Real e a tradição política do autoritarismo brasileiro*. **Revista Política e Sociedade**. Florianópolis: UFSC, v.1, n. 3.
- BORBA, J. (2007). Cultura política e capital social na América do Sul. In: BAQUERO M. (Org.). *Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1.

- BORBA, J. & SILVA, L. (2006). Sociedade Civil ou Capital Social: um balanço teórico. in: BAQUERO, M. & CREMONESE, D (2006). *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí: Unijuí.
- BORBA, J.; SILVA, L. (2006b). Orçamento participativo e geração de capital social: limites e possibilidades. In: NAZZARI, R. K. e LAZZAROTO, E. M.. (Org.). *Capital social, comportamento político e desenvolvimento*. Cascavel: Coluna do Saber.
- BOUDON, R. (1998). Social Mechanisms without Black Boxes., in: HEDSTRÖM, P. & SWEDBERG, R. (orgs.). *Social Mechanisms: An Analytical Approach to Social Theory*. New York: Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL/Bertrand.
- BUENO, L. M. de M. (2007) *O enfoque socioambiental: caminho para a sustentabilidade urbana*. In: Anais do ELECS. Encontro latino americano sobre edificações e comunidades sustentáveis: Campo Grande.
- BUNGE, M. (1997). Mechanisms and explanation. *Philosophy of the Social Sciences*, v. 27.
- CALDEIRA, T.P.R. (1984). *A política dos outros — o cotidiano dos moradores de periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.
- CARVALHO, J. M. (1987). *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CARVALHO, J. M. (2002). *O povo do Rio de Janeiro: Bestializados ou bilontras?* **Revista Rio de Janeiro**, n.o 3.
- CANNADINE, D. (1987). *Rituals of Royalty*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTELLS, M. (1976). *Movimientos sociales urbanos*. Siglo Veintiuno: Buenos Aires.
- CHAUÍ, M. *Cultura política e política cultural*. **Revista de Estudos Avançados**, 9. São Paulo.
- CHAVES, C. de A. (2002). A Marcha Nacional dos Sem-Terra: estudo de um ritual político. in PEIRANO, M. (org.). *O Dito e o Feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- CORTES, S. M. V. (1995). *User participation and reform of the Brazilian Health System: The case of Porto Alegre*. Londres: London School of Economics and Political Science. Tese de Doutorado.
- CORTES, S. M. V. (2001). *Balanço de experiências de controle social, para além dos conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde Brasileiro: construindo a possibilidade da participação dos usuários*. **Revista Humanas** (IFCH/UFRGS). Porto Alegre, v. 24, n.1.

- CORTES, S. M. V. (2002). Participação de usuários nos conselhos municipais de saúde e de assistência social de Porto Alegre. In: PERISSINOTTO, R.; FUKS, M. (Org.). *Democracia Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, v. 1.
- COSTA, N. R. (1989). *Saber e a cidadania das classes populares: uma agenda para investigação*. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2.
- COSTA, C. B. T. L. da ; NATAL, D. (2003). *Abundância de culicídeos em área metropolitana preservada em suas implicância epidemiológica*. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 37, n. 3.
- COURY, G. (2001). Norbert Elias e a construção dos grupos sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se. In: GARRIGOU, A.; LACROIX, B. (Org.). *Norbert Elias: a política e a história*. São Paulo: Perspectiva.
- CREMONESE, D. (2006). Insularismo e Cordialidade: Uma análise das mazelas políticas do Brasil. In: BAQUERO, M. & CREMONESE, D (2006). *Capital Social: Teoria e Prática*. Ijuí: Unijuí.
- DAGNINO, E. (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense
- DAGNINO, E. (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. e GARCIA, I. (orgs.). *Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela.
- DAMATTA, R. (1979). *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- DAMATTA, R. (1985). *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- DIANI, M. (2000). *The Relational Deficit of Ideologically Structured Action*. Mobilization, 5.
- DIAS, M. R. (2002). *Sob o signo da vontade popular: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- DOIMO, A. M. (1995). *A Vez e a Voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ANPOCS.
- DURKHEIM, É. (1983). *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural.

- EDWARDS, B., FOLEY, M.; DIANI, M. (2001). *Beyond Tocqueville: Civil Society and the Social Capital Debate in Comparative Perspective*. Hanover: University Press of New England.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. [1965] (2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (1994). *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (1999). *Sociologia Fundamental*. Barcelona: Gedisa.
- EMIRBAYER, M. (1997). Manifesto for a *Relational Sociology*. **American Journal of Sociology**. Chicago, v. 103, n. 2.
- EVERS, T. (1985). Movimentos de bairro e Estado: Lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, J. Á. *Cidade, povo e poder*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- EVANS-PRITCHARD. E. (1978). *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- FEDOZZI, L. (2001). *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR.
- FEDOZZI, L. (2007). *Observando o Orçamento Participativo – Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- FEDOZZI, L.; PRATES, C.; PEREIRA, S. (1993). Reforma Urbana e Democratização em Porto Alegre. *A Reforma Urbana*. Porto Alegre, v. Único.
- FINO, C. (2003). *FAQs, etnografia e observação participante*. **Revista Européia de Etnografia da Educação**.
- FOWERAKER, J. (1995). *Theorizing social movements*. Londres, Pluto Press.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes.
- FRANCO, S. da C. (1992). *Porto Alegre- Guia Histórico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- GEERTZ, C. (1991). *Negara, o Estado teatro no século XIX*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- GEERTZ, C. (2000). Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: *O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, Vozes.
- GEERTZ, C. (2001). O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

- GLUCKMAN, M. (1940). O Reino dos Zulus na África do Sul. In: *Sistemas Políticos Africanos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOHN, M. da G. (1998) *Conselhos gestores e participação social e política*. São Paulo. Editora Cortez.
- GOHN, M. da G. (2001). *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez Editora.
- GOHN, M. da G. (2003). *Conselhos Gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez.
- GOLDMAN, M.; PALMEIRA, M. (Orgs.) (1996). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- GOLDMAN, M. (2004). *Os Tambores dos Mortos e os Tambores dos Vivos. Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia. Revista de Antropologia*: São Paulo, v. 46.
- GOLDMAN, M. (2006). *Como Funciona a Democracia. Uma Teoria Etnográfica da Política*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras.
- GOMES, J. J.(1995). *Arquipélago: as ilhas de Porto Alegre*. Editoria da Secretaria Municipal da Cultura UE/SMC: Porto Alegre.
- GOODIN, R. E.; TILLY, C. (2006) *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford: Oxford University Press.
- GRANOVETTER, M. (1973). *The Strength of Weak Ties. The American Journal of Sociology*, Vol. 78, No. 6.
- GRANOVETTER, M. (1985). *Economic action and social structure: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology*, 91.
- GRANOVETTER, M. (1990). The old and the new Economic Sociology: a history and an agenda. In: FRIEDLAND, R. & ROBERTSON, A.F. (Org.). *Beyond the marketplace: rethinking economy and society*. New York: Aldine de Gruyter.
- GREEN, J.; DIXON, C.; ZAHARLICK, A. (2005). *A Etnografia como uma lógica de investigação. Educação em Revista*, v. 42.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. (2003) *As três versões do neo-institucionalismo. Lua Nova*, São Paulo, n. 58.
- HAMMERSLEY, M. (1990). *Reading Ethnographic Research: A Critical Guide*. London: Longman.

- HEREDIA, B. (1996). Política, Família, Comunidade. in: PALMEIRA, M., GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contracapa.
- HUGHES, P. J. (2004). Segregação socioespacial e violência na Cidade de São Paulo: referências para formulação de Políticas Públicas. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 18, n. 4.
- KERSTENETZKY, C. L. (2003). Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.18, nº 53.
- KERTZER, D. (1988) *Ritual, Politics, and Power*. New Haven: Yale University Press.
- KERTZER, D. (2001). *Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano*. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, v. 7, n. 15.
- KOWARICK, L. (1985). O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, J. A., *Cidade, povo e poder*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- KOWARICK, L. (2000). *Escritos urbanos*. São Paulo. Ed.34.
- KUSCHNIR, K; CARNEIRO, L. P. (1999) *As Dimensões Subjetivas da Política: cultura política e antropologia da política*. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v.13, n. 24.
- LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. (1991). *Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança*. **Dados**, n. 34.
- LARANGEIRA, S. (org). (1990). *Classes e Movimentos Sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec.
- LIMA, A. J. F. de (2006). *Desemprego Estrutural: um estudo sobre experiências, corporalidades e potências*. Monografia, orientada pela Dra. Ceres Gomes Victora. Defendida em dezembro de 2006 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MAGNANI, J.G. (1998). *Festa no Pedço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Editora Hucitec.
- MARICATO, E. (1987). *Política habitacional no regime militar*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- MARICATO, E. (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes.
- MARQUES, A; BROGNOLI, F; VILLELA, J. (1999). *Andarilhos e cangaceiros: a Arte de Produzir Território em Movimento*. Itajaí: Editora da Univali.
- MARQUETTI, A. (2000). *Participatory budgeting in Porto Alegre*. **Indicator Johannesburg**, v.17, n.4.

- MARX, K. [1844] (1995). *Glosas críticas marginais ao artigo: 'O rei da Prússia e a reforma social' de um prussiano*. **Revista Práxis**, Belo Horizonte, n.5.
- MARTINS, J. S., (1989). Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão. In: *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: Hucitec.
- MATTAR, R. (2004). *Contato com antígenos paternos pela mucosa vaginal e oral e o Aborto de repetição*. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. Rio de Janeiro, v. 26.
- MAYNTZ, R. (2004). *Mechanisms in the Analysis of Social Macro-Phenomena*. **Philosophy of the Social Sciences**, Vol. 34, No. 2
- McADAM, D., McCARTHY, J. D. & ZALD, M. (1996). *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McADAM, D.; SEWELL, W. (2001). It's About Time: Temporality in the Study of Social Movements and Revolutions. In: *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McADAM, D.; TARROW, S; TILLY, C. (2001). *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MELUCCI, A. (1986). *Movimenti sociali e sistema político*. Milan: Franco Angelli.
- MELUCCI, A. (1989). *Um objetivo para os movimentos sociais*. *Lua Nova*, 17.
- MELUCCI, A. (1990). *Collective action as a social construction*. In: XII World Congress of Sociology, Madrid.
- MELUCCI, A. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge.
- MENDOZA, E. S. G. (2005). *Donald Pierson e a Escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950)*. In: **Sociologia**: Porto Alegre, ano 7, nº14.
- MICELI, S. (1974). Introdução - A força do sentido. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- MOISÉS, J. A. (1985). O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, J. A., *Cidade, povo e poder*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, W. J. F. (1997). *A Noção de Proteção Ambiental Como Diretriz da Ação Governamental em Matéria de Limpeza Urbana*. **Cadernos do ISP**. Pelotas, v. 2, n. 11.

- OLIVEIRA, W. J. F. (2008). *Engajamento Político, Competência e Elites Dirigentes do Movimento Ambientalista*. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16.
- OLIVEIRA, W. J. F. (2008b). Elites Culturais, Militantismo e Participação na Defesa de Causas Ambientais. In: CORADINI, O. L. (Org.). *Estudos de Grupos Dirigentes no RS: Algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1.
- OLIVEN, R.; VICTORA, C.; MACIEL, M. E.; ORO Ari P. (2004). *Antropologia e Ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- ORTIZ, R. (1985). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- PAETZEL, F. P. (2004). *Sobre o povo, os pobres e os populares*. **A Razão**. Santa Maria, 293.
- PALMEIRA, M. (1996). Política, Fações e Voto. In: PALMEIRA, M. e GOLDMAN, M. (Org.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- PALMEIRA, M. & BARREIRA, C (orgs.). (2006). *Política no Brasil: visões de antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/NuAP/UFRJ.
- PEARLMAN, J. (1977). *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- PÉCHU, C. (2007). Laissez parler les objets! De l'objet des mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In : FAVRE, P. (Org.). *L'atelier du politiste. Théories, action, représentations*. **Recherches** . La Découverte/PACTE.
- PEIRANO, M. (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- PEIRANO, M. (1998). Antropologia política, ciência política e antropologia da política, *in: Três Ensaíos Breves*. Brasília/UnB.
- PEIRANO, M. (2002). A análise antropológica dos rituais. In: PEIRANO, M. (org.). *O Dito e o Feito*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- PINHEIRO, P S.; HALL, M. M. (1979). *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930 e O Movimento Operário*. V. 1. São Paulo: Alfa Omega.
- PORTES, A. (1998). Social Capital: origins and applications. **Annual Review of Sociology**, 24.
- PRÁ, J. R.; BAQUERO, M. (1992). *Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal*. **Estudos Leopoldenses**, No. 28.
- PRÁ, J. R.; BAQUERO, M. (2007). *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora.UFRGS.

- PUTNAM, R. (1993). The prosperous community: social capital and public life. In: *American Prospect*. New Haven: Yale University Press.
- PUTNAM, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- PUTNAM, R. (2001). Social Capital: Measurement and Consequences. in: *contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being*. Cambridge: Harvard press.
- PUTNAM, R. (2002). *Democracies in flux: the evolution of social capital in contemporary society*. New York : Oxford University Press.
- REIS, E.; SCHWARTZMAN, S. (2002). *Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sociopolíticos*. Versão Preliminar. World Bank.
- REIS, B. P. W. (2003). *Capital social e confiança: questões de teoria e método*. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba.
- RIBEIRO, E A. (2007). *Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil*. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 28.
- ROSE, R. (1999). What does social capital add to individual welfare? An empirical analysis of Russia. In: *Social Capital Initiative Working Paper No. 15*. Washington DC: The World Bank.
- ROTBURG, R. (2001). *Patterns of Social Capital*. London: Cambridge Press.
- SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, B. S. (1998). *Participatory budgeting in Porto Alegre: towards a redistributive justice*. **Politics and Society**, v. 26, n. 4.
- SANTOS, B. S. (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Civilização Brasileira.
- SANTOS, W. G. (1987). *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- SANTOS, W. G. (1993) *Razões da Desordem*. Rio de Janeiro: Rocco. 2ª Edição.
- SCHMIDT, J. P. (2001) *Cultura Política, Democracia e Desenvolvimento*. **Revista Redes**: Santa Cruz do Sul, v. 6.
- SCOTT, A. (1990). *Ideology and the New Social Movements*. London: Unwin Hyman.

- SCOTT, J. (1985). *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven/London: Yale University Press.
- SILVA, M. K. (1996). *Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal: uma análise da trajetória do movimento da Vila Jardim em Porto Alegre/RS*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre
- SILVA, M. K. (1997). *Dilemas da construção da cidadania frente à exclusão social*. (No prelo).
- SILVA, M. K. (1999). *A construção da participação popular*. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 1.
- SILVA, M. K. (2001). *Construção da participação popular: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SILVA, M. K. (2002). *Cidadania e exclusão: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- SILVA, M. K. (2003). *Criminalidade, violência e movimentos sociais: novos obstáculos à organização popular*. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, Florianópolis.
- SILVA, M. K. (2004). *Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública*. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 1.
- SILVA, M. K. (2005). “*Trazendo os atores sociais de volta: pontos para uma agenda de pesquisa sobre ‘Ação Coletiva, Movimentos Sociais e Sociedade Civil’*”. (artigo ainda não publicado).
- SILVA, M. K. (2006). *Sociedade Civil e Construção Democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional*. **Sociologias**, v.8. Ed. UFRGS: Porto Alegre.
- SILVA, M. K. (2007). *Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil*. In: DAGNINO, E.; TATAGIBA, L.. (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. 1 ed. Chapecó: Argos Editora Universitária, , v. 01.
- SILVA, M. K; BAIERLE, S.; POZZOBON, R.; AMARO, V. (1999). *Quem é o Público do Orçamento Participativo: seu perfil, por que participa e o que pensa do processo*. Porto Alegre: Centro de Assessoria e Estudos Urbanos / PMPA.

- SILVA, M. K.; COTANDA, F. C.; ALMEIDA, M.; ALVES, C. F. (2008). Processos de pesquisa nas ciências sociais: uma introdução. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. B. (Org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1.
- SOARES, L.E. (1996). *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ISER.
- SOARES, L. E.; BILL, MV & ATHAYDE, C. (2005). *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- SOUZA, J. (2003). *A Construção social da sub-cidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG
- STARN, O. (1991). *Reflexiones sobre Rondas Campesinas, Protesto Rural e Nuevos Movimientos Sociales*. Lima: IEP Ediciones.
- STEIL, C. A. (1998). *Política, etnia e ritual. O Rio das Rãs como remanescente de quilombos..* **Revista de Ciências Humanas** (CFH/UFSC), Florianópolis, v. 16, n. 24.
- STEIL, C. A. (1999). *A Igreja dos Pobres: da Secularização à Mística*. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2.
- STEIL, C. A. (2000). Iglesia, comunidad y mística. In: QUINTERO, M. (Org.). *Desafíos a la fe en tiempos de globalización*. Quito: CLAI.
- STOTZ, E. N.; VALLA V.V. (1997) *Participação Popular, Educação e Saúde: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Relume-dumará.
- TAMBIAH, S. J. (1997). *Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34.
- TARROW, S.; MCADAM, D. (2005). Scale Shift in Transnational Contention. In: DELLA PORTA, D.; TARROW, S. (eds). *Transnational Protest and Global Activism*. Oxford, UK: Rowman & Littlefield publishers.
- TATAGIBA, L. (Org.). (2007). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos Editora Universitária. v. 01.
- TEIXEIRA, E.V. (2001). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*: Cortez Editora.
- TILLY, C. (2001). *Mechanisms in political processes*. **Annual Review of Political Science**, 4.
- TILLY, C. (2004). *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000*. Cambridge: Cambridge University Press.

- TILLY, C. (2006). *Poverty and the Politics of Exclusion*. Nova Iorque: Columbia University.
- TOURAINÉ, A. (1987). *El regreso del actor*. Buenos Aires: Editorial Universitaria.
- TURNER, V. W.; TUDEN, A. (Org.). (1966). *Political Anthropology*. Chicago: Aldine.
- VALLA, V. V. (1998). *Sobre participação popular: uma questão de perspectiva*. **Caderno de Saúde Pública**. v. 14
- VALLADARES, L. (2007). *Os dez mandamentos da observação participante*. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 22, n. 63.
- VALLES, M.. (1997). *Técnicas cualitativas de investigación social: Reflexión metodológica y práctica profesional*. Madrid: Ed. Síntesis Sociología.
- VELHO, G. (1973). *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VELHO, G. (2002). *Mudança Crise e Violência*. Sebo Poesia: São Paulo.
- VERGNE, C. (2002) *A história dos rostos esquecidos. O olhar oficial sobre as favelas cariocas*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Psicologia. PUC-Rio de Janeiro.
- VICTORA, C.; BARROS, F.; VAUGHAN JP (1988). *Epidemiologia da desigualdade*. São Paulo: Hucitec.
- VILARINO, M. da G. (1998). *Porto Alegre*. Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal: Porto Alegre.
- VILLAÇA, F. (1998). *Espaço intra-urbano no Brasil*. Studio Nobel:Lincoln Institute of Land Policy: São Paulo.
- WEBER, M. [1919] (1998). *Ciência e Política. Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix.
- WESSELS, B. (1997). Organizing capacity of societies and modernity. In: DETH, J.V. (org.). *Private groups and public life: social participation, voluntary association and political involvement in representative democracies*. Londres: Jan van Deth Ed.
- WHYTE, W. F. (2005). *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- ZALUAR, A. M. (1994). *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense.
- ZALUAR, A. M. (Org.); ALVITO, M. (Org.) (2003). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

- ZALUAR, A. M. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- ZALUAR, A. M.; CONCEICAO, I. S. (2007). *Favelas sob o controle das Milícias: que paz?*. São Paulo em Perspectiva, v. 21.
- ZALUAR, A. M. (2008). Estudando o crime organizado: problemas éticos e práticos. In: ADORNO, S.; (Org.). *Crime Organizado*, Coleção Polícia e Sociedade. São Paulo: EDUSP.